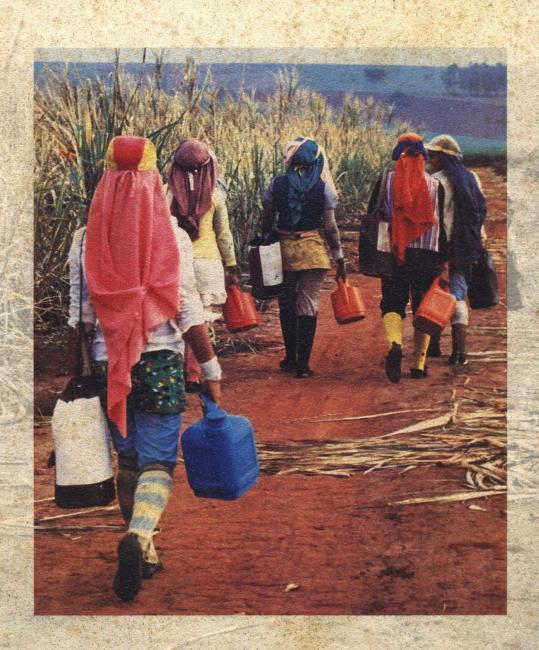
proposta

EXPERIÊNCIAS EM EDUCAÇÃO POPULAR



Mulheres: a política no cotidiano

GFASE

Nº41

Sumário

APRESENTAÇÃO Da dominação à igualdade Conselho Editorial	
INTRODUÇÃO Mulher, política e cidadania Maria Izabel Vieira Botelho	. 2
TRABALHO E SINDICALISMO Nas terras do canavial Maria Izabel Vieira Botelho	. 4
" E elas habitaram o sindicato " Maria Izabel Vieira Botelho	. 14
ASSOCIAÇÕES DE MORADORES Contra a humilhação pela participação Maria da Assunção Calderano	. 26
CLUBES DE MÃES E GRUPOS DE MULHERES Resultados de uma pesquisa-avaliação	. 41
REDE MULHER Educação popular e movimento de mulher Moema Viezzer	
CONSTITUINTE Proposta de emenda popular ao projeto de constituição Direitos da mulher na atual constituição	
COMUNICAÇÃO Vídeos sobre mulher	. 63
Organizações de Mulheres no Brasil	64

GFASE

Rua Bento Lisboa, 58 – Catete 22221 – Rio de Janeiro, RJ

Direção Executiva da FASE:

Jorge Eduardo Saavedra (Diretor Coordenador Nacional); Maria Emflia L. Pacheco (Diretora Coordenadora Nacional Adjunta); Virgílio Rosa Netto (Diretor Administrativo e Financeiro); Matheus Henricus Otterloo (Coordenador Reg. Norte); José Luciano Freitas (Coordenador Reg. Nordeste); Lorenzo Zanetti (Coordenador Reg. Sudeste Sul).

Proposta nº 41 Ano XIV – Setembro de 1989



Proposta: Experiências em Educação Popular é uma publicação trimestral da FASE — Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional

Conselho Editorial

Alberto Lopes Mejia Cândido Grzybowski Haroldo Baptista de Abreu Jean-Pierre Leroy Jorge E. Saavedra Durão Lourdes M. Grzybowski

Coordenação Geral Maria Emília L. Pacheco

Planejamento Gráfico e Editorial
Alfons Klausmeyer

Organização Maria Izabel Vieira Botelho

> Editor de Arte Gerardo Hanna

Arte Marcelo Riani Marques

> Foto da Capa: Iolanda Huzak

Revisão João Luiz Pacheco Inácio Dorado

Distribuição e Vendas Paulo Martinechen Neto

FASE – NACIONAL Rua Bento Lisboa, 58 22221 – RIO DE JANEIRO – RJ Tel.: (021) 285-2998

REGIONAL NORTE

FASE — ABAETETUBA Trav. Pedro Pinheiro Paes, 330 68440 — ABAETETUBA — PA Tel.: (091) 751-1181

FASE — BELÉM Rua Bernal do Couto, 1329 66030 — BELÉM — PA Tel.: (091) 222-0318

FASE – CAPANEMA Av. Pres. Médici, 1992 68700 – CAPANEMA – PA Tel.: (091) 821-1716

FASE – IMPERATRIZ Rua Aquiles Lisboa, 167 65900 – IMPERATRIZ – MA Tel.: (098) 721-4474

FASE – SÃO LUÍS Rua Oswaldo Cruz, 1314 65020 – SÃO LUÍS – MA Tel.: (098) 222-1175

FASE — MANAUS Av. Getúlio Vargas, 1295 69013 — MANAUS — AM Tel.: (092) 234-6761

FASE – VALE DO GUAPORÉ Trav. Cel. Ricardo Franco, s/nº, 78770 – VILA BELA SSMA. TRINDADE – MT Tel.: (065) 259-1210

REGIONAL NORDESTE

FASE - RECIFE
Rua Barão de S. Borja, 495
50070 - RECIFE - PE
Tel.: (081) 221-5478

FASE – FORTALEZA Rua Prof. João Bosco, 73 60430 – FORTALEZA – CE Tel.: (085) 223-4056

FASE — ITABUNA Rua Rio Branco, 93/19 andar 45600 — ITABUNA — BA Tel.: (073) 211-4498

FASE — MACEIÓ Rua Gonçalves Dias, 62 57055 — MACEIÓ — AL Tel.: (082) 221-0667

FASE – ICO Rua Dr. Inácio Dias, 2148 63430 – ICÓ – CE Tel.: (085) 731-1064

SUDESTE/SUL

FASE - RIO Av. Pres. Wilson, 113/Conj. 1302 20030 - RIO DE JANEIRO - RJ Tels.: (021) 220-7198 e 262-2565

FASE – VITÓRIA Rua Antônio Aguirre, 117 – Centro 29015 – VITÓRIA – ES Tel.: (027) 223-7436

FASE – SÃO PAULO Rua Loefgren, 1651/C. 6 04040 – SÃO PAULO – SP Tels.: (011) 549-3888 e 549-1307

FASE - JABOTICABAL Rua Mimi Alemagna, 37 - Centro 14870 - JABOTICABAL - SP Tel.: (0163) 22-5219

FASE – PORTO ALEGRE Rua Gaspar Martins, 470 90220 – PORTO ALEGRE – RS Tel.: (051) 225-0787

FASE - PROJETO TECNOLOGIAS ALTERNATIVAS Rua Bento Lisboa, 58 22221 - RIO DE JANEIRO - RJ Tel.: (021) 285-2998

Apresentação

Da dominação à igualdade



avradoras, operárias, donas-de-casa..., elas já estiveram presentes nas páginas de Proposta. Presença porém nublada, diluída. A cada número crescia nossa insatisfação e a vontade de contribuir no nosso campo editorial à ocupação pelas mulheres do espaço que lhes cabe na sociedade brasileira.

Sempre mais, as mulheres estão ativamente presentes nos movimentos sindicais e populares. Elas são bem-vindas: é uma força a mais. Será só isso? Participando, mudam as mulheres e muda a qualidade do movimento e das suas práticas.

Membros de associações de moradores, ativistas sindicais, freqüentadores dos clubes de mães..., abrindo-se ao social, à política, as mulheres não querem esquecer o cotidiano.

Passando a agir dentro de "coletivos", participam de deliberações, votações, maiorias e minorias... elas não querem esquecer o individual.

Na militância que absorve as pessoas e arrisca nivelá-las numa fraternidade um tanto dogmática, elas não querem esquecer o coração.

Na luta pela transformação social em que se arrisca a levantar vôo, desprezando as contingências

do dia-a-dia em prol da visão de um futuro irradiante, elas não querem esquecer que precisam sobreviver e viver hoje e amanhã.

Por tudo isso, elas nos convidam a repensar a relação entre o privado e o público, a casa e o trabalho, a casa e a cidade, o "eu" e o "nós". Questionam as nossas precárias utopias que é preciso combinar melhor com o bom senso. Interpelam o modo como nós educadores lidamos com os processos de formação e de organização (pluralidade, presença do cotidiano, da afetividade). Chamam-nos a uma nova convivência. Como diz Laura: "Hoje estamos vivendo um momento que é de passagem de uma afetividade e sensibilidade que sempre significaram dominação para uma afetividade e sensibilidade que signifiquem relações igualitárias e uma participação igualitária no mundo público" (A Mulher Trabalhadora. Debate Sindical, nº 10, maio 89 — DESEP — CUT — São Paulo).

Se a FASE não desenvolve trabalho específico com mulheres, é esta concepção que acabamos de colocar que nos orienta e nos desafia a avaliar a qualidade do nosso trabalho educativo, nos vários programas nos quais elas se constituem também em atores.

Conselho Editorial

Introdução

Foto: Iolanda Huzak

Mulher, política e cidadania



egistrar experiências educativas com mulheres do setor popular é como se pudéssemos ouvir uma resposta imediata: Estamos presentes. Afinal a participação das mulheres nas lutas travadas dia a dia por melhores condições de vida e de trabalho nos mais diversos espaços tira da invisibilidade milhares, milhões de mulheres organizadas em sindicatos, clubes de mães, associações de bairro, etc., que tentam construir uma prática voltada para uma sociedade mais justa e digna, onde as relações sociais sejam redefinidas, onde todos — homens e mulheres — possam construir juntos um lugar melhor para se viver.

No entanto, mesmo no âmbito das organizações voltadas para os interesses dos setores populares, as mulheres encontram ainda inúmeras dificuldades para fazer valer o seu direito ao pleno exercício da cidadania.

As "questões específicas" não têm sido tratadas como questões prioritárias. Freqüentemente ouvimos de pessoas comprometidas com os interesses dos trabalhadores e voltadas para o fortalecimento dos mesmos a alegação de que é necessário primeiro centrarmos força nas "questões gerais" e que a "questão das mulheres" poderá ser abarcada em um segundo momento.

Esta justificativa reproduzida em todas as esferas das instituições, organizações, sindicatos, contribui para uma marginalização dos movimentos sociais nos quais as mulheres vêm aumentando sua participação, chegando mesmo, como nos clubes de mães, a ser a única grande força geradora.

Além de estarem envolvidas com os problemas enfrentados pela comunidade como um todo, os clubes de mães, associações de bairros e outros grupos de mulheres, começam a incorporar a necessidade de discussão do papel que desempenham na sociedade. A partir dessa conscientização esboça-se a urgência de mudanças sociais.

Na esteira dessas reflexões é que se constrói este número de **Proposta**, buscando dar voz e vez a uma vertiginosa parcela da população entendida como "minoria", que nem sempre está nas páginas dos jornais, mas que — para não deixar morrer de fome parte do país — cria dia após dia, aqui e acolá, inúmeras estratégias de sobrevivência, fortifica os movimentos populares e, muitas vezes, lidera lutas reivindicatórias.

Os artigos aqui publicados resgatam a participação destas mulheres que, sendo trabalhadoras, vêm criando novos espaços em que possam gerir uma prática social com autonomia.

O primeiro texto, referente às trabalhadoras rurais da região de Ribeirão Preto, tenta problematizar o cotidiano dessas mulheres que dividem o seu intenso dia de trabalho entre a casa e a roça e que

ainda buscam no "tempo que sobra" participar do movimento sindical.

Em seguida o relato de uma experiência educativa que, em sua proposta de contribuir para a organização dos camponeses no interior do Pará, colocou a necessidade de fortalecer uma luta específica das mulheres que reivindicavam a sindicalização.

O terceiro texto registra a participação das mulheres nas associações de bairro em Imperatriz (MA) com a preocupação de sistematizar a prática educativa que a equipe FASE vem construindo junto aos moradores de periferia daquele município. Contribui também para a reflexão "necessária e urgente sobre a problemática da participação efetiva tanto das mulheres quanto dos homens, nas diversas instâncias da estrutura social objetivando sua transformação".

O quarto texto é resultado de uma pesquisaavaliação realizada pela Rede Mulher (SP), onde a preocupação central era o levantamento de grupos de mulheres e clubes de mães no intuito de articulá-los e de também obter produtos de pesquisa que contribuíssem para o fortalecimento da organização das mulheres dos setores populares.

Todo o material produzido durante essa pesquisa, que contou com a participação efetiva das mulheres envolvidas, se reverteu para o próprio grupo pesquisado, tornando-se, dessa forma, um instrumento de ação das mulheres dos grupos e clubes de mães.

Também elaborado pela Rede Mulher, o último texto traduz a metodologia de trabalho que esta instituição vem utilizando. Partindo do pressuposto de que as mulheres dos setores oprimidos não têm o hábito de ler e de que dispõem de pouco tempo para isso, a forma de comunicação é fundamentalmente verbal e visual. "O método de Pesquisa-Educação para mulheres traz implícito que o conhecimento teórico-metodológico e técnico pode ser socializado de forma que os grupos de mulheres dos setores populares aproveitem seus resultados, assimilando-os, criticando-os, complementando-os, e aperfeiçoando-os. Em outras palavras: aprendam a pesquisar sua realidade e participar efetivamente em sua transformação."

Esta revista traz à tona a necessidade de abordarmos a problemática das mulheres numa ampla perspectiva em que se coloca o questionamento das relações sociais. Mais. Coloca a urgência de inserirmos a "questão feminina" no bojo das lutas que estão sendo travadas pelos setores populares tanto no meio urbano quanto no meio rural.

Trabalho e sindicalismo

Nas terras do canavial

Maria Izabel Vieira Botelho*

"Hoje estamos trabalhando cortando cana. É só o que se tem para fazer.

Se não é cortar, é carpir; plantar. . .

Para ganhar a vida é preciso enfrentar esse serviço, senão morre de fome.

O serviço que tem aqui é esse: nas terras do canavial."

(Trabalhadora rural - Dobrada)



Chegando ao trabalho (roça). Reg. de Ribeirão Preto

^{*} Pesquisadora, mestranda em Sociologia Rural pela UNICAMP, assessora do Grupo de Mulheres do Sindicato dos Empregados Rurais de Barrinha (região de Ribeirão Preto, em São Paulo).

5:30h. Mulheres caminham em direção ao ponto de caminhão. O colorido das roupas sobrepostas, o arranjo do chapéu, o rosto pintado e o brinco na orelha não nos permitem apreender a dimensão do trabalho feminino que se concretiza em relações contraditórias de extrema exploração e de precária estabilidade.

Afinal, quem é esta mulher bóia-fria?

Após um suceder de tarefas que parece não ter fim entre a roupa no tanque, a comida no fogo, as crianças na creche, na vizinha, ou mesmo sozinhas em casa, inúmeras mulheres bóias-frias partem para outro trabalho: o trabalho da roça.

Não podendo contar com uma infra-estrutura que lhes assegure uma estabilidade emocional para desempenharem suas atividades na roça, muitas mulheres quando saem para o trabalho deixam os filhos sozinhos. As poucas creches não absorvem a totalidade das crianças, restringindo o seu atendimento à faixa etária de 6 meses a 6 anos. Ou seja, aquelas que conseguem uma vaga e que têm filho nesta idade de certa forma encontram uma solução parcial deste problema, e isto porque a major parte das creches tem um horário de funcionamento inadequado ao dia de trabalho das mulheres. As criancas ficam necessariamente sozinhas, ou porque extrapolam aquela idade ou porque não encontram vaga, ou mesmo quando encontram entram e saem em horários distintos das mães.

Esta situação gera sentimentos de mágoa, impotência e insegurança perante às condições de vida:

"... — Eu deixava eles (os filhos) sozinhos. A vizinha dizia que via o menorzinho na pontinha do pé pra tirar comida do fogão. Se os outros moleques não davam logo, ele tirava, punha um bolozinho na mão e comia.

Olha, eu não quero nem pensar, meu Deus do Céu, cada vida amargurada que eu tenho passado.

O meu menino menor logo que começou a andar já foi ficando sozinho. O meu menino, ainda hoje eu penso assim, que eles falavam pra mim que o pequenininho agachava a cabeça e bebia daquela água da rua, água suja, água podre, a maior sujeira.

Eu tinha que dar dessa pra ajudar a arrumar o pão para eles comer. Ainda hoje. Só que agora eles tão maiorzinho.

Ainda hoje eu sinto essa mágoa dentro de mim. . ."

Maria — Dobrada (Trabalhadora rural) São inúmeros os casos de acidentes que ocorrem com estas crianças que ficam em casa:

- "... Um dia quando eu vinha chegando da roça, a turma ia perguntando pra mim:
 - Cadê o seu menino que ficou internado?

E eu na roça. Que uma vez o menino de quatro anos machucou um dedo, o primo deu uma martelada no dedo dele. Então eu vinha da roça e não sabia e já as vizinhas, que elas são muito boas, cataram o moleque e já levaram pro hospital. Quando eu cheguei é que eu soube da notícia. Até hoje ele tem o dedo todo torto."

Rita — Barrinha (Trabalhadora rural)

"... — Os meus também desde um aninho já ficam sozinhos com os maiores. Uma vez o carro quase pegou um na rua, porque criança é assim, não tem perigo pra elas."

Maria — Barrinha (Trabalhadora rural)

Numa conversa no ponto de caminhão aconteceu o seguinte comentário:

Uma mulher: — A menina da Simone se queimou.

Outra: - Onde?

A primeira: — Em casa, com gasolina, tá no hospital, diz que das pernas pra baixo ela queimou tudo, hoje a Simone nem vai trabalhar.

"... — Eu quando saio de madrugada, já deixo tudo arrumado, não sabe como é que volta, de repente você fica doente na roça, se corta e..."

Natalina — Dobrada (Trabalhadora rural)

Proteger o corpo: uma preocupação

Submetidas a um trabalho realizado sob sol, chuva, frio, em contato direto com o pó da cana queimada, limpando valetas, com água até a cintura, carpindo, picando cana no sulco, durante a planta, colhendo amendoim, algodão nos fins de semana durante a entressafra, as mulheres trabalhadoras da cana compõem a vestimenta necessária, buscando uma maior proteção para seu corpo. Na cabeça, sob o chapéu de abas largas, uma armação de papelão coberta com tecido que protege do sol direto no rosto e dos cortes feitos pela palha da cana queimada. Nas mãos, uma amarração

com panos e plásticos para evitar calos, bolhas do fação; isto quando não se ajeitam com as luvas que as usinas são obrigadas a fornecer.

Sobre a calça comprida, a saia, que além de proteger as mulheres de alguma eventualidade, como quebrar o zíper, ficar menstruada e sujar a calça, esconde também as formas femininas. Segundo depoimento das trabalhadoras, vários motoristas de caminhão de turma não levam aquelas que estiverem sem a saia.

A camisa sempre de mangas longas, meias nos pés que vão até o joelho que, sobre a calça comprida, evitam a entrada de bichos. Algumas usam tênis ou sapato e por cima a botina.

Toda essa roupa usada pelas mulheres para ir trabalhar na roça também contribui para um menor número de acidentes entre as mesmas. Os homens além de usarem menos roupas, alguns até vão trabalhar descalços, não protegem as mãos, são mais descuidados. Apesar de não ter em mãos dados quantitativos que possibilitem uma análise neste sentido é possível observar através dos depoimentos a alta freqüência de acidentes entre os homens.



Mulher se preparando para o corte da cana. Reg. de Ribeirão Preto

"... — Os homens sofrem mais acidentes de trabalho.

Eu acho que existe assim no homem uma certa preocupação em ganhar o dia."

Izabel — Barrinha (Trabalhadora rural)

"... — Eu acho que a mulher tem a cabeça muito pensativa, ela pensa: se eu me machucar como é que eu vou cuidar do serviço de casa. O homem já não se preocupa tanto com isso. Ele tá ali no eito e sai cortando, talvez ele pense na família pra sustentar.

Mas tem muita mulher que corta ligeiro, corta até mais cana que os homens, mas ela vai mais com cuidado.

Eu não sei: eu corto toda a minha botina mas não corto o tênis.

É mais comum o homem se cortar, é difícil uma mulher se cortar, ela vive mais preocupada."

> Neide — Barrinha (Trabalhadora rural)

Uma história recente

Constituindo parcela significativa de sua categoria, a dos trabalhadores assalariados temporários, essas mulheres, engrossando o vultoso percentual de bóias-frias em todo o Brasil e particularmente nesta região de Ribeirão Preto na qual me detenho, se concentram nas pequenas cidades tidas como cidades-dormitórios.

Vale lembrar que estas cidades se caracterizam por aglutinar trabalhadores que logo cedo partem para a roça e que só retornam no final do dia, após um percurso muitas vezes longo dentro dos caminhões de transporte. É comum levarem entre uma e duas horas de suas cidades até o local de trabalho.

Estas cidades-dormitórios concentram trabalhadores de diversas origens.

São ex-colonos que fizeram acordo com os patrões e desta forma conseguiram se instalar, na maioria das vezes, muito precariamente, nos municípios próximos às antigas fazendas de café, onde trabalhava toda a família; são miniproprietários oriundos de diversas regiões do país que temporariamente se assalariam; são ex-pequenos proprietários da região que se viram forçados a vender suas terras em função do avanço crescente da cultura da cana; são trabalhadores que, fugindo da seca e da fome, saíram principalmente do norte e nordeste do país em busca de melhores condições de vida;

são trabalhadores que sendo desqualificados não conseguiram se engajar no mercado de trabalho das grandes cidades e desta forma tentam sobreviver do trabalho assalariado no meio rural.

Neste processo de constituição da nova categoria, brevemente esboçado acima, entra em cena um novo personagem: a mulher. Tendo uma trajetória de luta identificada com a luta pela sobrevivência, faz o percurso "necessário" à camada social da qual faz parte.

É muito frequente nesta região a migração durante o período de safra da cana. Chegam trabalhadores de diversos lugares. Às vezes vem a família inteira e junto trazem parentes e amigos, dos quais algumas mulheres que, sendo chefes de família, mães solteiras, necessitam trabalhar, ganhar algum dinheiro para o seu sustento e de seus filhos. Sozinhas, ou junto à sua família, trilham o caminho historicamente experimentado principalmente pelos homens: buscar através do "ganho" meios para suprir as suas necessidades básicas.

Redefinição de papéis

Ao se introduzir no mercado de trabalho, a mulher vivencia uma perda de sua autonomia na esfera doméstica, já que o trabalho assalariado lhe impõe um novo ritmo, obrigando-a a redefinir o tempo gasto em suas atividades no espaço privado. No entanto é talvez essa relação orgânica com sua casa o que possibilita a construção de sua identidade com contornos diferenciados daquela construída pelo homem trabalhador. Este necessita também redefinir o seu papel, na medida em que começa a alterar ainda que de modo quase imperceptível a divisão do trabalho interno na família.

Porém esta redefinição de papéis atinge sobremaneira a mulher. É esperado que o homem trabalhe e sustente sua família. À mulher mesmo dos setores sociais mais desfavorecidos cabe o cuidado com os filhos e a casa. No entanto as péssimas condições de trabalho e remuneração nas quais o homem trabalhador está inserido criam a necessidade de incorporar o trabalho da mulher, para juntos assegurarem a reprodução da família. Neste momento cria-se então a necessidade de se pensar a realidade social inserindo mais um elemento: o trabalho feminino. Como apreender o papel da mulher trabalhadora na sociedade a partir do momento em que passa a desempenhar duas atividades em espacos distintos e que duplamente realiza a identidade não só que lhe foi imposta mas da qual não lhe é permitido abrir mão.

A construção da identidade da mulher trabalhadora passa necessariamente pela incorporação tanto de sua atividade na esfera doméstica que a partir de então precisa ser redefinida, como pela sua atividade na produção de bens.



Trabalho na "diária" - Carpa da cana - Reg. de Ribeirão Preto

O "trabalhar fora" modifica inclusive sua autonomia naquele espaço em que tinha maior domínio: o espaço da casa. A modificação passa pela interferência exercida pelo exterior, pelo seu trabalho "produtivo".

O fato de permanecerem durante todo o dia na roça, implica numa sobreposição de tarefas quando retornam às suas casas.

"... — Olha, eu faço uma vida sofrida na roça. Tem dia que é meia-noite e eu limpando a casa. No domingo também é levantar quatro, cinco horas pra dar conta daquela roupa toda pra lavar. Quando acaba é mais de meiodia, aí é sentar na máquina, remendar, pra no outro dia tá de pé pra ir trabalhar de novo.

Durante a semana é aquela correria.

Quando a gente chega na roça, já chega cansada. Agora quando volta pra casa de noite e vê tudo aquilo por fazer a gente olha pra um canto e fala:





Reg. de Ribeirão Preto

- Ai meu Deus!

As vezes ainda é de dia e a gente tá vendo o mundo balancando na frente da gente. De tão cansada."

> D. Lola - Dobrada (Trabalhadora rural)

Para muitas mulheres a aiuda do marido nos servicos domésticos é uma forma de reconhecer o valor que elas têm. Esta valorização significa a compreensão de que as mulheres estão contribuindo além do esperado.

"... - Já houve época em que as crianças eram tudo pequenininhas, eu levantava às 3 horas da manhã e aí eu fazia todo o meu serviço, deixava a casa toda limpinha, até a roupa eu torcia de manhã cedo e quando chegava à tarde ele ia arrumando a janta das criancas e eu ia ensaboando a roupa e pondo de molho.

Na sexta-feira quando tinha limpeza na casa ele me ajudava bastante. Quando ele tava trabalhando à noite ele fazia a limpeza durante o dia, às vezes nem dava tempo dele dormir direito e quando ele trabalhava durante o dia a gente limpava junto à noite, a gente ficava

até dez, onze horas fazendo limpeza na casa. Eu acho que quando os maridos ajudam assim na limpeza, na roupa, eles estão dando valor pra gente. Porque levar essa vida não é fácil."

> Neide - Barrinha (Trabalhadora rural)

"... - Lá em casa o serviço que o Cido (marido) gosta de fazer é varrer a casa, arrumar a cozinha, passar pano, lavar banheiro.

No domingo se eu tô no tanque ele tá lá dentro limpando. E quando ele larga o servico mais cedo, se dá tempo ele areia os alumínios. Ele fala que tem que arear de oito em oito dias.

Ele também encera, mas lavar roupa ele tem vergonha das vizinhas.

A gente trabalhando assim na roça direto, direto, cansa muito e a gente até perde o amor à casa..."

> Natalina - Dobrada (Trabalhadora rural)

O trabalho de casa é feito sempre às pressas, no tempo que sobra, do que resta da disposição do corpo. No entanto sua autonomia é redefinida no sentido em que incorpora o cotidiano mais amplo que circula entre o espaço doméstico e o espaço público.

O que define essa especificidade da mulher?

Longe de querer fechar questões em torno de uma problemática tão ampla e também contraditória, poderíamos pensar essa especificidade a partir da intensidade de sua relação com o seu espaço doméstico e, dentro deste, a responsabilidade do seu papel de matriz responsável tanto por assegurar a manutenção de seus membros quanto por ser uma referência do mundo cultural , dos valores de seu grupo.

A mulher tem dentro da família a preocupação de passar para todos os seus membros o conhecimento adquirido durante sua vida. É ela quem traz presente, sempre que possível, as festas, a religiosidade, os costumes.

A participação da mulher na produção social gera um fortalecimento de sua prática no sentido de que esta nova atividade, a de trabalhadora assalariada, cria canais efetivos que lhe asseguram também o papel de provedora, tanto criando meios concretos de garantir a sobrevivência quanto sendo a referência simbólica que propicia à sua família e seu grupo resistir coletivamente, assegurando a manutenção de uma série de normas e valores reelaborados no dia-a-dia.

Uma forma de resistir

O desdobrar-se entre atividades tão absorvedoras delega ao cotidiano um caráter de resistência latente. É o resistir ao processo espoliador do capital sobre o seu trabalho quando encontra formas de impor um ritmo que é seu ao trabalho realizado na diária, é resistir na sua forma diferenciada de lidar com a privação, onde a luta pela sobrevivência requer uma extrema habilidade em gerir o pouco que se tem. Constantemente as mulheres que são responsáveis pela administração da comida se defrontam com as latas de mantimentos vazias e saem à procura do que fazer para comer. Como disse uma trabalhadora:

"... — Tem dias que eu chego da roça e vou fazer a janta e sei que não tem o que cozinhar.

Fico sentada olhando os potes sem nada dentro e me dói. Me dói aqui dentro.

Quando falta o óleo, cozinho só com água e sal e fica aquela comida fraca. Quantas vezes eu saí de noite procurando umas folhinhas pra fazer, pra ter o que comer. . ."

> Iracema — Rib. Preto (Trabalhadora rural)

É resistir quando num arranjo combinado, encontra formas de se enfeitar para realizar um trabalho que é sujo, perigoso, e extremamente fatigante.

É resistir quando busca formas alternativas de participação, seja aprendendo a ler, costurando, fazendo algum trabalho manual, visando muitas vezes aumentar o orçamento familiar.

Sempre que nos referimos à mulher trabalhadora da cana, nos vem a imagem da mulher adulta casada, com filhos. No entanto é importante ressaltar que esta trabalhadora é também a adolescente de 14, 15 anos que se submete a diversas formas de chantagem por parte dos empreiteiros, dos feitores.

Quando existe por parte dos feitores, empreiteiros, interesse por alguma mulher da turma, desenvolve-se uma série de atitudes no sentido de favorecê-la. É muito comum esta mulher ter no final do dia um acréscimo de sua produção, ou então receber tarefas mais leves, mais fáceis de realizar, se falta ao trabalho, o feitor marca o seu ponto. Acontece também de ser deslocada para um local mais isolado onde irá permanecer mais tempo sozinha, e dessa forma propicia-se o encontro com o interessado.

Por medo de perder o emprego e também na ilusão de poder ter uma condição de vida mais privilegiada, estas meninas, às vezes mulheres casadas, acabam cedendo às pressões dos mesmos.

Nos depoimentos várias trabalhadoras citam casos de sedução. Aquelas que não entram no jogo se vêem forçadas a largar a turma porque não aceitando a situação, de favorecidas passam a perseguidas. As histórias de vida dessas trabalhadoras estão impregnadas de humilhação, submissão, incluindo, muitas vezes, gravidez indesejada, abortos, ameaças de morte, etc.

São também inúmeras trabalhadoras abandonadas pelos companheiros que se vêem sozinhas arcando com a sua sobrevivência e a de seus filhos.

São trabalhadoras que, tendo na maioria das vezes um vínculo de trabalho informal e ao contrário do que pensam muitos, evitam perambular de turma em turma, resistindo ao trabalho seja ele qual for, assegurando desta forma a manutenção de toda a sua família, inclusive do homem quando num momento de desemprego.

Trabalho de homem, trabalho de mulher

Nas várias tarefas do processo produtivo praticamente não existe distinção entre trabalho de homem e trabalho de mulher. Quase todas são desempenhadas pelos dois. Parece também que cada usina tem um sistema de distribuição das atividades. Aquelas que demandam uma maior qualificação excluem as mulheres, tais como ser motorista de caminhão, de guincho, e também a tarefa tida como "entregar cana" que é o preenchimento de notas especificando data, nº do caminhão, placa, nº da máquina que carregou, etc. Estas notas são preenchidas pelos trabalhadores homens, e entregues ao feitor.

No entanto, quando num processo de modernização da produção, seja pelo aumento da mecanização seja pela redução dos custos de produção, é a mão-de-obra feminina a primeira a ser substituída e/ou eliminada; isto porque do ponto de vista capitalista esta mão-de-obra implica em aumento dos encargos sociais, principalmente a partir da nova Constituição que delega à mulher trabalhadora direitos até então não conquistados.

Construção da nova identidade com autonomia

A apreensão da identidade social dessas mulheres trabalhadoras rurais passa necessariamente pela incorporação de sua consequente inserção no setor produtivo. Elas se percebem enquanto trabalhadoras que desempenham duas atividades: uma dentro do espaço doméstico e outra fora.

Apesar de rejeitarem o trabalho que realizam na roça, e de afirmarem frequentemente que o largariam quando fosse possível, já incorporaram a noção de categoria e sua importante participação na produção social.

No entanto, assim como refugam este trabalho porque é sujo, pesado, prolongado, as mulheres contestam a autodenominação de bóias-frias.

"... – Ai, eu acho essa palavra tão triste!

Eu não gosto, eu sou na verdade uma bóiafria e assumo isso, eu sou filha de bóia-fria mas eu acho essa palavra tão chata.



Carpa de cana, Reg. de Ribeirão Preto

Quando eu ouço assim:

— 'Um caminhão de bóia-fria tombou.' Isso me choca tanto que eu chego até a chorar. Eu não gosto.

Bóia-fria! Essa palavra é tão degradante. Quando eles falam assim é quando tão com pouco caso, quando tem desprezo."

> Sonia — Barrinha (Trabalhadora rural)

"... – Eu sou trabalhadora da roça e não me envergonho disso não.

Pra mim esta é minha profissão, que é muito honrosa. Quando chamam a gente de bóiafria eles tão é discriminando a gente."

> Bel — Barrinha (Trabalhadora rural)

A partir dos depoimentos colhidos é possível observar que as mulheres trabalhadoras rurais têm uma postura mais crítica frente às suas condições de vida. Vivenciando em seu cotidiano um enorme desgaste que é físico e emocional na medida em que assumem papel prioritário dentro da casa, convivendo diariamente e mais intensamente com algumas carências e que também se dedicam ao trabalho da roça que é extremamente espoliador, constroem um discurso mais amplo, trazendo "à tona" problemas presentes na junção das duas esferas: casa e roça.

"... — Como é que uma mãe de família pode viver assim? Sabendo que os filhos tão solto, na rua, enquanto ela tá na roça. Quem vai olhar por eles?

A gente tá trabalhando pesado, pesado, e quando é no final do dia não tirou nem a diária. É humilhante isso daí. . .

De noite é aquela trabalheira, aquela correria pra dar conta de tudo.

Então, qual é a mulher que agüenta?

Além de trabalhar na usina chega em casa, cuida do serviço de casa, chega uma hora dessa, quase de noite, e cuida da comida, cuida da criança, junta criança que tá pelas casas e pra quando for 4 horas do outro dia levantar de novo e fazer essa vida de caminhão..."

Maria Bezerra — Dobrada (Trabalhadora rural)

"... — A mulher quando chega no final do ano, se fizer a conta na ponta do lápis vai ver que ela trabalhou dobrado. No final do ano ela trabalhou dois anos.

E estas crianças quando se puser grande como é que elas vão trabalhar?

Elas não vão dar conta. Porque a gente ainda comeu um pouco melhor; mas eles não. Eles não vão ter força pra trabalhar, de tanta fraqueza. Porque de pequeno eles não têm o que comer. Que mulher vai viver contente assim vendo passar o mês assim, sabendo que a carne, o leite faz falta e que não pode comprar. . .?"

Carmelita

Consciência fragmentada

Referindo-se às más condições de vida, estas mulheres trabalhadoras manifestam uma consciência fragmentada (assim como os homens) da realidade onde estão inseridas. Apesar de perceberem a exploração a que estão submetidas e de reconhecerem no patrão como sendo o causador desta situação precária em que vivem, às vezes não visualizam a postura assumida pelo empreiteiro. Sendo este um arregimentador de mão-de-obra acabam tendo com ele uma relação benevolente, de agradecimento, de favor. Isto se fortalece em momentos de desemprego, quando inúmeras mulheres procuram trabalho.

Muitas mulheres identificam o empreiteiro como sendo seu opositor, tirando do usineiro e mesmo do Estado a responsabilidade sobre as péssimas condições de trabalho e de vida a que estão submetidas.

Como diz uma trabalhadora:

"... - O culpado disso daí são os gatos (empreiteiros), eles tiram tudo que é da gente.

Teve um gato aqui que começou com um caminhão, hoje ele já tem sete."

Rita — Barrinha (Trabalhadora rural)

Porém, mesmo demonstrando uma consciência frente à situação vivida, não existe uma canalização desta insatisfação em práticas coletivas institucionalizadas. Dada a sobrecarga de trabalho, a forma de resistir destas mulheres se concretiza cotidianamente assumindo um perfil bem específico na maneira como participa na sociedade, seja no âmbito da produção seja no âmbito da reprodução.

A busca por novos espaços

Nesta região de Ribeirão Preto vários foram os grupos de mulheres trabalhadoras rurais que tentaram se organizar. Seja através de sindicatos seja através de grupos autônomos.



Mulheres que durante as greves ocorridas principalmente nos anos de 1984, 1985, participaram intensamente das assembléias, piquetes e que de alguma forma buscaram dar continuidade a este momento de participação.

Entretanto, mesmo se jogando na luta pela conquista dos direitos, inúmeras mulheres que neste momento de socialização das reivindicações, a greve, não foram incorporadas pelas novas práticas coletivas que surgem a partir daí. Exemplo disso são as oposições sindicais que começam a surgir neste período e que mesmo defendendo a necessidade de participação mais efetiva das mulheres não consegue torná-las mais presentes.

Já nestes dois últimos anos começa a surgir a vontade por parte de algumas mulheres trabalhadoras rurais que integram diretorias sindicais de construírem uma ala feminina nos sindicatos dos quais são representantes. A proposta sempre presente é: fazer com que as mulheres participem mais, se conscientizem do papel do sindicato, tirando-lhe o caráter de ser somente assistencialista. Ou seja, existe a necessidade da criação efetiva de um novo espaço: o da organização.

Um grupo recente que vem se constituindo em Barrinha (região de Ribeirão Preto) surge desta necessidade. A partir de projeto intitulado: "A trabalhadora da cana: Mulher e Participação Social", coordenado por Maria Izabel Vieira Botelho e financiado por uma organização não governamental inglesa de cooperação, criam-se condições para viabilização desta proposta de intervenção educativa.

Neste projeto tem-se como objetivo principal a criação de um espaço para a discussão e conscientização dos problemas com os quais essas trabalhadoras se defrontam no seu dia-a-dia. Ainda, contribuir para o desenvolvimento de programas de ação voltados para a resolução desses problemas.

Como já existia uma predisposição de algumas mulheres que compõem a diretoria do sindicato de trabalhadores rurais deste município no sentido de aumentar a participação de suas companheiras, decidimos contribuir neste processo.

A grande preocupação colocada pelas próprias mulheres mais diretamente ligadas ao sindicato era a forma de encaminhamento na constituição deste grupo. Para elas era necessário desenvolver uma atividade que fosse atrativa e que não tivesse logo um "caráter político". Isso de certa forma inibiria a participação da grande maioria das mulheres.

A estratégia escolhida por nós, tirada em discussão com este pequeno grupo, foi a de incentivar trabalhos manuais que estão relacionados com tarefas assumidas pela mulher no seu espaço da casa.

Neste sentido, retomamos atividades habituais que são desenvolvidas pelas mulheres, trabalhadoras rurais, muitas vezes visando contribuir para o aumento do orçamento familiar, mas que neste espaço assume um caráter coletivo.

Com essa dinâmica, o grupo se propõe a utilizar o crochê, a pintura em tecido, como um recurso, que, se por um lado traz uma satisfação pessoal, cria por outro lado um espaço efetivo para a discussão e a possível elaboração de uma prática coletiva.

O lucro, que é mínimo, que se obtém a partir da comercialização dos trabalhos produzidos se destina à formação de uma caixinha que tem a finalidade de cobrir alguma despesa com panfletos, participação em algum encontro, etc.





Inicialmente pensava-se que diversos seriam os empecilhos para a criação deste grupo. Um deles seria a falta de tempo destas trabalhadoras, dada sua situação concreta de vida. Outro fator seria de que na existência de algum tempo livre, elas não se deslocariam para fora de casa, dado o cansaço, ou mesmo falta de interesse por qualquer outra atividade. No entanto algumas surpresas foram se colocando, ou seja, começou-se a perceber que algumas mulheres mesmo quando não tendo material para fazer os trabalhos manuais, se deslocavam de suas casas, apressavam seus afazeres domésticos para ir se encontrar com as outras mulheres, dando a enteder que mesmo assumindo uma sobrecarga de trabalho, a mulher trabalhadora busca espaços para se colocar, necessita de lazer.

Através de convites, visitas domiciliares, as mulheres foram contatadas e chamadas a participar do grupo. Logo após as primeiras semanas elas começaram a trazer suas filhas de 10, 11, 12 anos, meninas que ainda não estão trabalhando na roça, mas que são empregadas domésticas ou que ficam cuidando da casa. Inicialmente isto não se colocou como problema, mas com o passar do tempo o material começou a sumir, e não conseguimos mais ter o controle sobre o que tinha e o que não tinha. Decidimos então reduzir o grupo pois estava inviável; em algumas reuniões estavam presentes mais de 20 adolescentes, além das mulheres, dificultando sobremaneira a discussão sobre qualquer tema além de não termos espaço físico para abrigar todo mundo, já que utilizávamos o sindicato para as atividades. Posteriormente pretendemos retomar algumas atividades como teatro, nas quais estas adolescentes possam participar.

Atualmente o grupo está constituído por mulheres quase todas com idade acima de vinte anos e as discussões têm priorizado uma questão de extrema urgência nesta região: o desemprego das mulheres. Com isto o grupo tem crescido muito não só porque aumentou quantitativamente mas porque motivou a partir de uma situação objetiva, imediata, a discussão e a necessidade de maior organização para fazer valer um direito que é de todos: o direito ao trabalho.

Embora os sindicatos de empregados rurais estejam atentos a esta questão e tenham contribuído no sentido de encaminhamento desta luta, a participação das mulheres durante a elaboração local da pauta de reivindicações desta campanha salarial que ora se inicia foi fundamental. Muitas mulheres do grupo estiveram presentes e interferiram na consistência das questões que lhes eram específicas: a creche e o desemprego. Apesar de neste momento este desemprego estar diretamente vinculado à condição de mulher, o grupo tem travado também discussão mais ampla que atinge todos os trabalhadores assalariados rurais que é o desemprego em decorrência da mecanização.

Repensando toda a problemática vivenciada cotidianamente pelas mulheres trabalhadoras bóiasfrias na esfera da produção, da reprodução e de sua discreta participação no âmbito da organização algumas questões necessariamente precisam ser colocadas:

- 1 Não dá mais para pensar o trabalho assalariado da mulher como sendo acessório ao trabalho do homem: se a mulher sai de sua condição de trabalhadora, o nível de miséria da família aumenta barbaramente.
- 2 Não se pretende fazer uma idealização romântica da mulher dos setores populares, nem tampouco contextualizar a sua participação social num relato impregnado de mágoa, rancor, sofrimento. Mas é sim necessário resgatar a sua forma de participação que engloba um circuito amplo de atividade e que neste processo ela, a mulher assalariada rural, constrói sua nova identidade com autonomia.
- 3 Fica colocada a necessidade de ser incorporadas na prática sindical a mulher e suas reivindicações que, neste momento de modernização da produção agropecuária nesta região, vive um momento de total instabilidade. Várias usinas já declararam que o critério de contratação para a safra que está por ser iniciada (abril, 89), é o não ser mulher, e que sendo comprove sua esterilidade.

Várias mulheres têm recorrido à operação de trompas, cirurgia esta que neste momento está sendo feita gratuitamente em alguns municípios da região, segundo declarações das próprias mulheres.

Como criar canais efetivos para incorporação da mulher nas práticas sindicais?

O desafio fica colocado.

"... E elas habitaram o sindicato..."

Maria Izabel Vieira Botelho *



Assembléia realizada na igreja durante a ocupação do sindicato pelas mulheres

m março de 1985 cerca de 300 mulheres que, em revezamento, acamparam no Sindicato de Trabalhadores Rurais de Nova Timbotéua (Pará), e aí permaneceram por 10 dias juntamente com seus companheiros e filhos, receberam parecer favorável emitido pela DRT, a qual reconhecia-lhes o direito à sindicalização. Esta era a luta central deslanchada pelas mulheres que sendo trabalhadoras reivindicavam o reconhecimento social e legal em seu meio social.

Esta luta pela sindicalização que culminou com a ocupação do sindicato foi gestada durante uma longa preparação donde se tentava trazer todo o conjunto da categoria e dessa forma mulheres e jovens para a participação no movimento de oposição sindical que recebeu a denominação de Corrente Sindical Lavradores Unidos, que foi criada em junho/84. A organização desta corrente "representou a primeira iniciativa com conteúdo classista, possibilitando ao campesinato continuar a resistir de forma organizada ao processo de expropriação e a conseguir se manter crescendo nos enfrentamentos sindicais, ampliando cada vez mais seu lado de influência interna no município e a se constituir referência para outras parcelas do campesinato na região". A necessidade de articulação deste movimento surge dentro de um quadro de lutas que vinham se travando no município pelos lavradores a luta pela terra, a luta de resistência às pressões dos grandes proprietários, comerciantes e grileiros, a luta pela melhoria das condições de vida.

Dentro deste referencial de lutas foriadas cotidianamente é que se concretiza a oposição sindical que neste momento buscava a conquista de seu órgão de classe que até então tinha uma prática totalmente descomprometida com os lavradores. "O quadro era o de um sindicato de trabalhadores rurais profundamente inoperante e comprometido com os interesses de grandes proprietários, de políticos da situação, de comerciantes. Além disso, era um organismo que servia como meio de vida e cabide de empregos. O Sindicato de Trabalhadores Rurais de Nova Timbotéua foi fundado em 1972, por iniciativa do prefeito da época (da Arena), dentro da política de implementação de convênio com o Funrural, que, como se sabe, foi estratégia governamental no sentido da promoção de um sindicalismo assistencialista e despolitizado".2 Estava colocada a urgência da tomada do sindicato e o desvinculamento da diretoria pelega.

Importante assinalar nesse processo que a FASE em sua intervenção educativa junto aos setores populares e particularmente neste contexto, junto aos camponeses, vinha atuando nesta área desde 1977, contribuindo na organização de importantes núcleos de trabalhadores constituídos a partir de lutas de resistências para a permanência na terra, grupos de jovens e de mulheres e de outros que surgem a partir das reflexões bíblicas, incentivados por membros da Pastoral da Igreja de Nova Timbotéua.

^{*} Com a colaboração da equipe FASE — Capanema (PA).

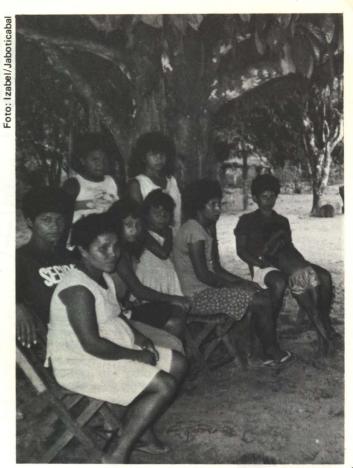
Relatório Anual elaborado pela equipe FASE — Capanema (PA) em 1985.

Revista Proposta nº 34 — "A luta e organização camponesa — balanço de um trabalho educativo".

Já em abril de 1983, o grupo de mulheres realizou na localidade de Mocajubinha um encontro que contou com a participação de 170 mulheres. Neste encontro foram definidas algumas atividades a serem desempenhadas pelo grupo: realização de abaixo-assinados pedindo a volta de 31 trabalhadores expulsos do sindicato de trabalhadores rurais em 1982, maior atuação nas assembléias sindicais, mobilização em torno do problema de água de Nova Timbotéua, reuniões mensais para avaliação e planejamento, definição de atuação nas próprias comunidades ou bairros.

No entanto este trabalho que vinha sendo desenvolvido com os diversos grupos não possibilitava uma maior articulação entre os mesmos. Era necessário uma redefinição dos pressupostos e da metodologia de trabalho da equipe FASE na área que possibilitasse um avanço no processo de organização dos trabalhadores.

Esta redefinição é feita a partir de 84. Constata-se a ausência de "um canal organizativo de caráter permanente que, aglutinando amplas parcelas dos trabalhadores rurais, conseguisse organizar seus esforços de resistências econômica, política e cultural e rompesse o isolamento dos grupos existentes face ao conjunto da categoria". Neste contexto nasce a proposta, elaborada pelos próprios técnicos da FASE em conjunto com algumas das principais lideranças, da criação da Corrente Sindical Lavradores Unidos.



Mulheres em Traguatena - Nova Timbotéua/PARÁ

Como ampliar a participação das mulheres

Dentre outras iniciativas levadas à frente pela Corrente, constata-se a necessidade de ampliar a participação das mulheres camponesas dando ênfa-se à luta pela sindicalização.

Este texto busca registrar esta luta travada pelas mulheres. Busca relatar esta experiência através da narrativa das próprias mulheres envolvidas e desta forma tenta trazer à tona questões vivenciadas cotidianamente neste movimento de participação social, resgatando a maneira específica de seu envolvimento e a riqueza da contribuição por elas dada.

O que garantiu que esta proposta encaminhada pela Corrente Sindical Lavradores Unidos — a de trazer a mulher para a luta — conseguisse ser vitoriosa? Todos sabemos que a autenticidade de qualquer iniciativa só alcança a sua legitimidade quando a população envolvida se identifica com a proposta elaborada e mais: que esta iniciativa esteja colada no dia-a-dia.

Quais foram os motivos que levaram a Corrente a encaminhar essa luta específica?

Um dos motivos foi de que a luta pela sindicalização das mulheres inseriu-se numa ampla campanha de sindicalização como estratégia utilizada pela oposição sindical desencadeada a partir de agosto de 1984. Neste sentido buscava-se sensibilizar os trabalhadores para a necessidade de participarem da vida sindical e desta forma aumentarem o poder de pressão dos trabalhadores no embate eleitoral.

³ Revista Proposta nº 34 – "A luta e organização camponesa – balanço de um trabalho educativo".



INFORMÁTIVO DA CORRENTE SINDICAL LAVRADORES UNIDOS

Com o lema: QUEM NÃO SABE É COMO QUEM NÃO VE, SEJA SOCIO DO SINDICATO, foi lançada a grande Campanha de

MPANHA

Sindical LAVRADORES UNIDOS; as inúmeras visitas realizadas as diversas comunidades, tem Sindicalização. acendido o desejo de participação em centenas de lavradores, que assim vão se somando na grande Corrente da união dos trabalhadores contra a exploração.

Os esclarecimentos sobre a verdadeira finalidade do Sindicato, tem rasgado o véu da vista dos companheiros e feito aparecer o verdadeiro Sindicato que deve estudar os problemas, ORGANIZAR, DEFENDER os direitos e lutar com firmeza pela CONQUISTA de sempre novas vantagens que assegurem aos lavradores uma melhor condição de vida e de trabalho.

Esta finalidade não vem sendo cumprida pela atual Diretoria do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Nova Timboteua. Em vez do estudo dos problemas, as Delegacias Sindicais se encontram fechadas sem realizar reuniões com os sócios; em vez de organizar os lavradores existe a dificuldade para sindicalização e negação para fundação de novas Delegacias e o total descompromisso da Diretoria com os esforços organizativos dos lavradores; no lugar de defender os direitos, o que vem acontecendo é a negação do direito de todos os lavradores à guia para atendimento médico, a proibição das mulheres casadas se associarem, a violência contra os aposentados que são impedidos de participar da vida sindical, a falta de fiscalização nos hospitais para exigir um atendimento médico digno ao trabalhador; os lavradores perdendo suas terras sem que nada seja feito, pela Diretoria, para defender

O que a Corrente Sindical Lavradores este direito. Unidos deseja é arrancar a máscara desse Sindi cato cansado, assistencialista, morto e ausente da luta e da vida dos lavradores, e fazer aparecer o verdadeiro rosto do Sindicato: um Sindicato vivo, atuante, organizador, que lute com coragem pelos interesses de todos os lavra dores do Município.

A entrada de novos companheiros que se somam às inúmeras tarefas de construção da Corrente revelam a justeza e a seriedade das intenções dos companheiros que sem medir esfor ços e até perdendo alguns dias de seu trabalho no roçado levam as mensagens da Corrente aos mais distantes lugares do município, se lançan do a grande tarefa de unir os trabalhadores todos, porque a união é a grande arma que os trabalhadores tem para enfrentar as dificulda-O SOCIO E O ESTEIO QUE SUSTENTA O SINDICATO



Sindicalização das mulheres: uma luta político-ideológica

No entanto a sindicalização de mulheres representava não só uma luta a ser travada a nível político, mas também uma luta de cunho ideológico que colocava em questão a necessidade de serem reconhecidas como trabalhadoras.

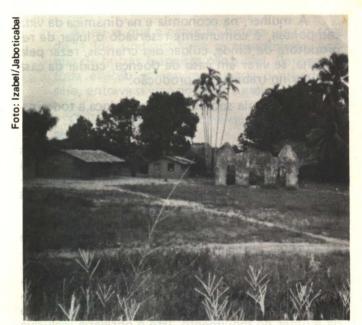
O Sindicato de Trabalhadores Rurais de Nova Timbotéua, assim como inúmeros outros do Brasil, negava às mulheres o direito à sindicalização apesar deste direito estar garantido na Constituição brasileira e nos estatutos do sindicato. "A visão do sindicato como órgão assistencialista é bastante difundida ainda no campo, e dela compartilhava a antiga direção do sindicato de Nova Timbotéua. Embora todo trabalhador rural, independentemente de ser sindicalizado, ou não, tivesse direito de acesso aos benefícios da Previdência Social, aquela direção não só cerceava este direito aos trabalhadores como ainda alegava que sendo o homem (chefe de família) sindicalizado seus direitos estariam estendidos para as mulheres não havendo mais necessidade de elas sindicalizarem-se. Esta postura era pois duplamente conservadora, pois de um lado reforçava a idéia de sindicato como órgão de assistência e não de luta e por outro lado discriminava a mulher".4

Além de ter uma prática sustentada no assistencialismo, a diretoria pelega do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Nova Timbotéua demonstrava até 1985 um total descomprometimento com os interesses dos trabalhadores. Durante sua gestão desativou uma delegacia sindical em um povoado, expulsou do quadro de associados 31 camponeses que iniciavam na década de 70 um movimento de oposição sindical, não permitia a sindicalização das mulheres, fixava as mensalidades do sindicato à revelia das assembléias sindicais ou mediante a manipulação dos presentes, etc.

A partir da criação da Corrente Sindical Lavradores Unidos viabiliza-se a canalização dos anseios dos trabalhadores em Nova Timbotéua e dessa forma a luta pela sindicalização das mulheres.

No entanto quando se fala em encaminhar diretrizes que visem uma maior inserção das mulheres no movimento, vale assinalar as condições em que esta tentativa se concretiza.

Nova Timbotéua é um pequeno município que tem aproximadamente 9.000 habitantes, dos quais 6.650 encontram-se na área rural, integrando a região Salgado—Bragantina. A produção é essencialmente agrícola, sendo o milho, feijão e mandioca os produtos mais cultivados. Dentre estes, o que tem maior peso é a mandioca que dela fabricam a farinha, o item mais importante na dieta alimentar.



Povoado Terreirão - Nova Timbotéua

Tendo um solo arenoso e empobrecido por dezenas de anos de cultura intensiva, as áreas trabalhadas pelas famílias vêm diminuindo em consequência do monopólio da terra e do crescimento da população, não permitindo o repouso do solo dada a inexistência de estoque de terras disponíveis para o revezamento. A baixa renda auferida por estes camponeses advém desta terra, que demanda muito trabalho, onde as poucas técnicas agrícolas são ainda muito rudimentares e onde o frequente endividamento junto aos representantes do capital comercial e usuário cria a necessidade de fazerem muitas vezes a venda antecipada, conhecida como "venda na folha", não tendo a menor possibilidade de segurar a produção para obtenção de melhores precos.

Estes pequenos produtores pauperizados estão espalhados pelas "colônias"; muitos percorrem 9, 10 km até a sede do município, sem nenhum meio de transporte.

A saúde, dadas as condições de subsistência, é extremamente deficiente, onde a água nem sempre está em condição de ser utilizada, a alimentação restrita, a própria morada denuncia a precária situação de seus moradores. Junte-se a tudo isso os poucos recursos financeiros que possibilitem o acesso aos serviços de saúde. É freqüente a prática entre estes camponeses do empréstimo junto aos comerciantes num momento de doença na família quando necessitam cobrir as despesas com transporte, farmácia, etc. É justamente neste momento que ocorre a "venda na folha".

Estando mais presente no convívio familiar a mulher vivencia mais proximamente a privação.

⁴ Revista Proposta no 34.

À mulher, na economia e na dinâmica da vida camponesa, é comumente reservado o lugar de reprodutora de filhos, cuidar das crianças, rezar pela família, se virar em caso de doença, cuidar da casa e ajudar no trabalho da produção.⁵

A luta pela sobrevivência se coloca a todo instante.

Embora a natureza das condições objetivas fossem já suficientes para uma maior organização desta população, visando uma melhoria de sua situação concreta, é imprescindível apreendermos também neste processo as questões subjetivas.

Aos homens lavradores, dada a sua forma de inserção no cotidiano da unidade produtiva e também pela posição assumida historicamente na sociedade, a qual lhe delega outros espaços que extrapolam a casa e o roçado, coube a tarefa de criar formas concretas de possibilitar a maior participação da mulher no movimento. Isto o obrigaria inclusive a assumir afazeres domésticos até então realizados somente pelas mulheres.

O que possibilitava essa mudança que transcendia inclusive a valores culturais e morais tão arraigados na economia camponesa?

A resposta a essa questão passa pela conscientização de que aquela "estrutura dada" poderia ser de alguma forma modificada e que, de maneira organizada, os camponeses juntamente com suas mulheres e filhos poderiam conquistar seus direitos e novos espaços para o exercício da cidadania.

A inserção das mulheres no movimento

Algumas mulheres vinham há algum tempo participando do movimento desencadeado pela Corrente Sindical. Estas mulheres e também os homens, que eram a grande maioria, foram encarregados de trazer as mulheres até então ausentes para participarem e de levar às suas companheiras a acreditarem que o se "jogar na luta iria valer a pena", isto porque:

"... — Tu já pensaste o que é uma mulher ter que cuidar dos filhos, ter que fazer comida, ter que estar ali também ajudando no roçado; porque a situação é difícil mesmo, tem que ajudar, até os filhos menores porque senão não dá conta do que é preciso fazer para viver; então ela tem que enfrentar mesmo, é um desafio para ela na medida em que se



Reunião de trabalhadores

conscientiza do que de fato vai valer a pena fazer este esforço. (Está se referindo à mobilização das mulheres.)"

> Selma – São Pedro⁶ Janeiro/1989

O se "jogar na luta" acarretaria para a mulher uma série de atropelos. Teria mesmo que repensar a dinâmica da casa e do roçado; exigiria inclusive o se colocar publicamente, se pronunciar perante pessoas desconhecidas. Ela iniciaria uma prática que lhe era totalmente nova.

"... — Ah, eu não gostava de ir nas reuniões que eles organizavam (equipe FASE). Eles mandavam bilhete convidando e eu ia mas ia com raiva; eu não gostava daquilo tudo: deixar as crianças sozinhas, e voltar só à noite, com tudo pra fazer..."

Maria — São Pedro

Ou então:

"... — Era aquela coisa que a gente não sabia muito bem o que ia falar. A gente ainda não tinha muita consciência. E quando dava a vez da gente falar, dava aquele branco."

Alice - São Pedro

⁵ Relatório Anual elaborado pela equipe FASE — Capanema — 1985.

⁶ Todos estes depoimentos foram colhidos em Janeiro de 1989, em São Pedro, colônia situada a 12 km da sede do município de Nova Timbotéua, onde as mulheres vindas de outras colônias se reuniram para falar um pouco de suas experiências.

Algumas mulheres sentiram a necessidade de começar a participar no movimento, quando buscavam no sindicato apoio (negado), para alguns problemas que estavam enfrentando. Sentindo-se lesadas em seus direitos iniciam um processo de questionamento da prática sindical então vigente e começavam a discutir possíveis formas de atuação, visando a saída da diretoria pelega.

"... – Eu comecei em 84. Eu não participava não, eu não acreditava quando falavam assim em organização, eu sempre duvidava da organização, sabe?

Primeiro começou meu marido; eu fui muito contra mas porque eu não tinha ainda consciência, tava custando a entrar na minha consciência que a gente tinha que se organizar.

Primeiro foi meu marido se organizando com os outros.

O problema que eu enfrentei mais, que eu achei muito doído foi eu ir no sindicato com um menino meu doente e eles me negarem uma guia. O menino já ia morrendo. Eles diziam que meu marido não tinha o direito porque ele era expulso do sindicato e ele tava expulso mesmo, em 73 ele foi expulso do sindicato, sabe? Queriam aumentar a mensalidade e eles não aceitaram e aí foram expulsos, foram 31 expulsos do sindicato.

Naquele dia não tinha pra onde correr e ele (o marido) disse assim: tu que não é muito manjada lá, tu vai. Aí eu cheguei lá, eles (os pelegos) disseram: ah! essa é a mulher de um dos sócios que tá expulso, você não tem direito mesmo.

Aí eu fui pra Capanema e fui atendida com a ficha de lá, do sindicato de Capanema.

A mamãe tinha um problema de terra, e foi no sindicato e ele (o pelego) fez do mesmo jeito: você não tem direito, saia, deixa a terra do homem.

Tudo aquilo foi se colocando junto e quando foi pra botar esse presidente pra fora, eu senti aquilo. Eu disse: eu tenho que ajudar pra botar esse homem pra fora. Poxa! ele fez comigo, fez com meu filho, fez com minha mãe, tudo num ano só. Jogou minha mãe fora. Eu disse: eu tenho que fazer alguma coisa e eu só ajudo se eu votar. Aí eu me juntava com ele (o marido).

Por isso eu comecei a participar com ele e quando eu participei mais foi na sindicalização das mulheres. Eu fui e nós enfrentamos o pelego lá. Aí eu vi que a gente só botava ele pra fora de lá (do sindicato) era se organizando, porque de outras maneiras não tinha. Porque em toda eleição era assim: quando o presidente saía, entrava o vice no lugar e assim vice-versa.

O sindicato era uma casa que a gente não se sentia bem lá dentro.

A gente era malvisto. Aí nós tentamos a primeira eleição, não conseguimos, tentamos a segunda não conseguimos, fomos ganhar a terceira com esse esforço todo de trezentas e poucas mulheres no sindicato."

Áurea - São Pedro

As dificuldades para a participação

Se para o homem a participação implicava em caminhadas de vários quilômetros, noites maldormidas, atrasos nos cuidados com a criação, com o roçado, para a mulher além de ter que dar conta daquelas atividades das quais o homem se encarregava, se acrescenta também a dificuldade em começar a lidar com situações que até então lhe eram desconhecidas: os cuidados da casa e dos filhos a encargo dos maridos, as inúmeras reuniões em grupos em outros povoados, o contato com companheiras de outros povoados.



Assembléia de trabalhadores no STR de Nova Timbotéua

"... — Tinha vez que pintava aquele monte de gente e fazia um círculo e todo mundo ia falando e quando chegava a vez de uma mulher falar, pronto! Teve gente que dava agonia..."

"... — A gente não era acostumada e dava aquele nervoso e achava que la errar..."

Alice - São Pedro

"... – A gente era mais tímida, não falava quase nada..."

Áurea — São Pedro

Além disso o ir e vir dos companheiros gerava uma série de questionamentos por parte das mulheres. Elas queriam saber o que acontecia fora, nas reuniões, nos estudos dos quais os homens faziam referência. Estes por sua vez também encontravam dificuldades em descrever para suas companheiras e filhos o que estava acontecendo. Como dizem algumas mulheres:

"... - Ele não sabia me explicar direito..."

Áurea

"... — A gente brigava muito também, porque você sabe, o serviço da roça é um serviço que nunca falta, quanto mais trabalha mais tem serviço. E empalhava tudo que ele saía assim dois, três dias. Tem dez anos que ele começou nessa luta: daquelas colônias o primeiro que começou foi ele.

A gente brigava muito porque ele deixava o serviço de mão, só pra gente trabalhar e eu dizia que deixasse aquilo, que aquilo não tinha futuro.

Depois eu comecei a participar, a ir na reunião dos meninos (equipe FASE) e comecei a ver que eles trabalhavam a favor de todos e que tinha futuro né?

Lá em casa era tudinho contra. Tinha os dois rapazes, as duas moças grandes e eu, ele teve que enfrentar tudinho.

A gente achava que só trabalhar é que era bom, que lutar pelo sindicato, outras coisas, não tinha futuro.

E ele dizia: — Um dia vocês vão saber!

Aí eu fui pra reunião e vi que eles explicavam tudinho e eu vi que estava certo e aí eu fui colocando. Porque ele ia pra reunão tudinho e não colocava para os meninos (filhos) e eu dizia: — Como é que tu quer que eles sabem das coisas? Ele só sabia brigar dizendo: — Vocês não sabem de nada. E eu dizia: — Temos que explicar pra eles, temos que falar; aí eu fui colocando pra eles e então começaram a compreender.

Porque ele (marido) começava a falar e se zangava com os meninos e eu dizia: — Nenê, não tem que ser assim e fui explicando direitinho.

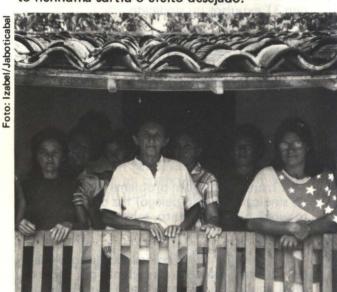
Hoje todo mundo trabalha junto.

Maria do Nenê - São Pedro

Vale ressaltar que hoje todos os filhos maiores desta família estão engajados no movimento, seja nas cantinas comunitárias⁷, seja nas delegacias sindicais dos povoados e coube à mulher informá-los sobre tudo o que ocorria e de achar uma maneira adequada de convencê-los a participar, e criando neles a necessidade de se identificarem com a proposta que estava em andamento.

Processo de organização das mulheres

No momento de inserção da equipe na região, levantaram-se inúmeras queixas das trabalhadoras quanto à proibição do pelego à sindicalização das mulheres. Várias foram as iniciativas visando sensibilizar a diretoria sindical e as assembléias desse direito constitucional que lhes era negado. No entanto nenhuma surtiu o efeito deseiado.



Nova Timbotéua/PARÁ

A equipe FASE, em discussão com a coordenação da Corrente que neste momento se apresentava com um razoável grau de organização e penetração junto aos camponeses, resolveu deslanchar um processo que incorporasse essa necessidade co-

Estas cantinas caracterizam-se por um grupo de camponeses que se juntam para formar um capital coletivo com o qual se abastecem de mercadorias que não produzem, assim como para realizarem cooperativamente — venda dos produtos que cultivam em condições de preço mais vantajoso. Esta é uma prática alternativa de caráter econômico gerida pelos lavradores e que toma maior vulto a partir da atuação da Corrente Sindical Lavradores Unidos (cf. Revista Proposta nº 34).

locada às mulheres. Era também o momento de trazer novos trabalhadores para integrar e fazer avançar as propostas da Corrente. Criava-se então em 1985 a Ala Feminina da Corrente Sindical Lavradores Unidos.8

A metodologia utilizada no processo de organização das mulheres foi tracada pelos técnicos da FASE juntamente com a direção da Corrente Sindical. Inicialmente selecionou-se um coletivo de 5

mulheres que já vinham demonstrando capacidade de liderança nos vários povoados. Com elas elaborou-se um plano de discussão e aprofundamento que visava um melhor desempenho das atribuições diretivas e de coordenação: o que é, para que serve. como se organiza a Corrente Sindical; o que são interesses de classes, o que é e para que serve o sindicato, qual o papel da DRT, dos órgãos de Estado. Como coordenar uma reunião obedecendo a um planeiamento e como avaliar o trabalho.



O SINDICATO

É DE TODOS NÓS

Um fato que vem desgostando muito os associados do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Nova Timboteua é que as mulheres casadas estão sendo impedidas de se sindicalizar. O motivo apresentado pela Diretoria é que os seus maridos sendo sindicali zados, elas têm os mesmos direitos.

O que está acontecendo é contrário ao Estatuto do Sindicato. O Artigo 70 diz:

"A TODO INDIVÍDUO QUE PARTICIPE DA ATIVIDADE REPRESENTADA (AGRICULTURA), SA-TISFAZENDO AS EXIGENCIAS DA LEGISLAÇÃO SIN DICAL, ASSISTE O DIREITO DE SER ADMITIDO NO SINDICATO, SALVO FALTA DE IDONEIDADE COM RECURSO PARA A AUTORIDADE COMPETENTE".

No início do artigo diz que todo indi viduo tem o direito de se sindicalizar. In dividuo não faz distinção de sexo. Todos os trabalhadores rurais, homens e mulheres, jovens e velhos, têm o direito de se sindicalizar.

As exigências da Legislação Sindical que se deve satisfazer para ter o direito de fazer parte do Sindicato são: 1. Trabalhar em agricultura;

- 2. Ter mais de 18 anos;
- 3. Morar na área territorial do Sindi-
- 4. Apresentar a Carteira Profissional (se for exigida) para provar sua profissão;
- 5. Pagar a mensalidade do Sindicato.

Falta de idoneidade é quando o trabalhador tem uma falta grave, um crime, por exemplo. Mas isso tem que ser comprovado.

Negar a sindicalização a uma mulher lavradora que sabe o que é sofrer na dureza do trabalho na enxada, que luta lado a lado com os seus companheiros em todas as tarefas da agricultura, é um desrespeito ao Estatuto e uma violência contra todos os trabalhadores.

Nos, mulheres trabalhadoras, organiza das na Corrente Sindical "Lavradores Uni dos", lutaremos com firmeza pelo direito de participar do nosso Sindicato.

A criação da Corrente Sindical Lavradores Unidos com Ala Feminina e Ala Jovem baseou-se numa experiência desenvolvida pela FASE em outro município, o de Santarém, também no Estado do Pará, em 1979.

Com o grupo das cinco se planejou um ciclo de reuniões nos povoados onde já existiam núcleos da Corrente. Nestes encontros reuniam-se de 20 a 30 mulheres, as quais mostravam estar mais comprometidas com as propostas da Corrente Sindical. Estas mulheres constituíram o grupo de apoio da Ala Feminina. Durante estas reuniões as mensagens-base transmitidas pelo coletivo de coordenação eram:

— O que é Corrente Sindical, o porquê da constituição da Ala Feminina, quais as bandeiras de luta da Corrente, e também a questão referente à proibição da sindicalização das mulheres e as possíveis formas de atuação.

A articulação da coordenação com o grupo de apoio implicou em diversas idas aos diversos povoados possibilitando um maior conhecimento da realidade do município.

Após o término deste ciclo de reuniões avaliou-se que existia a disposição entre as companheiras de lutar pelo direito à sindicalização. Dentro deste contexto a equipe FASE constatou a necessidade de aprofundar as discussões do significado das medidas jurídicas e de se manter, paralelamente, a mobilização não só das companheiras, mas de toda a Corrente Sindical. Desta forma, desenvolveu-se um plano de ação que visava a sensibilização da opinião pública e também de todos os sócios do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Nova Timbotéua. Através de material elaborado pela equipe, foram denunciadas todas as irregularidades cometidas pela diretoria sindical, tais como: a violência contra o direito da mulher em se associar; a manutenção da decisão arbitrária de 31 lavradores do quadro social do sindicato; proibição aos aposentados de participarem das assembléias sindicais; cobrancas de taxa para se associar, além da mensalidade; negação de guia para atendimento médico; a negação ao direito dos sócios de criar delegacias sindicais; o abandono do recinto das Assembléias Gerais quando as propostas da diretoria não eram aprovadas pelos sócios e abandono da categoria à sua própria sorte sem oferecer alternativas para a defesa da terra e da produção.

Além deste material a equipe assessorou a elaboração de um documento que registrava todas essas denúncias e exigia um parecer do delegado regional sobre o caso. Este documento foi entregue à DRT em Belém por uma comissão de 10 trabalhadores sindicalizados. Este foi também o momento de se denunciar através de jornais, rádio, televisão, todas as irregularidades cometidas pelo Sindicato de Trabalhadores Rurais de Nova Timbotéua, como forma de pressionar tanto a DRT como a diretoria sindical.

A ocupação do sindicato

Como a resposta da Delegacia Regional do Trabalho já demorava mais de um mês, o coletivo de coordenação do movimento das mulheres juntamente com o grupo de apoio resolveram ocupar o sindicato para pressionar tanto a DRT como a diretoria sindical.

A intensa participação dos homens no desenrolar desta ocupação foi de fundamental importância não só porque engrossava o número de ocupantes no sindicato, mas principalmente porque reforcava o projeto da Corrente que era de mobilizar não só as mulheres mas também os companheiros homens e seus filhos. Era evidente a percepção dos trabalhadores de que a ocupação era o último recurso do qual se utilizariam para o cumprimento do direito à sindicalização e que para isto era necessário inclusive o abandono temporário de seus roçados. Na dinâmica da produção familiar onde não existem máquinas agrícolas que agilizariam a produção, toda a mão-de-obra do grupo é de extrema necessidade; a ausência de um membro já desestrutura o ritmo da unidade produtiva, e este momento quando todas as mulheres, homens e crianças estiveram presentes na ocupação implicou num desarranjo total, incluindo até a perda da queimada e atraso no plantio.

Como diz uma camponesa:

"... — Nós passamos 10 dias e eu não arredei o pé, dia e noite, dormindo no chão; quando dava certo a gente armava a rede e quando não dava a gente dormia no chão.



Mulheres em frente a sede do sindicato

De manhã vinha um ou dois até em casa e dava coisa pros bichos, às vezes perdia até a mandioca na água porque a gente abandonou tudo, ficou tudo lá.

Porque neste tempo de luta sindical eram todos que lutavam: a gente, marido, filho e tudo.

Cada um levava um pouco de arroz, feijão, farinha e a gente comia lá mesmo. . ."

Maria — São Pedro Janeiro/89

E mais:

"... — Foi tão bonita essa luta nosssa aqui dentro do São Pedro (povoado situado a 9 km de Nova Timbotéua), a gente conseguiu organizar esse povo todinho; que eles deixaram criação, roçado, tudinho. Foi pouca gente daqui não! Às vezes só os homens voltavam pra dormir. Mas no outro dia tava tudo lá de novo..."

Lucy - São Pedro

"... — Naquela época nós passamos uma crise meio ruim, porque era época de queimar roçado.

Nós ficamos aqueles dias todos lá e quando a gente voltou pra nossas casas e não pôde mais queimar..."

Alice - São Pedro

"... — Quando os companheiros voltaram pra recuperar seu trabalho foi bastante difícil assim a nível econômico; já não sabiam mais como recuperar."

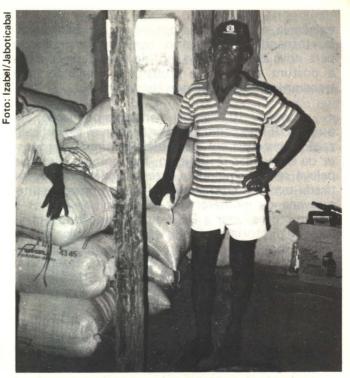
Selma - São Pedro

"... — Nós aqui agüentamos foi com a cantina, que nós já tínhamos. Era de onde a gente tirava o alimento. Quando nós fomos ver a gente tava devendo era muito.

Pra gente recuperar foi de pouco, mas recuperou..."

Lucy - São Pedro

Foram planejados diversos detalhes da ocupação. Era necessário que este movimento resultasse numa resistência organizada dos trabalhadores e que enquanto processo educativo, como se pretendia, houvesse a possibilidade de participação e desenvolvimento da consciência de classe.



Interior de uma cantina comunitária, São Pedro

Reforçando essa expectativa foi constituído um comando de "greve" formado por 7 mulheres e a direção da Corrente Sindical. Era essencial que este comando adquirisse a prática de avaliar cada nova situação que fosse surgindo, de planejar respostas a estas situações, de enfrentar a diretoria sindical e os órgãos estatais. Promovia também a animação e o esclarecimento das companheiras. Mantinha constantes as informações sobre todos os encaminhamentos jurídicos e resoluções que tomavam. Quando se fazia necessário as mulheres eram chamadas a se reunir no salão paroquial enquanto os homens garantiam a ocupação da sede sindical.

Fez-se necessária também a organização de um comando de segurança, onde os homens se distribuíram entre os postos necessários e se organizaram em revezamento. Além destas comissões, providenciou-se um esquema de transporte facilitando o acesso dos trabalhadores entre as colônias e a sede do município no momento em que se fazia necessária a presença de maior número de pessoas. Panfletos e jornais Farinhada foram amplamente distribuídos em todo o município, esclarecendo a população e denunciando as atitudes do pelego.

Alguns impasses foram se colocando no decorrer do processo. Após sucessivas recusas em aceitar a sindicalização das mulheres, o presidente do sindicato se compromete em associar as mulheres, mas somente perante comprovante do pagamento da contribuição sindical. Este momento gerou muita hesitação por parte da diretoria da Corrente e de toda a equipe FASE. Num primeiro momento, aceitando a imposição, começaram a preparar os recibos de pagamento. Esclarecida a ilegalidade desta

exigência, a Corrente se posicionou em não aceitála, tornando-se necessário convocar as mulheres para nova assembléia no sentido de esclarecer sobre a postura assumida e preparar o comando para transmitir a decisão ao presidente sindical.

Durante 10 dias foi mantida a ocupação, até que a DRT expediu parecer favorável à sindicalização. Neste dia em assembléia foi tirada a proposta de desocupar o sindicato, mas como a diretoria pelega se negava ainda a fazer a sindicalização, foi tirada também em nova reunião a proposta de uma caravana de mulheres que deveriam se deslocar a Belém e pressionar a DRT a uma posição que obrigasse a diretoria sindical a efetuar a sindicalização das mulheres. Em Belém este grupo de 30 mulheres que estavam dispostas Inclusive a fazer nova ocupação na DRT, caso fosse necessário, se confrontou com o presidente do sindicato e na presen-

ça do delegado regional do Trabalho obteve posicionamento no sentido de aceitação da sindicalizacão das mulheres.

Esta vitória significou um momento educativo riquíssimo, pois criou na prática canais efetivos de participação de toda a categoria, onde se discutiam os acertos e erros, as posturas assumidas pelos órgãos oficiais, as questões que vinham sendo refletidas há tempo. Mas este processo gerou também uma disposição generalizada entre os trabalhadores estimulando o processo desencadeado pela Corrente Sindical e também possibilitando um maior ânimo para recuperar o roçado, os prejuízos.

A partir daí, se acelerou o ritmo das sindicalizações não só de mulheres mas também de muitos homens.

Os novos espaços de participação da mulher

Vale ressaltar que após algumas derrotas nas tentativas de "tomar o sindicato", em decorrência de fraudes exercidas pela diretoria sindical pelega apoiada pela oligarquia tradicional da região — o prefeito, vereadores com seus cabos eleitorias — em Maio de 86 foi eleita a chapa de oposição, contando com a participação de uma mulher na atual diretoria. Após esta vitória, a nova diretoria eleita se viu em apuros para organizar a burocracia sindical.

Foto: Izabel/Jaboticabal

Lucy no balcão da cantina de São Pedro — Nova Timbotéua/PARÁ

Muito tempo se gastou para cobrir todas as dívidas, pois a antiga diretoria, comprometida com os interesses dos políticos locais, recebia dos mesmos dinheiro, garantindo desta forma uma boa situação econômica. Esta reorganização demandou uma centralização do trabalho dificultando a continuidade da participação da grande maioria das mulheres.

O reconhecimento social e legal das mulheres trabalhadoras suscitou nelas a necessidade de continuarem criando espaços nos quais pudessem exercer seus direitos à cidadania. Incrementou-se neste processo a inserção das mesmas nas cantinas e nas delegacias sindicais dos vários povoados.

No entanto, "assumir o balcão" de uma cantina, ou se tornar uma sócia, demanda um longo trabalho que coloca em questão valores morais muito fortes entre os camponeses. Só recentemente durante as campanhas eleitorias municipais é que as mulheres assumiram efetivamente a coordenação dos balcões. Isto porque os homens, participando mais intensamente das últimas eleições municipais, acabavam por retardar o andamento das cantinas na medida em que freqüentemente tinham que se deslocar de um povoado a outro.

As mulheres, conscientes da necessidade de continuar participando, e sendo as cantinas e as delegacias sindicais um espaço de fato, onde se concretizam algumas propostas do sindicato, têm incrementado estas duas práticas. Esta participação que implica em compras em outros municípios, lidar com a contabilidade, tem gerado nas mulheres um sentimento de que também são capazes de exercer atividades até então desconhecidas:



"... — A gente dá conta direitinho, as mulheres fazem tudo direitinho. Quando o companheiro vai fazer a compra na cidade, eu fico no balcão. Esses dias eu tô assumindo juntamente com o marido da outra..."

Lucy, sócia da cantina em São Pedro

Hoje a grande questão colocada pelas próprias mulheres que estiveram presentes durante a ocupação do sindicato e que de alguma maneira continuam engajadas é de viabilizar um projeto voltado para a problemática específica da mulher. Desta forma, acreditam que trariam de volta a grande maioria das mulheres que estiveram presentes no movimento de sindicalização e que hoje está dispersa.

Como diz uma trabalhadora:

"... – Nas assembléias é que a gente vê a grande participação das mulheres, é em peso.

Hoje tá asssim: as mulheres estão participando das assembléias, das delegacias sindicais, das cantinas comunitárias, mas a gente sente a necessidade de formar, nós mulheres, coisas concretas que nós mesmos podemos desenvolver.''

Selma, da diretoria do Sindicato

É muito forte entre estas mulheres trabalhadoras a identificação com o sindicato. A ocupação e a conquista do direito à sindicalização significaram um momento de esclarecimento e o entendimento de que o sindicato é um espaço do trabalhador e que está à sua disposição para defender os seus direitos. Assim "como sua casa, o sindicato protege toda a família sem discriminação. Todos, homens e mulheres, são reconhecidos como cidadãos". Foi possível a desmistificação da prática sindical. Através da discussão e reflexão as mulheres começaram a deter o conhecimento de uma estrutura até então sob o domínio dos homens.

Abriram-se novos caminhos. Muitas mulheres começaram recentemente a questionar a visão que reduz o significado de sua participação à soma de forças nos momentos dos grandes embates. Interessa-lhes buscar a ampliação do exercício da cidadania nos espaços conquistados. No povoado de Samaúma, reunidas em torno de um projeto de horta comunitária, um dos módulos de produção do cantinão comunitário, as mulheres têm aprofundado a discussão sobre seu reconhecimento social como trabalhadora, contestando a concepção que tanto no interior das famílias como na sociedade em geral relega-as à posição de "elementos de apoio" na produção.

Está em curso a preparação para o 19 Congresso de Trabalhadores do Município de Nova Timbotéua, em julho/89, que terá como finalidades: analisar a situação real da categoria de trabalhadores rurais na região, definir o programa de trabalho do sindicato e eleger a nova diretoria do sindicato, conforme rezam os estatutos recém-modificados. Neste processo, as mulheres daquele povoado constituíram uma comissão para percorrer outras localidades, promovendo debates sobre a participação da mulher a partir das seguintes questões:

- Quantas trabalhadoras dos respectivos povoados passarão a atuar diretamente como sócios da delegacia sindical e das cantinas comunitárias a partir do Congresso? O que motiva as mulheres a participar nestes espaços?
- De que forma tem se dado a participação das mulheres nas reuniões e encontros promovidos pelo sindicato?
- As mulheres gostariam de ter outro tipo de participação? Quais e por quê?

A sistematização dos resultados desses debates nos diferentes povoados será canalizado em um encontro de mulheres durante o qual serão definidas: a questão da representação no Congresso e as bandeiras específicas das mulheres.

Há uma grande expectativa em torno da realização do Congresso e as mulheres pretendem dar mais um passo na história de sua luta e participação, ampliando a representação formal na direção do sindicato, espaço até então com 90% de participação dos homens.

Cantinão comunitário é um projeto do sindicato de trabalhadores rurais que reúne 105 famílias participantes das cantinas comunitárias. Tem por objetivo o apoio à produção, comercialização e abastecimento como forma de resistência à exploração a que estão submetidos os trabalhadores na complexa rede de comercialização. Constitui-se igualmente em espaço de debate o questionamento do modelo agrícola vigente, buscando-se a formulação de propostas alternativas para a reprodução social dos camponeses da região.

Associações de moradores

Contra a humilhação, pela participação

Maria da Assunção Calderano *



Situação dos bairros de Imperatriz

Apresentação

o momento em que nos dispusemos a refletir aqui nossa experiência junto às associações de moradores de Imperatriz, nós o fizemos não pela relevância educativa que esta experiência acumula, pois ela se encontra ainda num estágio inicial. Fazemo-nos presentes aqui pelo interesse em analisar permanentemente esta prática com o propósito de contribuirmos no processo de reflexão sobre a educação popular.

Ao tratar coletivamente nossas dúvidas e convições, nossa compreensão atual e nossa busca de um maior entendimento... julgamos ser possível contribuir também com uma reflexão necessária e urgente sobre a problemática da participação efetiva, tanto das mulheres quanto dos homens, nas diversas instâncias da estrutura social, objetivando sua transformação.

Buscando uma melhor compreensão do que pretendemos expor, distinguimos neste texto, cinco partes:

- Dados sobre o contexto social de Imperatriz.
- Indicações sobre o processo de intervenção educativa junto às associações de moradores
- Referências sobre a prática desenvolvida, seus principais sujeitos e os desafios encontrados.
- Considerações sobre a atuação da mulher a partir de alguns depoimentos.
- Reflexão sobre a co-participação mulher & homem no processo de transformação social.

^{*} Educadora da equipe FASE/Imperatriz (MA). Colaborou Ivany Francisca Silva, membro da mesma equipe.

Neste texto está presente a contribuição de Amparo Cardoso — educadora do MEB/Imperatriz — através de suas reflexões sobre a realidade vivida pelo grupo de mulheres com o qual trabalha. Contamos também com a colaboração de homens e mulheres — moradores dos bairros da periferia de Imperatriz — que nos ajudaram a refletir sobre situações cotidianas de grande importância para o processo de transformação social.

Contexto social

Alguns dados sobre Imperatriz

A população de Imperatriz nos últimos 19 anos cresceu em torno de 370%. Atualmente conta com 350 mil habitantes, aproximadamente. A maior parte destes imigrantes instalou-se na periferia da cidade, vindos, principalmente, de outros municípios maranhenses, expulsos da zona rural.

Dentro do contexto sócio-econômico de Imperatriz, esta massa populacional, concentrada nos bairros de periferia, constitui um exército de reserva de mão-de-obra.

As atividades ocupadas pela maioria dos trabalhadores são a construção civil (mão-de-obra flutuante) e servicos (pequenos comércios e oficinas). Porém, uma das principais características da cidade é a forte presença do setor informal (vendedores ambulantes, biscateiros, garimpeiros, entre outros). É muito significativo ainda o número de pessoas que alternam o trabalho na cidade com a atividade de diarista ou arrendatário mantendo ainda uma relação com o campo. Deste modo, grande parcela desta população não possui renda fixa e, no cotidiano das famílias, a batalha pela alimentação do dia está presente. Os baixos rendimentos familiares somam-se a esta situação. Pesquisa realizada pela CBI (Comissão de Bairros de Imperatriz) - no início do ano de 1988, feita em quatro bairros de maior peso populacional em Imperatriz - indicou que, nestes locais, 58% dos habitantes possuem renda familiar inferior a um Piso Nacional de Salário.

Outro aspecto que caracteriza a periferia de Imperatriz é a falta de infra-estrutura. Na maioria dos bairros, inexiste pavimentação nas ruas, muito menos saneamento básico, formando áreas totalmente insalubres e intransitáveis, principalmente no período das chuvas.

Além de reduzidos, os postos médicos, que existem, não funcionam: não há médicos, nem medicamentos.

No setor da educação, na área urbana, as escolas, tanto as públicas quanto as particulares, caracterizam-se pelas instalações inadequadas, pela falta de recursos materiais pedagógicos e contam com professores extremamente mal pagos (um grande número de funcionários públicos municipais, inclusive professores, estava recebendo NCz\$ 15,00 em abril de 1989).

O transporte coletivo é caro e deficitário.

Quanto à moradia, uma parte significativa da população da periferia é proprietária de suas casas.* Mesmo sendo, em geral, muito precárias, representam muitas vezes a única alternativa de sobrevivência. É comum a venda da casa, ou de parte do lote como forma de se adquirir algum dinheiro.

Outra preocupação é a da segurança. As pessoas vivem aterrorizadas com os frequentes roubos e assassinatos. Esta insegurança não se reduz aos bairros, mas toda cidade é marcada pela violência.

Em se tratando dos benefícios públicos, estes só chegam à periferia nas proximidades das eleições quando um político resolve investir em obras procurando conquistar a simpatia e adesão dos moradores.

Por outro lado, a cidade vem se modernizando aceleradamente para atender a uma parcela da população que chega do Sul e Sudeste do país, com o objetivo de implantar firmas e/ou investir em terras na região. Projetos como Carajás e Ferrovia Norte-Sul têm provocado o deslocamento de muitas empresas, principalmente construtoras, dos grandes centros do país, trazendo consigo profissionais especializados de nível médio e superior.** Em vista disto, Imperatriz possui uma rede bancária onde estão representados quase todos os grupos financeiros nacionais. O comércio local é bastante diversificado. Os trabalhadores deste setor constituem a maior categoria de Imperatriz. Multiplica-se o número de escritórios, hotéis, restaurantes.

Mesmo não sendo possível observar de imediato grandes alterações no setor de infra-estrutura urbana, algumas obras de peso estão sendo implanta-

^{*} Em geral são compradas a partir da venda dos bens que possuíam no campo.

^{**} Estados de onde Imperatriz recebe mais imigrantes: Minas Gerais (destacando-se Triângulo Mineiro), Goiás (sobretudo Goiânia), Rio Grande do Sul, São Paulo, Espírito Santo.

das pelo governo estadual: ampliação da rede de água e do sistema de esgoto. A qualidade do serviço não é satisfatória.

É no setor imobiliário que se sente o maior impacto das transformações pelas quais passa a cidade: a grande valorização dos terrenos urbanos, a construção de inúmeros edifícios residenciais de

luxo e comerciais, e, ainda, o surgimento de áreas nobres.

Desta feita percebemos que as contradições sociais ficam cada vez mais evidenciadas em Imperatriz, reforçadas pelos projetos desenvolvimentistas que não levam em conta a necessidade de mudança real das condições de vida da maioria da população.

As organizações populares

De maneira geral, os movimentos que surgem carregam uma dificuldade comum: a dispersão das pessoas que são marcadas pelo medo — fruto da repressão passada e atual e pela instabilidade de moradia e de emprego. As iniciativas que surgem, na maioria das vezes, são isoladas e descontínuas. Mesmo com certas dificuldades, vão surgindo, paulatinamente, grupos que têm se tornado expressivos no processo de organização sindical. Nesta perspectiva pode-se destacar a participação dos bancários, professores, urbanitários, costureiras, gráficos. Uma parte significativa dos trabalhadores rurais tem também forte atuação apesar das dificuldades próprias a uma região de constantes ameaças.

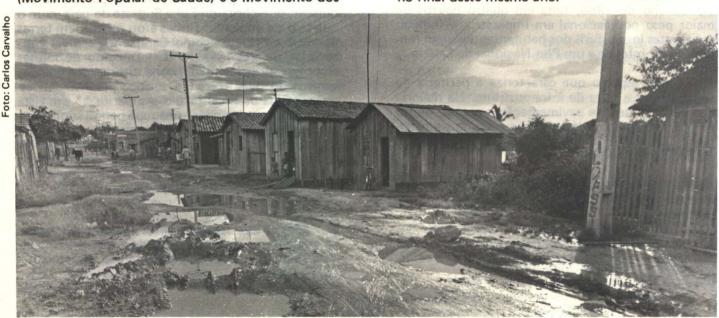
As associações de moradores tiveram seu início em 1983, desde já com práticas distintas. Há aquelas que são marcadas pelo atrelamento ao poder público e há outras que se definem pela autonomia. Atualmente são em número de 47 e cinco respectivamente.

Além dos sindicatos e associações, existem, também em Imperatriz, organizações como MOPS (Movimento Popular de Saúde) e o Movimento dos

Trabalhadores Rurais Sem Terra. Existem ainda grupos como as CEBs (Comunidades Eclesiais de Base) caracterizadas como espaço de organização das pessoas de fé religiosa que procuram atuar no processo sócio-político.

Quanto à atuação da Igreja junto às organizações populares, observa-se uma dupla posição. Há uma pequena, mas significante, parte que se identifica com a Teologia da Libertação. Há também outra que atua como defensora do tradicionalismo e da situação vigente. Vale ressaltar que até 1984, embora muito pequena, a Igreja era a única entidade que possuía uma parcela de si, preocupada em contribuir efetivamente com a organização popular.

Imperatriz conta também com entidades que assessoram sindicatos, associações e outras organizações populares. A CPT (Comissão Pastoral da Terra) atua na região desde 1978; a FASE chegou nesta cidade no início de 1984; CENTRU (Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural) e MEB (Movimento de Educação de Base) chegaram no final deste mesmo ano.



Situação das ruas dos bairros de periferia

Intervenção educativa no processo de formação das associações de moradores

Desde fins de 1980, a equipe de educadores da FASE, que prestava assessoria noutra região do mesmo estado, esteve presente no município de Imperatriz do Maranhão, fazendo contatos esporádicos com seus moradores. Mas foi em 1984 que a atuação da FASE se deu de forma sistematizada na cidade de Imperatriz. Nesta ocasião, iniciava-se um processo de formação de três associações de moradores caracterizadas pela busca de autonomia.

A fim de contribuir com o crescimento da organização que se iniciava, foram desenvolvidas duas formas de intervenção educativa:

- a) trabalho direto junto às associações de moradores, assessorando-as em seu processo de organização interna e encaminhamento de propostas; e
- b) organização de atividades de formação, desenvolvidas eventualmente com o objetivo de criar um espaço para se refletir a prática, buscando o seu aprimoramento.

O deslanchar do processo organizativo exigiu da equipe uma intervenção educativa mais sistematizada junto aos diversos campos de atuação que foram se configurando:

- a) grupo de militantes: formado por alguns moradores de bairros, participantes da associação que demonstram, através da prática, um grande interesse pelos problemas vividos pela associação: uma acentuada preocupação em se atualizar, em conhecer melhor a realidade vivida: uma capacidade de participar de trabalho colegiado e ainda apresentam condições de desempenhar o papel de direção frente ao movimento popular. Com estes, têm sido desenvolvidas atividades de estudo que são o espaço de reflexão sobre a prática da associação como forma de compreender esta prática e a realidade social onde se vive, buscando construir coletivamente uma intervenção eficaz no contexto social.
- b) CBI Comissão de Bairros de Imperatriz: está estruturada da seguinte forma:

ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DA CBI

Composição	Formado por	Função
Coordenação	Quatro pessoas eleitas em congresso.	 coordenar os trabalhos, discussões, encaminhamentos; dinamizar os encontros e seus desdobramentos;
Equipes por frente de tra- trabalho: educação, co- municação, transporte e trabalho, saúde*	Cada equipe é formada por pessoas dos diferen- tentes bairros.	 conhecer a realidade específica de cada setor; socializar informações; buscar alternativas; viabilizar propostas;
Representantes das associações de moradores.	Dois participantes de cada bairro que pertence à CBI.	 ligar organicamente a associação da qual participam ao conjunto dela (CBI); dinamizar as informações; discutir os problemas e propostas; contribuir na condução dos encaminhamentos.

^{*} Neste setor não há uma equipe específica dentro da CBI. O trabalho desenvolvido nesta área é integrado ao MOPS (Movimento Popular de Saúde).

A assessoria dada à CBI é no sentido de fortalecê-la enquanto referência para o movimento popular, reconhecendo-a como um espaço de articulação dos moradores da periferia urbana, onde são debatidas e encaminhadas as propostas coletivas. A CBI reúne-se mensalmente em assembléia e anual, mente em congresso. c) Associação de moradores: o vínculo direto entre educadores e associação de moradores se dá como forma de buscar uma melhor compreensão de sua realidade e uma conseqüente contribuição no que se refere à busca de alternativas, organização e ampliação do movimento. Na associação, há um empenho em socializar informações e buscar praticamente uma ação coletiva combinada com as necessidades sentidas pelos moradores da cidade. É no dia-a-dia da associação que vão sendo explicitados seus próprios objetivos e sua potencialidade.

Estes três campos se relacionam diretamente pois que tanto o primeiro grupo, militantes, quanto o segundo, (CBI), são formados por pessoas dos diferentes bairros, exatamente com o objetivo de fazer a ponte de mão dupla entre esses dois campos e a própria associação. Esta, por sua vez, além de estar ligada organicamente aos dois primeiros, ela faz parte do processo de formação e desenvolvimento tanto das lideranças que surgem, quanto da CBI. Mais do que isto! A associação é, em si mesma, uma forma de organização popular que pode propiciar a transformação do meio em que vive, transformando também a vida das pessoas. Ela é o espaço onde as necessidades são expressas, as propostas apresentadas, avaliadas e materializadas pelos seus componentes.

Associação de moradores e sua prática *

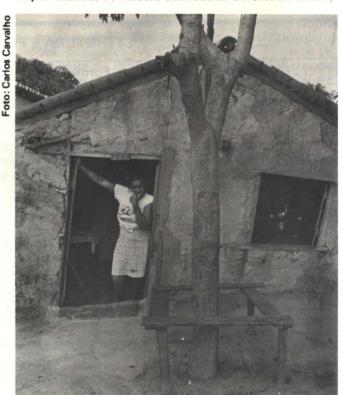
O papel das associações de moradores é, em geral, entendido como sendo o de lutar pela melhoria das condições de vida. O nível de entendimento desta luta e a sua concretude é que são diferenciados entre os participantes de cada associação.

Enquanto alguns reduzem a prática da associação ao ato de reivindicar as coisas para o bairro, outros entendem que o seu papel é o de contribuir para a transformação da sociedade à medida que as pessoas vão se organizando em torno dos interesses comuns. Esta é uma questão crucial na prática da associação: até quando ela serve aos interesses imediatos, aos problemas emergentes e até quando e como ela pode contribuir para a superação destes problemas, podendo interferir na estrutura que os cria e mantém?

A urgência de uma prática condizente com os dois níveis de necessidade é inegável. Entendemos que a construção de uma nova sociedade passa também pela construção de um bairro de novo tipo e de uma nova cidade. Neste sentido, a luta localizada, por objetivos imediatos, carrega uma riqueza de conteúdo transformador à medida que for gerada e realimentada constantemente pela busca de transformações efetivas da estrutura social.

No cotidiano das associações, as reuniões são espaços que possibilitam o reconhecimento da realidade objetiva, bem como um momento onde são criados laços de solidariedade, compreensão e compromisso pessoal e coletivo frente aos problemas sentidos individual e coletivamente. As reuniões por quarteirões, caracterizadas pelo maior entrosamento da vizinhança, proporcionam o exercício da direção e da descentralização das decisões, sendo também um estímulo à participação ampliada. Estes aspectos vão definindo, de certa forma, a dinâmica e a abrangência da organização popular que vai sendo forjada por esses moradores da periferia urbana.

Para que os objetivos da transformação social se concretizem desde já, e para que as reivindicações referentes a questões imediatas representem a possibilidade da continuidade do processo transformador, uma avaliação contínua da prática se faz necessária. Neste processo de reconhecimento e aprimoramento da prática, as atividades de estudo sobre o conteúdo de interesse coletivo são fundamentais como forma de estimular e propiciar a ampliação cultural das pessoas, possibilitando, ao mesmo tempo, a construção coletiva de instrumentos de intervenção na associação, estendendo-a ao bairro, à cidade... Nestas atividades de estudo busca-



Participar: uma questão de sobrevivência!

^{*} As reflexões que se seguem são parte do estudo sobre o trabalho político-educativo desenvolvido em Imperatriz por educadores populares junto às associações de moradores — conteúdo da dissertação de mestrado de Calderano (1988).

mos como referência tanto a realidade imediata quanto a realidade abstrata que queremos construir. Ou seja, a partir da realidade imediata atual existentes buscamos atingir uma nova realidade que vai sendo elaborada neste processo de transformação social. Sabemos que as atividades de estudo terão significado teórico-prático à medida que essas atividades romperem com a dicotomia entre pensa-

mento e ação, liderança e massa, educador e movimento popular.

Neste sentido, podemos observar um grande esforço por parte dos militantes da associação em ampliar seu conhecimento e aprimorar sua prática tendo em vista a organização popular. Entretanto, há ainda muita dificuldade em traduzir os ideais transformadores através da prática cotidiana.

Desafios encontrados

Os principais desafios encontrados por estas associações assemelham-se ao bloco de dificuldades enfrentadas pelas diferentes formas de organização popular.

Se não pela singularidade, é pelo entrelaçamento dos desafios entre si que julgamos ser de fundamental importância refletir coletivamente sobre eles, na busca de alternativas também articuladas.

A instabilidade de moradia e de trabalho dificulta a organização popular, desestimulando as pessoas que perdem o referencial básico de sobrevivência. Suas condições de vida lhes são roubadas.

Nesta situação de miséria, Imperatriz é marcada por políticos cujas práticas clientelistas simulam o atendimento às necessidades básicas da população. Tal realidade nos revela o grau de adequação entre miséria e ideologia dos setores dominantes. A urgência de resolver determinados problemas, torna nublada a visão da totalidade. O imediatismo e a parcialidade vão tomando conta das pessoas que não conseguem enxergar as causas comuns dos problemas, não conseguem identificar as questões centrais que originam a realidade imediatamente observável.

Há, portanto, aí, um desafio: como tratar dos problemas centrais, causadores da situação sócio-econômica-política que vivemos sem criar dicotomias entre seus componentes estruturais e conjunturais? Como cuidar das questões amplas sem ignorar suas manifestações cotidianas? Como tratar das situações cotidianas sem perder de vista a transformação global?

Ao detectar tais impasses, esbarra-se noutra dificuldade: o de como enfrentar tais conflitos. Muitas vezes privilegia-se a via do confronto direto com o Estado (no sentido restrito) subestimando as diversas instâncias da sociedade civil. Discute-se e enfatiza-se mais os relacionamentos polarizados, enquanto que a ampliação da participação e acumulação de forças no interior das organizações populares são secundarizadas. A dificuldade em ampliar a participação efetiva das massas é também um indício do nível de entendimento quanto a im-

portância da luta pela adesão das pessoas. Isso, entretanto, não se deve apenas a um descuido das organizações populares, não consiste numa negação da importância da participação coletiva ou numa simples ausência da vontade transformadora por parte dessa coletividade. Este dilema aponta as conseqüências da ideologia dos setores dominantes disseminada em larga escala nos diversos espaços dos dominados.

Nesta forma contraditória de situar-se na sociedade — os dominados pensando com a cabeça dos dominantes — vão surgindo práticas também contraditórias e confusas. Neste sentido, as próprias associações combativas tornam-se vítimas e reprodutoras de práticas tradicionais, contribuindo também, algumas vezes, com o crescimento de dicotomias entre o pensar e o agir. Assim, cria-se um bloqueio no momento da execução e não se chega a viabilizar alternativas.

A dominação econômica e ideológica associada à falta de informação sobre fatos que interessam aos moradores da periferia é o que sustenta reações esfaceladas, sem criatividade nem forças para romper com o constituído. Parece concentrar nesta questão um dos principais motivos da não participação de centenas e milhares de pessoas em organizações populares. Alguns moradores dos bairros da periferia de Imperatriz fazem uma análise dessa situação:

"E se você não participa de nada, você não sabe de nada. Aí fica desanimado porque você já tem a cabeça feita com aquilo que o próprio poder colocou: que a gente não vai mudar esse mundo, que a gente é pobre mesmo e pobre tem que ser pobre toda a vida... E, com isso, a pessoa fica lá... e acha que não vale a pena lutar. Por ele não estar participando, está desinformado e não tem ânimo para lutar."

"As idéias que os poderosos colocam na cabeça de todo mundo" são um forte obstáculo para se criar uma nova mentalidade pautada na participação coletiva popular. "Tem muita gente que diz: ah!, ninguém alcança isto! Isso é besteira! Ninguém vai endireitar o mundo não! Nem Deus endireitou o mundo! Esse negócio é só para chamar os padres, chamar os padres pra entrar nisso e morrer.* Quantos padres já morreram? O povo começa com esta luta, vai incentivando os padres, eles entram e, no fim, eles é que morrem."

Se a falta de participação está relacionada à ausência de resultados animadores, ela é sobretudo fruto do massacre dos direitos sociais que estrangula inclusive a manifestação do desejo de alcançálos. Portanto, esta "apatia" aparente está intrinsecamente pautada no sentimento de impotência do enfrentamento já que "a estrutura é maior e mais forte que a pessoa".

"O pessoal só participa quando for do interesse dele. Aí quando ele consegue aquilo que ele precisava, ele se afasta. Ele só volta a participar de novo quando está sentindo um outro problema na pele."

Esta afirmação não reflete apenas a realidade de Imperatriz. Ela aponta uma problemática presente nas diversas formas de organização popular. A oscilação de interesses, associada à diferenciação das concepções teórico-práticas fragiliza a organização popular. É comum, por parte da associação, a interdição de lutas quando ainda se tem muito por fazer. Basta atingir uma pequena parcela das reivindicações mais imediatas para interromper uma determinada luta. A ausência de uma visão da totalidade dos problemas relaciona-se, desta forma, a reações imediatas e a lutas isoladas que não têm, entre si, um comando que permita uma continuidade crescente.

Neste momento, enfatizamos a importância de descobrir o elo entre as necessidades e interesses das pessoas. Disto entendemos que o fato de as pessoas lutarem só quando estão interessadas em alguma coisa não deveria constituir um problema. Lutar sem interesse, sem vislumbrar algum tipo de benefício parece ser tão sem sentido quanto estranho é — ao sentir um determinado problema — nada fazer para resolvê-lo. A busca de resolução e o impulso à conquista estão exatamente no interesse afetado. Parece-nos, então, que o desafio está em atingir as pessoas em seus interesses e necessidades. É preciso conhecer aqueles com quem convivemos, e despertar-lhes o desejo de transformação.

Desta forma, buscar a participação de novas pessoas constitui um desafio. Entretanto, a própria participação também é mais um desafio quando

não há partilha em casa desse tipo de interesse. Depoimentos como os que se seguem revelam tal dificuldade enfrentada pela grande maioria dos participantes das associações.

"Meu marido nunca gostou destas coisas não. Aí eu sempre ia pra reunião no horário que ele trabalhava fora." * (M)

"Eu chamo ele pra ir e ele fala que isso é coisa só de mulher." (M)

"Eu já cansei de chamar meu marido pra reunião e ele diz que não vai porque isso é só besteira." (M)

"Eu fico humilhado na associação porque a minha mulher não participa... O homem vai, mas se a mulher não vai com ele, ele acaba desvanecendo." (H)

Entendidas, na maioria das vezes, como um problemas pessoal, individual — portanto uma situação que cada um, isoladamente, é que deverá resolver — estas questões não são discutidas associadamente. São como que extravasadas em conversas do cotidiano, como que num desabafo. Algumas tentativas isoladas são feitas no sentido de convencer o(a) companheiro(a) da importância da participação substantiva.

Se a ausência do(a) companheiro(a) é problema para quem participa, este problema é ainda maior quando se trata de mulher pois que associada à relação de interesses contrários, da mulher espera-se a submissão aos desejos do marido enquanto que ao homem é conferido o "direito" de nela mandar. E, inegavelmente, esta situação traz sérias conseqüências para a associação que acaba se transformando num espaço de encontro entre pessoas descontentes com sua realidade subjetiva e que, muitas vezes, não vêem perspectivas de mudança.

As relações de dominação entre homem e mulher são, pois, mais um desafio a ser enfrentado pois que tal relação é contrária a qualquer indício de luta pela transformação da sociedade, pela transformação da configuração humana.

^{*} Imperatriz faz parte de uma região de conflitos agrários. Inúmeras mortes aí já ocorreram por esta questão. Foi em Imperatriz que, em 1986, Pe. Josimo Tavares foi assassinado.

^{**} Para identificar os depoimentos de homens e mulheres, usaremos (H) e (M) respectivamente.

Atuação da mulher

A presença efetiva nas associações

Embora ainda existam vários movimentos de bairros, cuja direção é marcada pela atuação masculina, mesmo que os participantes, em sua maioria, sejam mulheres,* esta realidade contraditória já não é mais passiva. Há fortes indícios de mudança. É o que observamos também em Imperatriz.

Apesar da submissão imposta à mulher, ela, no entanto, é quem participa mais na associação de moradores. Nas associações que compõem a CBI, temos os seguintes dados: a média da participação das mulheres é de 70% nas assembléias e na diretoria é de 78%. A coordenação da CBI é formada em 100% de mulheres.

Buscando compreender melhor sua participação, indagamos às mulheres sobre os objetivos e interesses que as impulsionam a fazer parte da associação:

"Eu esperava mesmo um plano de luta a favor dos moradores do bairro pra gente ver se melhora o bairro, as ruas." (M)

"Quando eu cheguei aqui eu não conhecia ninguém. Aí, eu fui fazer o meu conhecimento com as pessoas." (M)

"Eu entendia que a associação servia pra reivindicação, pra ajudar o bairro. E eu, como moradora do bairro, achei que devia participar porque estava ajudando a mim e também aos outros." (M)



"Continua existindo uma grande dificuldade: conciliar os espaços de dona-de-casa, de esposa, de mãe junto com os trabalhos do movimento"

^{*} Em Recife, o movimento de bairros conta com a participação da mulher em mais de 50%. No entanto, somente 22% delas ocupam cargos de direção. (Silvia 1988, p. 27 e 28.)

"As dificuldades, a pobreza, a necessidade que o bairro sofre faz a gente participar. Se a gente fica de braços cruzados, não resolve nada." (M)

"A associação tem um papel importante. Em primeiro lugar vem o papel da organização, da gente conhecer as pessoas. E através desse conhecimento, a gente aprende muita coisa porque surge a troca de experiências e, juntos, a gente vai descobrindo as maneiras de procurar resolvê-las." (M)

"Comecei a participar da associação a partir da amizade que eu tinha com algumas pessoas. Elas me convidaram e eu vim." (M)

Através destes depoimentos, observamos várias motivações da participação efetiva. Se algumas são impulsionadas pelo desejo de resolver — ainda que parcialmente — as próprias necessidades econômicas, outras se dispõem ao trabalho coletivo a partir da solidariedade sentida, compreendendo que o problema vivido pela maioria das pessoas não é apenas uma questão individual, mas somente será resolvido quando as pessoas estiverem unidas. Há ainda outras que vão à busca exatamente desta solidariedade, desse companheirismo: querem fazer amigos.

Estes três aspectos — resolver os problemas imediatos, buscar a organização popular e fazer amigos — vão se inter-relacionando e se mesclando à medida da intensidade desta participação contiunta.

No entanto, se há quem confirme a importância da associação enquanto espaço de organização popular em busca da transformação da sociedade, nenhuma delas diz da importância da transformação das pessoas e suas relações entre si. Mesmo vivendo, em sua maioria, relações indesejadas em casa, nenhuma fala da necessidade de mudar o relacionamento entre homem e mulher, como luta a ser travada também pela associação. A transformação social ou a busca da melhoria das condições de vida parece, assim, não estar ligada à transformação da forma de vida dentro de casa, com o companheiro, com os filhos.

Há, porém, um esforço em chamar o marido à participação nas atividades da associação. Mas pouco se consegue: "Ele só vai quando quer e mesmo assim está sempre disposto a colocar o cabresto na mulher." Certas conquistas, no entanto, vão sendo avistadas. Alguns chegam a participar frequentemente da associação. "Mesmo assim continua existindo uma grande dificuldade: conciliar os espaços de dona-de-casa, de esposa, de mãe junto com os trabalhos do movimento."

Como buscar a sintonia entre os campos de atuação das pessoas? Deixando de lado este aspec-

to, propicia-se ainda mais novas dicotomias: vida pessoal e vida coletiva. Não construindo o elo entre esses aspectos da vida, como lutar — fora de casa — pela transformação social, se, em casa, sustenta-se um relacionamento de propriedade privada, de dominação?

"A mulher participa mais." Por quê?

Partindo da constatação de que a mulher é quem participa mais na associação, fomos à procura dos argumentos que sustentam tal situação.

"A mulher tem mais tempo. . . Eu acho importante a associação mas sempre aparece serviço e acaba ficando difícil de eu participar." (H)

Há um dado objetivo: numa associação onde a diretoria é formada por cinco mulheres e quatro homens, só 1 (um) trabalha como empregado. Dos demais, um é desempregado, e os outros dois trabalham por conta própria. Mediante este quadro, surge mais uma indicação:

"O homem não participa porque ele não tem tempo. Ele trabalha fora e o trablho escraviza. Quando o pião é desinformado, ele trabalha até no domingo." (H)

Estes argumentos, entretanto, começam a ser abalados quando se lembra que as mulheres também trabalham e, às vezes, com jornadas sobrepostas: fazem todo o serviço de casa, lavam, passam, cozinham e ainda cuidam dos filhos. A maioria ainda participa efetivamente na provisão dos recursos econômicos necessários a toda família.

Há também uma outra justificativa para a ausência da participação masculina:

"O homem quando resolve ir pra associação, chega lá e encontra quase só mulher. Então ele fica se sentindo por baixo. . ." (M)

Não se identificando com o grupo de pessoas que compõem a associação, poucos homens participam, fortalecendo a presença feminina.

Na análise desta participação são indicados também outros aspectos:

"A mulher participa mais... Parece que ela tem mais garra e acredita mais nas coisas... já o homem parece que não acredita nele mesmo... acha que é palhaçada participar da associação." (H)

"As mulheres são mais preocupadas em resolver os problemas." (M)

O machismo é indicado como fator decisivo na ausência dos homens em determinados espaços.

"No Nordeste, o machismo é muito grande. Criou-se a idéia de que a Igreja, associação, reunião de escola... é coisa de quem não tem o que fazer. E como 'os homens têm muita ocupação', eles não vão nesses lugares — é o que os homens pensam." (M)



Congresso da CBI

A partir da presença constante das concepções machistas, uma hipótese foi levantada por algumas mulheres sobre a não participação dos homens em certas instâncias: não haveria uma relação de significado entre o ato de reivindicar e o de pedir?

Explicando melhor: explícita ou implicitamente, a associação é comumente reconhecida como o lugar onde se luta pelas coisas do bairro, onde se reivindica melhorias. Numa visão distorcida, reivindicar significa pedir, que, por sua vez, significa humilhar-se. Logo, o homem que "tem domínio do que quer" e "não precisa pedir nada", também "não precisa participar de uma associação", já que a prática diária dela consiste em reivindicar — "pedir" — melhoria das condições de vida, "humilhando-se" diante das autoridades para conquistar seus direitos. Este raciocínio confirma, de certa forma, a idéia de que "a associação não é lugar de homem", "ele não precisa reivindicar nada".

Dentro dessa perspectiva machista, a associação parece ser entendida também como extensão do espaço do lar, onde a mulher, que é submetida a várias situações, acaba assumindo a responsabilidade e o controle da situação, tendo que responder pelas necessidades urgentes da família. A participação ativa da mulher passa a ser reinterpretada, neste ponto de vista, como concessão do homem que lhe "confia" o "direito" de assumir sozinha responsabilidades que, certamente, deveriam ser compartilhadas entre os dois. Nesse sentido, novos entendimentos são expressos:

"Para mim, o homem acha que a mulher é que tem que salvar a situação. Ela é que tem que fazer tudo. Eu acho que isto é um desleixo da parte do homem." (M)

Uma outra busca às raízes deste "desleixo" na própria formação das pessoas:

"Isso é uma questão de formação... a forma como a gente foi criada. A mulher se preocupa com a casa, com os filhos, com a escola... Desde criança, à menina é ensinado um monte de coisas ligadas às tarefas domésticas. Com isto, ela passa a ter interesse pela coisa comum, por tudo o que acontece dentro de casa. Ela é mais preocupada com o conjunto de coisas." (M)

Quando adulta, esta realidade cristaliza-se ainda mais.

"A mulher sofre mais com a exploração porque é a ela que os filhos pedem comida. É ela que tem que cuidar deles quando doentes e sem recursos." (H)

A convivência com o conjunto dos problemas sentidos dentro de casa e na vizinhança — saúde, escola, alimentação, trabalho — e a exigência de ter que administrar a casa com recursos quase inexistentes acabam provocando uma dinâmica de sobrevivência diante dos conflitos. A vontade de viver e a sua garra podem ser confirmadas nesta dinâmica.

A "teimosia paciente" da mulher

Ao conversarmos sobre as formas com que a luta cotidiana é encarada por homens e mulheres, registramos a seguinte consideração:

"O homem não tem muita paciência... O homem é mais zangado... Ele vai atrás do interesse dele. Se ele não consegue na hora, ele se zanga e desanima e larga de mão aquilo ali. Já a mulher é mais teimosa... tem mais paciência." (H)

"A mulher sabe que tem que ter paciência para conseguir as coisas. Tem que ter paciência e tem que lutar!" (M)

A participação e a luta fora de casa passam a ser uma condição de sobrevivência:

"Quando a mulher se dedica só ao serviço de casa, ela não é capaz de fazer muita coisa. . . ela não vai à luta." (H)

"Se a mulher ficar só em casa ela não resiste, fica muito nervosa..." (M)

"Ela tem que ser firme naquilo que ela quer, ela não pode deixar de participar mesmo que ao chegar em casa dê um bate-boca." (M)

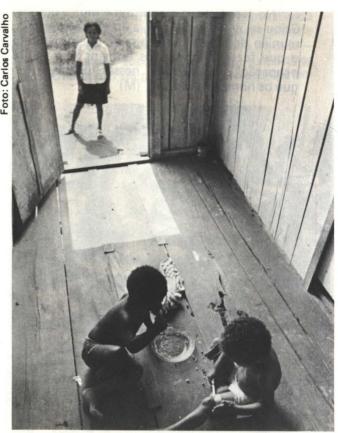
Importância de participação coletiva

Embora não constitua — para essas pessoas — condição básica do relacionamento entre homem e mulher a participação conjunta nos diversos níveis da luta pela sobrevivência, esta participação é desejada por elas.

"Acho a luta muito difícil. Às vezes sinto um cansaço muito grande. Era preciso que o homem ajudasse." (M)

"A luta tem que ser do conjunto dos trabalhadores, sem distinção de sexo. A falta da participação dos homens traz problemas à participação da mulher." (M)

Através das conversas, ficou evidenciada a importância sentida por todos, de se criar eventos fora e dentro da associação que interessem a um maior número de pessoas. A divisão de tarefas e de responsabilidades; a participação efetiva nas decisões e a avaliação de todo o processo são fundamentais para que as pessoas se sintam os verdadeiros sujeitos coletivos.



"Acho a luta muito difícil. Às vezes sinto um cansaço muito grande. Era preciso que o homem ajudasse".

A relação entre as pessoas

Problemas sentidos e não avaliados

Acreditamos ser possível trazer novas pessoas aos encontros da associação - e fortalecer a participação daqueles que já se fazem nela presentes à medida que existam propostas concretas, capazes de atingir os interesses dessas pessoas. Parece-nos então, que a participação acentuada das mulheres nas associações de moradores de Imperatriz está ligada à sua sensibilidade para com os problemas vividos e discutidos na associação, bem como sua preocupação em resolvê-los. Ou seja, elas se identificam com a associação à medida que lá se discute os problemas cotidianos gerais vividos por uma dona-de-casa, moradora de um bairro de periferia. No entanto, os problemas sentidos referentes ao relacionamento homem/mulher não são tratados como tais. Neste campo há um bloqueio: constata-se as dificuldades, mas não se enfrenta a situação com a mesma intensidade com que se lida com os outros problemas cotidianos. A relação de dominação é ainda por demais forte para se impor efetivamente contra ela. Apenas aponta-se o descontentamento.

É como Amparo Cardoso (1989) diz:

"A mulher participa mais... e vive com mais intensidade o relacionamento com o companheiro, com os filhos... assume com toda sua força. Elas participam mais da luta mas não há uma canalização pro campo delas... pro eu de cada uma. Os homens continuam dominando."

No cotidiano das associações de moradores observamos que as mulheres expressam verbalmente seu descontentamento frente à convivência homem/mulher, mas, em sua maioria, elas não discutem esta relação com o companheiro. Mesmo sem desejo, ela atende aos desejos do marido e, quando deseja, tem dificuldades de manifestar-se:

"Se a gente ficar procurando o homem, quando ele viaja ele pode pensar que a gente faz o mesmo com outro." (M)

As próprias mulheres são vítimas e co-autoras da dominação. Além de assumirem para si uma situação desagradável, repassam para os filhos as mesmas concepções que rejeitam em seu interior. Estes problemas, no entanto, não são discutidos. Há comentários soltos, inconsequentes, isolados.

E pouco ou nada se contribui para a melhoria dessas relações. As pessoas envolvem-se nos diversos problemas e, na hora de buscar resolvê-los, focalizam apenas aqueles que dizem respeito ao relacionamento das pessoas e as coisas, das pessoas e as circunstâncias — saúde, transporte, iluminação, moradia, educação, trabalho. O relacionamento das pessoas entre si acaba sendo desconsiderado, na maioria das vezes. O sentimento de posse, o relacionamento de propriedade vão tomando conta das

pessoas e o compromisso pela transformação da totalidade social vai sendo dificultado pelo distanciamento entre as pessoas. Os problemas de relacionamento pessoal, cada um é que tem de resolver, ou melhor, um tem que ceder. . . e a vida das pessoas continua confusa, cheia de contradição. Buscam uma sociedade nova fora do espaço doméstico, fortalecendo a velha estrutura dentro da própria casa.

Mulher em busca de sua identidade

As mulheres com quem convivemos nas associações de moradores — em sua maioria — é que sustentam a família. Quando não trabalham fora de casa, é no espaço doméstico mesmo que elas criam este sustento. Algumas são lavadeiras, outras vendem roupas e utilidades gerais em bancas provisórias ou em botequins. Observamos, portanto, que a mulher enfrenta uma série de desafios para atuar em organizações populares. Isso indica sua vontade de encontrar algo novo.

Aliada à busca de um novo espaço de participação, está subentendida a necessidade de extravasar-se, de "aliviar suas tensões", de reconhecer-se como sujeito de sua própria vida, fazendo certas coisas que lhe interessa particularmente — ela permanece na associação mesmo que o marido não queira.

Incorporada com tal intensidade a relação assumida com seu marido, ela consegue manifestar apenas verbalmente seu descontentamento com a dominação. Ao fazer comentários sobre seus conflitos, deixa transparecer a sensação de ter expulsado parte do sentimento de dominada. Alcança um novo nível de comunicação: manifesta, a seu modo, as situações pessoais; revela sua insatisfação e é entendida pelas demais mulheres que se identificam pelos problemas semelhantes. O diálogo sem conflito é estabelecido fora de casa e o tempo de confronto, em casa, é reduzido. Sente-se capaz de comunicar-se, integrar-se: sente-se reconhecida pelas demais e faz um novo aprendizado:

"Hoje eu tenho mais paciência. Antes eu achava que tinha que resolver logo tudo de uma vez. Agora não. Hoje eu dou uma rabanada* logo no começo mas eu entendo que as pessoas têm que ir lutando aos poucos, conseguindo aos poucos. . . a gente não pode é desistir." (M)

Com isto, é revelado o entendimento que se tem do processo transformador: exige firmeza e paciência. A visão vai sendo ampliada e a solidariedade vivenciada:



"Desde criança, à menina cabe a responsabilidade de ajudar em casa, cuidando dos irmãos menores".

 ^{*} Rabanada: forma de expressar a perda de paciência em situações adversas.

"Antes eu não enxergava o tanto que a gente enxerga hoje. Quanto mais a gente enxerga longe, mais a gente tem vontade de chegar lá." (M)

"Eu pensava assim 'comendo eu e o meu cavalo... o resto vai pro diabo'. Agora, felizmente, minha vista clareou e o negócio agora mudou. Foi a associação que fez com que eu tirasse essa cortina da minha cara." (M)

"A mulher sempre foi reprimida, marginalizada, considerada inferior — é o contrário. Eu já me senti inferior mas, hoje, não me sinto mais não." (M)

Ao buscar o reconhecimento de si mesma fora de casa e ao fazer uma nova aprendizagem, os resultados, neste espaço, obtidos não têm significado alteração das relações de dominação, mas apontam que a dominação já não é total. A crítica a ela feita é o indício de que algo novo está a surgir. Isto indica também a necessidade de um fortalecimento dessa crítica e criação de formas de materializá-la na convivência entre as pessoas.

E aí perguntamos a nós mesmas: não seria esta uma das questões centrais do processo de transformação social já que não é possível construir uma nova sociedade a partir de pessoas com relações antigas e fragmentadas?

O significado da participação feminina

A constatação da participação ampliada da mulher não é um dado regional apenas ou um fato isolado. A atuação da mulher no campo profissional, por exemplo, apresenta, nas últimas décadas, um crescimento proporcionalmente maior que a do homem. É o que nos indica Pimentel (1987).

"Em 1976, a população economicamente ativa do país era de 51,6% de homens e 20,7% de mulheres, o que significa sobre a população total 25,7% e 10,4% respectivamente. Em 1983 há um aumento significativo da presença da mulher no mundo do trabalho, 26,6%, 55% de homens, o que significou um índice de 13,4% para elas e 27,3% para eles, sobre a população total do país (p. 67)."

A ampliação da presença da mulher, de um lado, significa algumas conquistas, por outro, descortina uma série de pré-conceitos que se tem contra ela e que são explicitados à medida que novos espaços vão sendo ocupados.

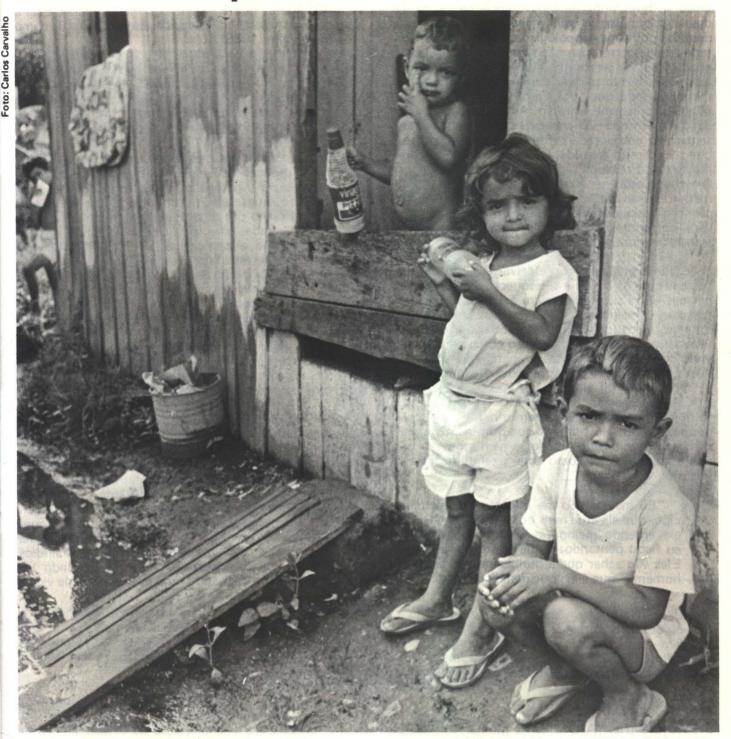
A análise da atuação da mulher reporta-nos também a uma dimensão do processo de transformação social. Muitas vezes, nesse processo, são excluídas parcelas significativas da população identificadas pela ausência de um vínculo explícito com o setor econômico ou político-partidário. Bissio (1985) ao apresentar uma análise sobre a configuração dos campos da organização popular, chamanos atenção para as limitações dos espaços oferecidos pelos sindicatos e partidos:

O trabalho nos sindicatos pressupõe que o trabalhador tenha emprego e, nos partidos, que tenha consciência política e tenha feito uma opção partidária. Deixaríamos de trabalhar então com enormes contingentes de desempregados ou de mulheres que nem sequer chegaram a exercer tarefas no aparelho produ-

tivo, mas que, apesar disso, têm um enorme potencial político (. . .) É necessário chegar à mulher em seu bairro e em sua casa e mobilizá-la como dona-de-casa e mãe de família (p. 21).

O trabalho educativo desenvolvido nos bairros periféricos de Imperatriz tem, como vimos, a presença marcante da mulher. Mediante isto, não poderíamos negar esta problemática específica como preocupação básica da intervenção educativa. Caso contrário, estaríamos negligenciando a própria característica deste movimento popular; estaríamos desconsiderando a configuração própria destas associações de moradores. Entretanto, a ação educativa, entendida aqui como necessária, não aponta o aspecto feminista excludente, mas o da marginalidade. Ou seja, o cuidado dispensado à problemática da mulher não tem o caráter de excluir o homem desta reflexão ou das discussões mais amplas ligadas ao papel da associação. Ao contrário, o que pretendemos é alcançar a integração necessária entre homens e mulheres — a partir dos dados existentes, das pessoas presentes - para atingirmos os objetivos que extrapolam o ponto de vista masculino ou feminino. Para isto, ao reconhecer a participação efetiva das mulheres nestas associações, torna-se necessário partir das situações experimentadas por elas, como forma de contribuir para uma reflexão mais ampla sobre os diferentes sujeitos que compõem o ambiente de casa, do bairro, da cidade. Sim, porque as relações de dominante/dominado não se restringem à relação homem/mulher. Neste sentido, a atenção aos desafios enfrentados pela mulher traz à tona a reflexão sobre os dominados, os marginalizados que são jogados na periferia do processo social. Ao falarmos portanto das relacões de dominação e das dificuldades encontradas pela mulher, o que pretendemos é a transformação destas relações como forma de contribuir com a ampla transformação social, ultrapassando assim as práticas isoladas, estanques e inorgânicas.

Transformação social: uma luta a ser empreendida por homens e mulheres



"A mulher sofre mais . . . é a ela que os filhos pedem comida".

O processo de transformação social não consiste numa questão masculina ou feminina. É uma tarefa a ser desenvolvida por homens e mulheres. Ambos têm que dar conta da sua parcela de responsabilidade.

Poderíamos, então, perguntar-nos: através do campo da educação popular, o que podemos fazer, como poderemos contribuir para que homens e mulheres sejam atingidos integralmente pelo desejo de transformação?

A desmistificação das relações de dominação é uma das primeiras tarefas. Sim, porque a dominação perpassa toda a rede de desafios enfrentados.

Pode-se notar que as dificuldades articulam-se entre si, num valor de interferência recíproca. Os desafios econômicos estão ligados intimamente aos desafios políticos e ideológicos. Os desafios enfrentados pelos dominados não só estão ligados entre si por um núcleo gerador comum, mas eles - por isso mesmo - fazem parte de um único cenário. É o mesmo sistema que os cria e/ou fortifica. Eles compõem uma mesma situação. As necessidades sentidas também não são separadas entre si, mas apresentam-se entrelaçadamente numa mesma pessoa que tem direito à saúde, educação, moradia, trabalho, lazer; direito de pensar, falar, se expressar; enfim todas estas necessidades estão presentes numa mesma pessoa que tem direito de ser feliz. A distincão e o descuido para com determinados aspectos vão, portanto, contradizer a vitalidade da ação transformadora global.

Numa prática onde se privilegia a relação das pessoas com as coisas e se esquece das relações das pessoas entre si, o que ocorre é a criação de sujeitos com concepções teórico-práticas também delimitadas. Instruídos para a luta político-econômica, ultrapassam, nesse nível, o senso comum e, no convívio com as demais pessoas, repetem práticas anteriores, perpetuando velhas relações de domínio.

Ao analisar as contradições sociais, este aspecto de dominação entre homem e mulher vai sendo desmistificado. Há homens que dominam simplesmente porque são dominados e nem sequer se dão conta disto. Frases como esta, exemplificam esta postura:

"Eu mesmo não me importo que ela participe, que ela atue mais do que eu. Eu vejo que ela entende melhor as coisas. Acontece que eu ficou pensando: o que os outros vão dizer? Eles vão achar que a mulher sabe mais que o homem e que é ela que manda em casa." (H)

Se o sentimento de dominador é o marco desta postura, não podemos negar, porém, que este homem está também condenado a determinantes que ele mesmo desconhece. Ele acaba agindo de forma submissa ao que os outros poderão dizer e não àquilo que ele mesmo poderia pensar. Esta é uma forma cristalizada de dominação. É como Mannheim (1986) diz:

Na verdade, o menos livre e mais profundamente predeterminado em sua conduta é aquele que ignora os fatores determinantes importantes, e que age sob a pressão imediata de determinantes que desconhece. (p. 213)

Torna-se necessário portanto elevar sentimentos e práticas individualizadas de submissão/dominação para uma análise enquanto problema social coletivo, que afeta, portanto, a todos. E é através do cotidiano das organizações populares que poderão ser geradas novas práticas que exercitem o companheirismo, a participação ampliada e consegüente, a descentralização das decisões, a divisão de tarefas, a valorização das pessoas, tanto dentro, quanto fora destes núcleos de atuação. A cooperação mútua e o compromisso com o bem-estar pessoal e coletivo precisam, portanto, ser combinados com uma intervenção tanto no plano econômico, quanto no plano político, no aparente e no subjacente. Caso contrário, vão se criando lacunas entre o pensar e o agir, e as pessoas passarão a desacreditar do próprio poder de transformação.

Não podemos esperar que a consciência da totalidade surja para que seja efetivado o projeto global de transformação. Cabe-nos burilar a consciência existente e o conhecimento disponível através de uma prática que indague continuamente sobre o porquê dos fatos e o que os sustenta. Assim poderemos descobrir o como agir sobre eles. Não haverá transformação da sociedade se não houver o compromisso coletivo das pessoas em refazerem-se diaa-dia — nas ruas, em casa, nas igrejas, nos sindicatos, associações, partidos. . . — construindo um novo mundo, recriando uma nova espécie de vida.

Referências bibliográficas

BISSIO, Beatriz. "A Década da Mulher". in Cadernos do Terceiro Mundo, 1985, 80, 16-62.

CALDERANO, Maria da Assunção. Ação Política-Educativa numa periferia urbana: um estudo sobre associação de moradores — Imperatriz/MA. Dissertação de Mestrado apresentada à UFRJ/ UFJF, 1988.

CARDOSO, Amparo. "Notas a partir das discussões

feitas sobre a participação da mulher no processo de transformação social". Imperatriz, 1989.

MANNHEIM, Karl. Ideologia e Utopia — Tradução de Sérgio Magalhães Santeiro. Rio de Janeiro. Guanabara, 1986.

PIMENTEL, Silvia. A Mulher e a Constituinte. São Paulo, Cortez/EDUC, 1987.

SILVA, Neide Maria da et alii. Movimento de Bairro. Recife: ETAPAS, 1988.

Clubes de mães e grupos de mulheres

Resultados de uma pesquisa-avaliação *



Grupo de teatro "Maria-é-Dia"

trabalho de investigação de campo consistiu numa pesquisa-avaliação dos clubes de mães e grupos de mulheres do município de São Paulo, situadas nas zonas leste e sul da capital paulista.

Essa pesquisa-avaliação foi realizada mediante a constituição de uma equipe básica, que implantou o projeto. Após a revisão bibliográfica, demos início ao trabalho de campo, procedendo ao cadastramento de clubes de mães e grupos de mulheres, às entrevistas de reconstituição histórica, e ao treinamento permanente das participantes.

A seguir, através desta metodologia participativa, foi feita a codificação e sistematização dos dados, passando-se, então, à elaboração do material documental apresentado neste apêndice (relatório, audiovisual, peça de teatro, revista e caderno de dados).

Além desses resultados, vale mencionar a constituição de um banco de dados e a ação desenvolvida pelas mulheres participantes, durante e após a pesquisa.

Este texto foi extraído da dissertação de mestrado, "O Problema não está na mulher", apresentada em março de 1989 por Moema Viezzer, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. A pesquisa foi realizada pela Rede Mulher no período de 1983 a 1985.

Banco de dados

Uma série de materiais com características diferentes, contendo informações importantes e passíveis de análise posterior, de acordo com objetivos diversos, foi recolhida durante a pesquisa e está à disposição de pessoas e grupos que forneceram essa informação e que desejam utilizá-la e analisá-la.

Os materiais são os seguintes:1

- 36 fitas gravadas, com uma hora de duração cada uma; são entrevistas de reconstrução histórica feitas com 23 mulheres da zona leste;
- 1.054 páginas de transcrição das entrevistas, das discussões dos dias de treinamento e das reuniões da zona leste, identificadas com nomes e datas;
- 425 fotos tiradas durante as entrevistas e dias de treinamento;
- uma série de materiais, originais ou cópias xerox, todos identificados com data e procedência;
- todo o material relativo ao cadastramento dos clubes e grupos da zona leste, com os quadros e gráficos correspondentes;
- pastas onde estão arquivados todos os passos e etapas da pesquisa (mapas, cartas, telegramas, materiais de apoio, entrevistas, reuniões, fotos etc.);
- canções recolhidas e/ou feitas pelas mulheres e cantadas durante os dias de treinamento.

Ações desenvolvidas pelas participantes

a) Durante a pesquisa:

O trabalho de campo realizado nas três frentes detalhadas como cadastro, história, treinamento, constituiu-se num processo único para as mulheres organizadas que participaram da pesquisa.

Um aspecto importante a ser assinalado foi o desenvolvimento da autoformação das participantes. Suas lutas, seu processo pessoal para chegar a participar, consistiram em um distanciamento do passado e uma reavaliação do mesmo.

Outro processo importante ocorrido no decorrer da pesquisa foi a articulação entre os grupos participantes que, embora divididos, tentaram encontrar uma certa unificação de propostas entre grupos de mulheres das camadas da classe popular, com base nas questões que lhes são comuns. O intercâmbio de experiências e informações entre os clubes de mães e os grupos de mulheres foi uma constante durante toda a pesquisa.

b) Após a pesquisa

Mulheres da zona leste decidiram fundar uma organização de segundo nível, reunindo grupos e clubes estudados. Durante o encontro para a entrega dos resultados alcançados, foi proposta a criação de uma Associação de Mulheres da Zona Leste — AMZOL, o que efetivamente ocorreu, depois de um ano.

Da mesma forma, as mulheres, que participaram da elaboração da peça de teatro "Por Ser Mulher", decidiram organizar-se através do que, mais tarde, tomou a forma de um grupo de teatro sob o nome "Maria-É-Dia".

A conclusão dos trabalhos foi comemorada durante um encontro no dia 22 de junho de 1985, destinado a ser, simultaneamente, a última sessão de trabalho, no qual fez-se a apresentação dos materiais documentais elaborados pelas diversas equipes.

A partir das observações, comentários, críticas e sugestões feitas, deliberou-se, durante o encontro, que os materiais deveriam ser retrabalhados ou completados.

Desse modo, a sua apresentação final efetivouse cinco meses depois. No dia 17 de dezembro de 1985, foram feitos o lançamento e a entrega de exemplares dos materiais documentais aos grupos participantes.

Os materiais documentais impressos tiveram uma tiragem inicial de 1.500 exemplares, dos quais 750 foram distribuídos entre os grupos participantes e os 750 restantes divulgados, através da Rede Mulher, a outros grupos no país. A revista Que História é Essa? já teve três tiragens, num total de 6.000 exemplares. Do audiovisual "E Agora, Maria?", com 160 slides, foram feitas inicialmente 15 cópias para núcleos participantes da pesquisa. Outras 35 cópias foram solicitadas, a seguir, por entidades, inclusive do exterior, o que conduziu à sua versão para o espanhol, alemão, francês e inglês.

A pesquisa participante alcançou seus resultados imediatos, repercutindo também através do efeito multiplicador do impacto demonstrativo da situação das mulheres agregadas nos clubes de mães

No dia do encerramento da pesquisa — 22 de junho de 1985 —, cada participante recebeu uma pasta que continha os materiais documentais da mesma que apresentamos a seguir.

¹ Enumero, aqui, somente os materiais que se referem à zona leste, havendo alguns que são comuns à zona sul.

REDE MULHER

PESQUISA-AVALIAÇÃO DOS CLUBES DE MÃES E GRUPOS DE MULHERES DE SÃO PAULO





Introdução

Este texto contém um breve relatório elaborado para os participantes da Pesquisa-Avaliação dos Clubes de Mães e Grupos de Mulheres do Município de São Paulo. Nele, procuramos descrever tudo o que aconteceu, desde o começo até o encerramento da pesquisa.

Para facilitar a leitura, agrupamos os dados de acordo com os seguintes tópicos:

- 1. Quando foi feita a pesquisa?
- 2. Onde foi feita a pesquisa?
- 3. Quem fez a pesquisa?
- 4. O que foi pesquisado?
- 5. Como foi feita a pesquisa?
- 6. Para quem foi feita a pesquisa?
- 7. Quais os resultados alcançados?

Neste relatório encontra-se uma série de documentos que são parte do nosso trabalho:

Documento no 2: Texto do audiovisual "E Agora, Maria?"

Documento nº 3: Texto da peça de teatro "Por Ser Mulher..."

Documento nº 4: Resumo da proposta de texto para a revista Que História é Essa? — Clubes de Mães e Grupos de Mulheres de São Paulo.

Documento nº 5: Caderno de Dados: "Retrato dos Clubes de Mães e Grupos de Mulheres da Zona Leste".

Quando foi feita a pesquisa?

Esta história já tem um tempo. Remonta a 1982. Após vários contatos com mulheres de bairros de São Paulo, sugeri a realização de um estudo que trouxesse à luz tudo aquilo que as mulheres já fazem e vivem, mas que ainda não havia sido levantado. Em 1983, com a idéia da pesquisa aceita por vários clubes e grupos, o projeto elaborado, e conseguido o apoio financeiro para a mesma, pusemos mãos à obra.

Durante o ano de 1984, realizamos todas as etapas necessárias para o levantamento dos dados. No primeiro semestre de 1985, trabalhamos para a produção dos primeiros resultados, que foram apresentados no encerramento da pesquisa no dia 22 de junho do mesmo ano.

Onde foi feita a pesquisa?

Essa é uma pergunta importante para entender tudo o que vem depois. Primeiro precisamos nos localizar, ou seja, saber onde estão os clubes e grupos com os quais lidamos na pesquisa, porque a maneira de trabalhar é muito diferente se fizermos uma pesquisa numa rua, num bairro ou numa cidade ou região.

Além disso, há diferenças entre os clubes e grupos de capital e do interior, da cidade e do cam-

po, os que começam e os que já têm mais tempo, os que são autônomos ou dependentes de outros, etc.

Enfim, quando se fala em São Paulo, é preciso logo acrescentar de que lugar de São Paulo estamos falando, a fim de se ter uma idéia mais clara e se localizar num município tão grande.

Quem fez a pesquisa?

Muitas pessoas estiveram envolvidas neste trabalho, de diversas maneiras, atuando em níveis distintos e em diferentes oportunidades.

A rede mulher

projetou a pesquisa;

- contatou os clubes e grupos;
- buscou apoio financeiro;
- assumiu todos os encargos do projeto;
- coordenou todas as atividades, desde a im-

plantação do projeto até a elaboração dos resultados e a entrega dos mesmos aos clubes e grupos.

Os clubes de mães e grupos de mulheres da zona leste e da zona sul

Participaram, através de algumas mulheres:

- a) durante o trabalho de campo, dando entrevistas pessoais, indicando outros clubes e grupos, aplicando o questionário (ficha) de identificação dos clubes e grupos.
- b) na primeira leitura dos dados, tomando parte nas reuniões quinzenais na zona leste, e nos treinamentos;
- c) na elaboração dos resultados, e na preparação para serem apresentados sob a forma de audiovisual, peça de teatro, o caderno de dados dos clubes e grupos da zona leste, e a revista de reconstituição histórica.

Cada uma das mulheres que aceitou participar do projeto contribuiu com o que quis ou com o que pôde. Algumas só deram entrevistas; outras participaram apenas dos treinamentos; outras deram entrevista, participaram dos treinamentos e integraram as equipes de trabalho; outras ainda participaram dos treinamentos e preencheram as fichas. O importante é que, apesar dessas diferenças de grau de contribuição, pudemos chegar ao final da pesquisa com mulheres representativas de todos os clubes e grupos que foram incluídos nela.

Outros participantes

- a) colaboradoras, voluntárias: na etapa inicial e na etapa final do projeto, contamos com a colaboração valiosa de algumas religiosas, assistentes sociais, psicólogas, líderes políticas, colegas e amigas da equipe da Rede Mulher ou das mulheres dos clubes e grupos que, através do seu apoio, facilitaram o encontro com alguns grupos de mulheres, emprestaram material bibliográfico ou visual, colaboraram no transporte aos bairros, conseguiram empréstimo de salas para reuniões, compuseram músicas para o teatro, fizeram a iluminação, ajudaram nos treinamentos;
- b) profissionais: na etapa final do projeto, quando deveriam ser elaborados e aplicados os primeiros resultados da pesquisa, a Rede Mulher solicitou a colaboração de pessoas, que foram selecionadas em função do trabalho profissional que desenvolvem na área. Para formar o grupo de teatro, contamos com profissionais desse setor; para a preparação do audiovisual, temos fotógrafos e especialistas em montagem de audiovisuais; para ilustrar o caderno de dados dos clubes e grupos, dois desenhistas; para reconstituir a história dos clubes e grupos, colegas que trabalham, há anos, em montagem de depoimentos.

Essas pessoas não trabalharam sozinhas: integraram as equipes de trabalho formadas com algumas mulheres dos clubes e grupos e com a equipe da Rede Mulher.

O que foi pesquisado?

Os clubes de mães e grupos de mulheres podem ser objeto de muitas pesquisas sociais. O nosso trabalho se desenvolveu em duas frentes:

Os clubes de mães e grupos de mulheres, hoje

Este trabalho foi iniciado através de um cadastramento dos clubes e grupos existentes.

Saber quantos existem, onde ficam, o que fazem, é uma informação básica para este tipo de trabalho coordenado. Quando começamos nossa pesquisa, esta informação não existia. Por isso, decidimos que este seria o primeiro passo.

Aplicamos um questionário pequeno, simples, que funciona como uma ficha de identificação dos clubes e grupos. Esse questionário foi aplicado pelas próprias mulheres dos clubes e grupos, que se ofereceram para isso. Na zona sul foram preenchidas 36 fichas. Na zona leste, 94. Por isso fizemos, por enquanto, só um caderno de resultados: o da zona leste. Para fazer o da zona sul, necessitaríamos efetuar o levantamento de clubes em cada setor.

Através desse trabalho procuramos nos informar sobre:

a) todos os clubes e grupos existentes. Isso é importante porque, em geral, os grupos não se conhecem. Os que estão ligados à Igreja não tomam conhecimento de outros, os da LBA nem sabem onde estão localizados os demais, os que estão ligados a partidos não se interessam pelos da Igreja, e assim por diante. Através desse levantamento, as mulheres entraram em contato com todo e qualquer tipo de clube ou grupo, ligados ou não a alguma igreja. Isso nos deu uma idéia de como a questão dos clubes de mães e

grupos de mulheres é complexa. Mostrounos também que precisamos conhecer e estudar muito mais para compreender o que acontece com as mulheres que freqüentam os clubes e grupos;

b) sua coordenação: por intermédio da ficha ficamos sabendo quantos clubes têm ou não coordenação, quem os coordena, quem escolhe o tipo de coordenação, por quanto tempo as mulheres atuam nela. Isso nos permitiu verificar que as mulheres atuam muito a nível do seu pequeno grupo, mas não contam com uma coordenação que permita articulação entre elas, enquanto grupos de mulheres, a nível de setor ou região. Um dos comentários mais freqüentes nas reuniões, quando se falava sobre coordenação, era que as próprias mulheres têm que assumi-la, em todos os níveis;



- c) suas reuniões: através do cadastramento dos clubes e grupos ficamos sabendo com que freqüência são realizadas, o objetivo das mesmas, e quais as principais atividades desenvolvidas pelas mulheres nessas reuniões;
- d) os clubes de mães e grupos de mulheres e os outros grupos e organizações existentes nos bairros: pudemos verificar que as mulheres atuam muito em conjunto com as comunidades de base ou com as sociedades de amigos de bairros. Percebemos que a articulação com outros grupos de mulheres, tanto no próprio bairro como fora dele, ainda é pequena.

História dos clubes de mães e grupos de mulheres

Essa foi a nossa segunda frente de trabalho na pesquisa. Sabemos que uma parte importante da história dos movimentos sociais foi feita pelas mulheres. Mas, quem a conhece?

Através de depoimentos das mulheres que já estão organizadas em grupos há anos, procuramos saber:

- como começaram os clubes e grupos;
- como as mulheres foram se integrando a eles;
- que dificuldades encontraram para organizar-se, "por serem mulheres";
- as principais lutas que precisaram enfrentar;
- os principais êxitos ou limitações;
- a situação atual dos clubes de mães e grupos de mulheres; e
- o que pensam as entrevistadas a respeito da situação das mulheres em geral e, mais especificamente, dos grupos de mulheres que conhecem.

Os depoimentos foram dados por mulheres da zona leste e da zona sul. Algumas, a convite da Rede Mulher, e a maioria indicadas por outras mulheres dos próprios clubes e grupos. Na zona sul foram entrevistadas 27 mulheres, e na zona leste, 28. Algumas dessas mulheres deram só uma entrevista; outras deram duas ou três, para completar todos os dados previstos no roteiro.

Resumindo, isto foi O QUÉ pesquisamos:

- O que são, hoje, os clubes de mães e grupos de mulheres. Conseguimos fazer isso na zona leste.
- Qual é a história dos clubes de mães e grupos de mulheres da zona leste e da zona sul.

Isto faz parte da realidade que queremos analisar, e que é vivenciada pelas mulheres dos clubes e grupos pesquisados.

Mas, o que é a realidade?

Quase sempre falamos "na realidade do dia-adia", referindo-nos àquilo que enxergamos de perto, que tocamos com a mão, que sentimos no estômago: a fome, a miséria, a falta de emprego, a opressão e discriminação da mulher, os movimentos nos quais as mulheres se envolvem tais como: saúde, água, esgoto, luz, e outros. Mas isso não é toda a realidade. São dados que temos em mãos para procurar entender a realidade, que vai muito mais longe. O estudo da realidade consiste não só em perceber o que acontece, mas também entender por que as coisas acontecem.

Por exemplo, por que aqui e por toda a parte, a mulher é subordinada ao homem? Por que aqui e em qualquer outro lugar, é normal que a mulher obedeça ao homem, que sirva ao homem, que seja responsável pela administração da casa, que seja responsável pela educação e cuidado das crianças, que esteja sempre em segundo plano no trabalho profissional, que não seja considerada capaz para as grandes tarefas políticas? Por que a maioria das

mulheres não se organiza, mas sim é organizada por outros: Igreja, políticos, governo? Por que são as mulheres que sustentam movimentos, como o do custo de vida, pela anistia, por creches, e por assistência à saúde? Perceber como as coisas acontecem e entender por que acontecem assim, significa analisar a realidade. É isto que estamos tentando fazer também, através desta pesquisa sobre os clubes de mães e grupos de mulheres.

Como foi feita a pesquisa?

O "jeito", a maneira (o **método**) de fazer o que nos propomos sempre depende de duas decisões iniciais:

- o que queremos fazer (conteúdo);
- para que queremos fazê-lo (objetivo).

No nosso caso, queríamos e decidimos fazer uma pesquisa, através da qual pudéssemos:

- avaliar como estão hoje os clubes de mães e grupos de mulheres, e recompor a história desses clubes e grupos;
- elaborar os resultados em forma de materiais educativos que possam ser utilizados pelas mulheres dos próprios clubes e grupos, que procuram entender sua realidade e querem transformá-la.

É um "jeito", entre vários outros, de estudar a realidade social. Existem várias maneiras de fazer pesquisa social. Uma delas é a pesquisa acadêmica, feita por pessoas que estão cursando a universidade ou fazem parte de um instituto de pesquisa. Nesse tipo de pesquisa, o objetivo é produzir conhecimentos que vão ser discutidos, criticados, aperfeiçoados pela comunidade científica: pesquisadores ou professores de universidades que fazem da pesquisa acadêmica o ponto central da sua profissão.

Outro tipo de pesquisa bastante divulgado é o que alguns chamam de pesquisa aplicada. Nesse tipo de pesquisa, as sondagens de opinião, os levantamentos de dados, os diagnósticos elaborados, enfim, os resultados obtidos através da análise dos dados recolhidos são utilizados para definir políticas, traçar programas, elaborar projetos, formular recomendações. Os órgãos do governo fazem muito desse tipo de trabalho assim como os organismos internacionais.

Nesses dois tipos de pesquisa mencionados, geralmente os grupos populares participam pouco, e quase sempre apenas na fase de fornecer informações. É difícil que tenham acesso aos resultados.

Na pesquisa participante procura-se encontrar uma forma de levar para os grupos a possibilidade

de participar de todo o processo. No nosso trabalho, procuramos conseguir que as mulheres dos clubes e grupos envolvidos pudessem entender o que é uma pesquisa participante: como se faz, para que servem as várias maneiras de analisar e aprofundar os dados, bem como algumas formas de elaborar os resultados obtidos.

A pesquisa participante não substitui as outras formas de pesquisa. Pelo contrário, para que a análise da realidade seja mais completa, precisamos saber aproveitar os resultados obtidos em outras pesquisas feitas sobre o assunto em questão, tenham elas sido acadêmicas ou não.

Também na pesquisa participante existem várias modalidades. Uma delas é a pesquisa-militante, desenvolvida por algumas organizações, particularmente partidos políticos. Outros desenvolvem o que se chama de pesquisa-ação. Neste caso, a pesquisa se realiza a partir de uma ação que um grupo decide realizar, ou, então, os resultados da pesquisa servem para iniciar uma ação a partir da análise da realidade estudada.

O método de pesquisa-educação que utilizamos neste trabalho é também um tipo de pesquisa participante, que resulta num processo de educação popular, entendido como um espaço onde se procura conhecer a realidade, para atuar sobre ela.

Quando uma pesquisa é participante?

Algumas pessoas dizem que é quando os pesquisadores sociais saem das suas sedes para pesquisar em campo. Outros acham que a pesquisa é participante quando os grupos atuam dando entrevistas, emitindo opiniões, ou aplicando questionários. Segundo o nosso critério de trabalho, entendemos que a pesquisa é participante quando todos os grupos envolvidos acompanham o processo de várias maneiras, desde o estágio inicial até a utilização do produto final. Além disso, a pesquisa é participante não só porque a pesquisadora ou pesquisador social sai do escritório para trabalhar em campo, mas também porque os grupos envolvidos saem do silêncio e do espaço de opressão que a sociedade lhes impõe, para participar de um processo onde aprendem a descobrir, analisar e compreender a realidade.

Na Rede Mulher, quando falamos em pesquisa participante, estes grupos podem ser formados por donas-de-casa, lavadeiras, empregadas domésticas, "margaridas", trabalhadoras rurais, operárias, bóias-frias, mulheres espancadas e violentadas, mulheres oprimidas por serem negras, mulheres que se congregam para decidir sobre questões importantes como a saúde da mulher, o planejamento familiar livre e responsável.

Técnicas utilizadas

Para assegurar uma pesquisa participante na avaliação dos clubes de mães e grupos de mulheres de São Paulo, adotamos várias técnicas:

a) Contatos diversos:

Visitas, entrevistas informais, diálogos.

b) Observação participante:

A Rede Mulher observou e participou de atividades desenvolvidas pelas mulheres nos clubes, nos grupos, nas igrejas, nas casas ou locais de trabalho como creches, em eventos, reuniões e programas organizados por elas.

As mulheres dos clubes e grupos, por sua vez, se interessaram pela Rede Mulher, pedindo maiores informações sobre a instituição e sobre a pesquisa, solicitando que a rede transmitisse essas informações a outras mulheres, etc.

c) Questionário

A ficha do questionário foi elaborada para o devido cadastramento dos clubes e grupos, e foi aplicado pelas próprias mulheres, que se deslocaram pelos bairros para conhecer os clubes e grupos e entrevistar suas representantes, cada uma das fichas preenchidas à Rede Mulher, que esquematizou esses dados em gráficos e desenhos e os recompôs, com a colaboração das mulheres participantes.

d) Roteiro de reconstituição histórica

Esse roteiro serviu apenas como base para que as mulheres que deram entrevistas se sentissem à vontade para falar livremente. Tudo foi gravado e transliterado.

e) Reuniões quinzenais

Desde o mês de maio até novembro de 1984, conseguimos realizar, na zona leste, reuniões quinzenais nas quais eram discutidas as fichas que estavam sendo preenchidas e os resultados que estavam sendo organizados.

f) Dias de treinamento

Uma vez a cada três meses, pudemos reunir as mulheres da zona leste e da zona sul que estavam participando da pesquisa, para um dia inteiro de trabalho conjunto. Esses treinamentos tinham por finalidade possibilitar às participantes encaminhar todo o projeto da pesquisa, e permitir o encontro das mulheres das duas regiões.

Realizamos quatro treinamentos:

- no primeiro, analisamos dados parciais do cadastramento dos clubes e grupos;
- no segundo, estudamos dados parciais das entrevistas sobre a história dos clubes e grupos;
- no terceiro, discutimos os resultados da pesquisa, que as equipes estavam elaborando:
- o quarto treinamento consistiu na apresentação dos resultados finais e entrega do material para as participantes.

g) Trabalho em grupo

Tanto nas reuniões da zona leste como nos treinamentos com a presença das mulheres da zona sul, sempre destinamos tempo para que as participantes pudessem trabalhar em grupos pequenos, onde era mais fácil a discussão, que depois era levada à plenária. Os resultados eram sempre elaborados pela Rede Mulher e enviados, pelo correio, para todas as participantes.

h) Comunicação

Além das reuniões que mantínhamos, nós nos comunicávamos e mantínhamos o caráter participante da pesquisa através de:



- Correspondência durante toda a pesquisa, utilizamos cartas para confirmar ou adiar sessões de trabalho, informar quais seriam os temas, o local, e o horário dos treinamentos, para fazer consultas, ou enviar os relatórios dos trabalhos já realizados.
- Telefonemas e Telegramas o telefone foi muito utilizado para marcar entrevistas, confirmar reuniões, acertar detalhes do trabalho. Muitas mulheres não têm telefone em casa; nesses casos, utilizamos telefones para recados (vizinhas, casa paroquial, local de trabalho).

Para os que não forneceram telefone para recados, enviamos telegramas, aos quais as mulheres respondiam chamando de algum telefone público. Esta alternativa de comunicação foi utilizada em larga escala na última etapa da pesquisa, com as mulheres integrantes das equipes que participaram da elaboração dos resultados.

 Material Didático de Apoio – como um maior veículo de comunicação e informação, utilizamos também muito material de apoio à discussão dos temas previstos, durante o decorrer da pesquisa. Assim, o resultado dos levantamentos era colocado em cartazes ou outras formas de torná-los mais acessíveis e facilitar a discussão do tema. Utilizamos audiovisuais, slides e filmes sobre os temas que mais interessavam às mulheres. Os audiovisuais mais discutidos foram: Movimento de Creche no Itaim (CEPIS); Saúde da Mulher (IDAC); Nós Mulheres (Associación Amauta, Peru). Esse material foi emprestado a vários clubes, tanto da zona leste quanto da zona sul.

i) Equipes de trabalho

Na etapa final, houve uma participação maior das 21 mulheres que se inscreveram para integrar as equipes de teatro (seis), do audiovisual (sete), do caderno de cadastramento dos clubes e grupos da zona leste (três) e da revista Que História É Essa? (cinco).

Os profissionais que integraram essas equipes enquanto técnicos de teatro e de audiovisual também trabalharam no mesmo esquema de participação, juntamente com as mulheres dos clubes e grupos e com a equipe da Rede Mulher.

 j) Leitura bibliográfica e busca de dados complementares

Durante a pesquisa, nós da equipe da Rede Mulher lemos vários textos; recolhemos, com a colaboração das mulheres dos clubes e grupos e outras pessoas, vários documentos e buscamos dados em várias instituições. Houve várias discussões sobre os temas que emergiram da pesquisa, não só entre nós da Rede Mulher, mas também com as mulheres dos clubes e grupos e com as equipes técnicas que passaram a atuar na etapa final da pesquisa.

Para quem foi feita a pesquisa?

Todas nós que estivemos envolvidas nela, somos mulheres que não aceitamos mais a idéia de que a condição e o lugar da mulher são aquelas que a sociedade nos reserva: o espaço doméstico numa posição subordinada ao homem.

As participantes desta pesquisa são mulheres que já se descobriram como "seres sociais". Por isso estamos envolvidas em movimentos, em lutas diversas, através das quais procuramos melhorar nossas vidas.

Acontece que chegamos a um ponto em que algumas interrogações começam a ficar cada vez majores:

- Por que as mulheres dos clubes e grupos estão presentes em todas as lutas?
- Por que temos que enfrentar tantas dificuldades em participar, só pelo fato de sermos mulheres?
- Aonde nos leva essa participação?
- Quem se aproveita dela?

 Por que quase não nos conhecemos, apesar de serem tantas as que se organizam em clubes ou grupos de bairros, e entretanto tão pouco acontece para melhorar nossa situação como mulheres?

Tudo isso precisa ser analisado, não só por pesquisadoras ou pesquisadores sociais, mas pelas próprias mulheres dos clubes e grupos, porque um movimento popular que não se baseia no conhecimento da realidade não consegue ter continuidade e êxito. Na medida em que as mulheres das camadas populares dispuserem de meios adequados para conhecer sua própria realidade, e os grupos encontrarem formas de se conhecerem, se apoiarem e se articularem é que se fortalecerá o Movimento Popular de Mulheres.

Esta pesquisa nada mais é do que um novo instrumento à disposição desse movimento. Por isto, os primeiros resultados foram apresentados e divulgados de maneira que as mulheres dos clubes e grupos possam utilizá-los imediatamente.

Quais os resultados alcançados?

São vários e diferentes. Podemos resumi-los da seguinte maneira:

Com relação à pesquisa propriamente dita, dispomos de:

 a) material educativo à disposição dos clubes e grupos, para reflexão e análise

Os documentos elaborados: Caderno de Dados da Zona Leste, audiovisual, peça de teatro e revista são fontes de informação muito ampla, e contêm sugestões sobre como utilizá-los. Nesses documentos estão contidos os primeiros resultados, frutos da esquematização, da sistematização, e da leitura inicial dos dados recolhidos.

b) Banco de Dados

Na Rede Mulher estão arquivados todos os materiais recolhidos: fitas gravadas, páginas transcritas a partir das entrevistas, reuniões e treinamentos, além de documentos e publicações direta ou indiretamente relacionados com o tema desta pesquisa, e que poderão ser utilizados em futuros estudos.

Com relação aos clubes de mães e grupos de mulheres dos setores populares, esta pesquisa teve também, como resultado:

 a) Aproximação e comunicação dos clubes e grupos O processo da nossa pesquisa participante fez com que muitas mulheres se conhecessem, começassem a pensar juntas, a se preocupar mais com a necessidade de se articular, de dar continuidade ao trabalho iniciado, de comunicar às outras mulheres dos clubes e grupos aquilo que aprenderam no decorrer da pesquisa.

b) Disseminação do conhecimento

O material resultante da pesquisa não será útil somente para as mulheres da zona leste e da zona sul. Muitos outros grupos, do Estado de São Paulo e de outros, já solicitaram os resultados da pesquisa e estão interessados em fazer o mesmo tipo de trabalho com seus próprios grupos. Isto representa uma contribuição da Rede Mulher e dos clubes e grupos de São Paulo para outros clubes e grupos de mulheres de outros setores populares, e uma ampliação da proposta da Rede Mulher que é, fundamentalmente, servir à articulação dos grupos de mulheres.

Concluindo:

A pesquisa está concluída. Mas o estudo dos seus resultados, os quais já temos em mãos, desencadeará um novo processo de reflexão e análise e, como conseqüência, formas de comunicar novos resultados e formas de atuar, das mulheres, com as mulheres, para as mulheres.



Foto: Elaine Ross

Educação popular e movimento de mulheres

Moema Viezzer*



Direitos da mulher - Piracicaba

Introdução

este artigo procuramos esclarecer a função da Rede Mulher em relação aos grupos e organizações de mulheres dos setores populares através da proposta específica da entidade. Escolhemos como exemplo a experiência de uma das oficinas de metodologia de educação popular com mulheres a nível nacional, para ilustrar como a educação popular pode ser um instrumento de comunicação e articulação do movimento de mulheres.

Muito se tem falado, nos últimos tempos, sobre as redes e sua formação, mas, como outros temas de educação popular, esse também é controvertido. Concordamos, porém, quanto ao fato de que, numa sociedade patriarcal e hierarquizada como a nossa, é fundamental criarmos novas formas de organização, para não corrermos o risco de reforçarmos, na prática, as estruturas que questionamos na teoria; e as redes surgem exatamente como uma dessas formas alternativas de articulação.

Ao falarmos de "redes", podemos utilizar a comparação com material para pesca: cada linha, que individualmente só pode pescar um peixe de determinado peso por vez, quando tecida numa rede em que cada nó fortalece o todo e é por ele fortalecido, tem sua capacidade de atuação muitas vezes aumentada. Ao mesmo tempo, não há, numa rede de pesca, uma hierarquia entre os nós, e cada rombo que porventura venha a ocorrer pode ser consertado individualmente, sem comprometer o todo.

^{*} Coordenadora da Rede Mulher. Colaboraram neste artigo Beatriz Canabrava e Vera Lucia Vaccari, da equipe de coordenação da Rede Mulher.

Outro dado a ser resgatado é o seguinte: escolhem-se diferentes tipos de rede para pesca, dependendo do tipo de peixe que se quer pescar. O mesmo ocorre com as redes que vão desde as de simples intercâmbio entre os grupos integrantes, sem preocupação com a discussão teórica e ações comuns, até as redes que pretendem desenvolver uma metodologia específica para solidificar uma proposta de educação popular. Nessa perspectiva talvez seja importante resgatar um terceiro elemento; em se tratando de redes de educação popular, cremos ser necessário dar
primeiro o tempo e o espaço para tramar a rede (ou
seja, esclarecer os objetivos e avaliar as ações que
levam pessoas e grupos a reunir-se e articular-se) para então lançar a rede em espaços maiores e, geralmente, mais complexos e controvertidos, permitindo definir a própria proposta em relação a outras
redes existentes.

Rede Mulher

Esse nome foi escolhido pela fundadora em função da proposta que fez nascer a entidade. Com todas as possibilidades e limitações, vantagens e desvantagens que isso representa, optamos por trabalhar em forma de rede e não de organização. A partir de uma dinâmica própria de rede, definimonos como uma entidade de apoio a grupos organizados de mulheres, através de programas de educação popular.

O objetivo específico da Rede Mulher é a articulação de uma rede de grupos e organizações de mulheres dos setores populares no Brasil, engajados na transformação social. Essa articulação é dificultada não somente pela extensão territorial do país e pelas dificuldades de comunicação, mas também pela dependência institucional da maioria dos grupos de mulheres dos bairros pobres das cidades ou da área rural que, em geral, "foram organizados" por outras instituições (especialmente a Igreja Católica e o Estado) e ainda não têm um projeto próprio para desvendar a realidade da subordinação da mulher ao homem como um problema de relacões sociais de gênero desiguais e lutar pela igualdade de direitos entre homens e mulheres como condição sine qua non de transformação social global.

A Rede Mulher tem origem em 1980 a partir de uma idéia de Moema Viezzer, socióloga e educadora brasileira que vem estudando a situação da mulher latino-americana desde 1975.

Nas atividades realizadas nesses últimos anos, a Rede Mulher empenhou-se em colocar em prática uma metodologia própria, realizando programas e projetos de pesquisa-educação, encontros e atividades de intercomunicação entre mulheres dos setores populares, com a finalidade de contribuir para a dinamização e articulação do movimento popular de mulheres, até hoje muito fragmentado.

Os projetos realizados pela Rede Mulher emergem estritamente das necessidades expressadas pelas mulheres. Os métodos de trabalho utilizados incluem pesquisa participante com os grupos de mulheres envolvidos. Os resultados são sistematizados de maneira a que as participantes possam perceber melhor o fenômeno da subordinação da mulher ao homem na sociedade em que vivem, e assumir mais e mais o controle das próprias organizações e movimentos, desenvolvendo programas e atividades adequadas à condição de mulheres de diversos setores populares.

A Rede Mulher promove também oficinas de educação popular com mulheres, nas três etapas que correspondem a esse processo de educação popular: partir da prática social, avaliar em conjunto essa prática e retornar a ela, apropriando-se, ao mesmo tempo, de uma metodologia de educação popular.

A instituição, registrada em 1983 como entidade com personalidade jurídica sem fins lucrativos, conta atualmente com uma diretoria de sete membros e uma equipe técnica encarregada da execução dos projetos em conjunto com os grupos de mulheres dos setores populares. A entidade é regida por um estatuto devidamente registrado e a equipe técnica guia-se por um regimento interno.

A coordenação dos trabalhos é exercida por uma equipe de quatro pessoas: uma coordenadora geral e três assistentes de coordenação, cada uma

Foto: Elaine Rossi

responsável por uma área. Na supervisão dos diferentes projetos e programas trabalham pessoas contratadas especialmente para cada caso.

Desde sua fundação, a entidade tem recebido apoio de organizações do Canadá, Inglaterra, Alemanha, Suécia, Chile e de alguns grupos nacionais.

Rede Mulher está afiliada ao Conselho de Educação de Adultos da América Latina — Ceaal e à Rede de Saúde da Mulher de Isis Internacional.

Em 1987, teve início o Programa de Educação Popular para os Direitos da Mulher, cujos antecedentes estão descritos no texto da Oficina de Metodologia de Educação Popular com Mulheres, pág. 54. Esse programa envolveu um curso, em São Paulo, com a participação de dezenas de mulheres. Em 1988, o programa realizou oficinas em Vitória e em Piracicaba, envolvendo mulheres da região Sudeste e uma Oficina em Xinguara, Pará, envolvendo mu-Iheres das regiões Centro-Oeste e Norte. A Oficina de Xinguara foi especialmente realizada com professoras da rede oficial de ensino. O Programa continua em 1989 e 1990, envolvendo agentes de pastoral da região Centro-Oeste e instituições de defesa dos direitos humanos em todo o país. Está em elaboração uma publicação sobre os direitos da mulher, que estará disponível até o final de 1989.

Uma outra oficina, esta especialmente dedicada à mulher do campo, foi o "Mutirão de Educação Popular: A Mulher Trabalhadora Rural", envolvendo mais de 200 lavradoras da região Araguaia—Tocantins. O relatório do Mutirão já está disponível na Rede Mulher ou no MEB em Brasília.

Devido às solicitações de assessoria com relação a teatro popular com mulheres, a Rede Mulher realizou, em 1988, a 1ª Oficina Nacional de Teatro Popular com Mulheres, com mulheres de todo o Brasil que utilizam ou pretendem utilizar o teatro como forma de expressão de sua luta. Já está em fase de publicação um livro sobre o tema.

Ainda em 1988 foi realizado um Levantamento Participativo dos Grupos de Mulheres e Instituições que trabalham com mulheres na região sul do município de São Paulo. Esse Levantamento contou com a participação de 61 grupos e instituições e a publicação Quem Somos Nós já está disponível.

Neste momento, além do Programa de Educação Popular para os Direitos da Mulher, a Rede Mulher está realizando o Programa de Pesquisa-Educação com Mulheres, iniciado em 1988 e com término previsto para 1991. Este programa, envolvendo grupos de mulheres das regiões Centro-Oeste e Sudeste, prevê a elaboração de um cadastro dos grupos contatados, por estado, além de um diagnóstico, levantado a partir do questionário aplicado a 450 grupos de mulheres nessas regiões.



Direitos da mulher - Vitória

Além disso, a Rede Mulher conta com um núcleo de comunicação, documentação e arte, com um acervo de materiais sobre a situação da mulher e educação popular no Brasil e em outros países. O núcleo tem também cerca de 30 audiovisuais e videocassetes à disposição dos grupos de mulheres para aluguel a um preço simbólico. Em 1989, o núcleo iniciou a preparação de exposições itinerantes. Cada jogo de materiais contém um audiovisual ou um videocassete, cartilhas, folhetos, livros, cartazes, fotos, etc., e é alugado a preço simbólico aos grupos de mulheres ou instituições de educação popular. Os temas disponíveis são: saúde, violência, organização; e outros estão sendo preparados.



Oficina Nacional de Teatro

A instituição conta também com um departamento de publicações, que edita, trimestralmente, o jornal Cunhary (Rio das Mulheres) e outros materiais. Além dos já citados, estão à disposição:

- Feminismo e Educação Popular, livro;
- Que história é Essa, revista; e
- —"Das Mulheres, para as mulheres, com as mulheres", artigo.

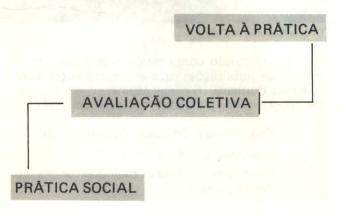
Oficina de metodologia de educação popular com mulheres

A primeira oficina de metodologia de educação popular com mulheres foi realizada pela Rede Mulher em 1985. Essa atividade fez parte de um projeto continental do Programa de Educação Popular com Mulheres do Ceaal (Conselho de Educação de Adultos da América Latina). Moema Viezzer, enlace para a sub-região Brasil daquele programa, escolheu a Rede Mulher como entidade de apoio para a realização da oficina, cujas três etapas (preparação, realização do encontro e continuidade) foram então desenvolvidas por intermédio da equipe técnica dessa entidade.

Devemos lembrar que o Brasil cobre quase metade do continente latino-americano (8.511.965 km²) e tem um terço da população desse continente, com aproximadamente 140 milhões de habitantes. Está dividido em 23 estados e 2 territórios e é uma república federativa. Em 1985, ano de início da atividade, assumia o governo o primeiro presidente civil, eleito em eleições indiretas, depois de 20 anos de ditaduras militares e já se preparava a eleição da Assembléia Nacional Constituinte, depois transformada em Congresso Nacional Constituinte, para elaborar a nova Constituição em substituição à outorgada pelos militares.

Para um encontro nacional, o método de oficina pareceu-nos o mais adequado na linha de trabalho que desenvolvemos. Entendemos oficina como uma instância de reflexão e ação onde se busca explicar a realidade em forma estrutural, fazendo confluir teoria e prática. Na oficina não existem professores que só ensinam e alunos que só aprendem, mas sim um grupo que vai produzindo conhecimentos novos através do trabalho coletivo.

A oficina não é um evento; é um processo que se inicia sempre com algum tipo de diagnóstico de realidade, tem um momento de avaliação coletiva de uma prática social determinada e conclui com o redimensionamento da mesma.



Sempre que realizamos uma oficina de educação popular com mulheres, nosso ponto de partida é a constatação da subordinação da mulher ao homem como um fenômeno milenar e universal, que atravessa civilizações e sistemas econômicos, ao mesmo tempo que está em íntima conexão com eles. De fato, os mecanismos através dos quais se gera e se mantém tal subordinação estão ligados à formação social, econômica, política e cultural de cada região, país ou nação. A modificação das relações sociais desiguais entre homens e mulheres traz implícita a mudança das estruturas econômicas, sociais, políticas e culturais sobre as quais se apóiam o sistema capitalista e a ideologia patriarcal.

As principais etapas de uma oficina de educação popular com mulheres podem ser assim resumidas:

- é um trabalho sobre a condição das mulheres na qual se dá ênfase e se toma como referencial de partida a percepção que as mulheres têm de sua condição;
- é feita a avaliação com as mulheres dos setores contemplados; e
- é elaborado para as mulheres dos setores com os quais nos envolvemos. Para isso criam-se mecanismos com o objetivo de promover, ampliar e aprofundar a análise da realidade e de buscar formas de organização cada vez mais adequadas.

O trabalho de educação popular relacionado com a mulher é fato recente em nosso continente. A mulher, marginalizada e discriminada em nossa sociedade, também o tem sido na maioria das organizações populares e, inclusive, em muitos programas de educação popular. Por isso é necessário desenvolver instrumentos adequados para uma ação coordenada em função das necessidades e interesses das mulheres dos setores populares.

O eixo temático escolhido para a primeira oficina nacional de educação popular e movimento de mulheres foi a subordinação da mulher ao homem e a luta por relações sociais de gênero sem dominação. O objetivo principal foi captar como esse tema é (ou não é) incluído nas organizações em que militam mulheres dos setores populares no Brasil.

Esse eixo temático foi desenvolvido através de uma poesia feita por uma mulher dos clubes de mães, da zona leste de São Paulo, Nelcina Alves Araújo:



A Rede Mulher iniciou o processo enviando folhetos explicativos para mulheres organizadas em sindicatos, associações de mulheres, clubes de mães, partidos políticos, associações profissionais. Inscreveram-se quase 150 mulheres mas, devido a problemas de verbas e de infra-estrutura, só foram aceitas 75 inscrições.

Participaram do processo mulheres de quase todos os estados do Brasil que trabalham como donas-de-casa, cobradoras de ônibus, lavadeiras, bordadeiras, empregadas domésticas, lavradoras, agentes de pastoral, prostitutas.

Muitas dessas mulheres viajaram mais de três dias para chegar ao local de realização do encontro, a segunda etapa da oficina. Por exemplo, as participantes de Rondônia viajaram mais de 3.500 km, metade dos quais em estradas não pavimentadas. As participantes do encontro conseguiram suas passagens através de rifas e festas realizadas por suas organizações ou através de instituições que as organizam (Igreja católica, partido político, sindicato, etc.) Esse apoio foi eventual. Não é de forma permanente que as mulheres são ajudadas para se constituírem enquanto organizações autônomas. A falta de dinheiro para o desenvolvimento de um projeto próprio é um dos problemas que as mulheres dos grupos populares enfrentam e foi citado na avaliação do encontro.

A maioria dos grupos representados no encontro não foram organizados pelas próprias mulheres, mas por instituições. Desses grupos, muitos atuam no seu bairro ou na comunidade; alguns poucos ultrapassam esse limite, atuando a nível municipal, estadual ou nacional. Esses grupos são formados principalmente por mulheres casadas, com mais de 25 anos de idade. A média de filhos é de 3 a 5 por mulher. Muitos desses grupos ainda não integraram sistematicamente a discussão das relações sociais de gênero às outras discussões que realizam. Por esse motivo, a oficina assumiu as características de iniciação ao tema.

O trabalho desenvolveu-se da seguinte maneira:

1ª etapa: Preparação do Encontro (das mulheres)

Durante 7 meses trabalhamos por correspondência, através de cinco (5) fichas de preparação conjunta elaboradas pela equipe técnica da Rede Mulher e preenchidas pelas mulheres inscritas em seus grupos. A cada quinze dias era remetida uma ficha. O conteúdo das mesmas foi o seguinte:

Ficha nº 1: O objetivo era levantar diretamente os problemas gerados pelas relações sociais desiguais de gênero e de classe e pela conjuntura econômica do país. Escolhemos três palavras-chave da poesiatema (mulher, brasileira, sofrida) e pedimos às participantes que escrevessem as primeiras associações com relação a cada uma delas.

Ficha nº 2: Para mostrar como a subordinação da mulher ao homem ocorre no cotidiano e como essa situação se traduz numa "cultura da opressão feminia", repassada de boca em boca, pedimos que as mulheres coletassem ditados, provérbios, quadrinhas, trovas e canções que falam sobre a mulher.

Ficha nº 3: Através dessa ficha, os grupos foram convidados a trazer para o encontro, para serem expostos, seus trabalhos (cartilhas, artesanato, audiovisuais, receitas de medicina popular, etc.). Com esse material foi preparada uma "feira de cultura" como parte da realização do encontro.

Ficha nº 4. Questionário: mais que uma ficha, desta vez foi mandado um caderno com perguntas sobre cada organização (tipo de trabalho desenvolvido, número de participantes e dados das mesmas: idade, estado civil, número de filhos etc.), além de lutas e conquistas do grupo, problemas enfrentados e soluções encontradas.



Ficha nº 5: O objetivo da última ficha era coletar dados para possibilitar a preparação de um perfil da participante, além de recuperar todo o trabalho das mulheres nessa primeira etapa, nos próprios grupos.

Com o material devolvido foi elaborado um Caderno do Encontro utilizado como subsídio básico, com os seguintes itens: quem somos? — de onde viemos? — para que viemos? — como vamos trabalhar? — o que preparamos para esse encontro? — e agora?

Considerando que a oficina foi realizada com mulheres dos setores populares, muitas das quais não letradas ou desacostumadas à leitura e ao trabalho intelectual, em virtude de sua própria vivência, eminentemente prática, sentimos necessidade de utilizar diferentes técnicas de educação popular para desencadear o processo de reflexão, mantendo um clima de animação e de intercâmbio constante nos grupos e entre as mulheres. Foram utilizadas técnicas de apresentação dos grupos, de introdução de temas, de análise e síntese de avaliação metodológica e de comunicação pessoal e grupal.

Na preparação das técnicas procuramos utilizar sempre dois estímulos diferentes, um através da escrita e outro, associado, através da cor, para facilitar a integração das mulheres não letradas.

O encontro foi estruturado de forma a que os temas fossem discutidos em subgrupos de aproximadamente 10 mulheres, com miniplenárias integrando os três subgrupos e plenárias ao final do dia para socialização das discussões e síntese dos trabalhos.

2ª etapa: Realização do Encontro (com as mulheres)

Durante três dias, em regime de internato, o encontro nacional foi realizado numa antiga fazenda, adaptada para local de encontros, pertencente à Universidade Metodista de Piracicaba, que se encarregou da secretaria e da infra-estrutura.

Os temas da subordinação da mulher ao homem e o da organização para superar essas condições foram apresentados como as duas faces de uma mesma moeda.

Para a discussão da primeira face: a situação da mulher, os grupos foram divididos através de três cartazes de cores diferentes: mulher, brasileira, sofrida. A apresentação de cada subgrupo foi através da técnica do fósforo. As técnicas de análise do tema foram diferentes para cada grupo: mulher utilizou um jogo com música e expressão corporal; brasileira, um quebra-cabeças para a formação do mapa do Brasil; e sofrida, o jogo dos cegos e amarra-

dos. Cada grupo discutiu três perguntas sobre os problemas enfrentados pela mulher por ser mulher, por pertencer às classes populares e os devidos à conjuntura do país, além dos enfrentados pelos grupos organizados de mulheres que atuam de maneira autônoma ou dentro de organizações mistas (técnicas descritas ao final).

As participantes salientaram, entre outras constatações, que os problemas da mulher vêm de nossa própria cultura, que na atual situação brasileira, a mulher é mais atingida porque é ela quem administra a renda familiar; e que a mulher dos setores populares é mais sofrida devido à não satisfação das necessidades básicas e que é ainda mais sofrida se tem que enfrentar preconceito de raça ou de cor. Concluíram também que as mulheres estão se organizando para romper essa estrutura e assim modificar sua situação, mas a organização é dificultada devido ao menor nível de educação formal da mulher, e à dificuldade em integrar as discussões das relações de gênero no trabalho das instituições mistas (Igreja, sindicato, partido político. . .).

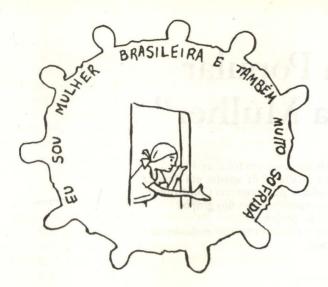
Para a discussão da outra face da moeda, a organização da mulher, as participantes foram divididas em três grupos e seis subgrupos: mulheres organizadas em partidos políticos e Igreja; em associações profissionais e sindicatos rurais e urbanos; em clubes de mães e grupos autônomos de mulheres. Cada grupo assistiu a um audiovisual sobre organização.

As integrantes dos subgrupos apresentaram-se através da técnica da teia de aranha e responderam algumas perguntas sobre o espaço real da mulher nas organizações populares. A seguir foram redigidas propostas com relação a si mesmas, aos homens, aos filhos, às instituições do governo municipal/estadual/federal, à Assembléia Nacional Constituinte e à nova Constituição brasileira, às entidades governamentais, a outros grupos de mulheres, aos meios de comunicação, às organizações, aos partidos políticos, aos grupos de Igreja, aos sindicatos rurais e urbanos (técnicas descritas ao final).

Houve também a apresentação, pelo grupo de Animadoras Culturais da Zona Leste de São Paulo, da peça de teatro "Por ser Mulher...", resultante da pesquisa-avaliação dos clubes de mães e grupos de mulheres de São Paulo, realizada pela Rede Mulher entre 1983 e 1985.*

O último dia do encontro foi dedicado à reconstituição dos processos de preparação da oficina e de realização do encontro e ao estabelecimento de propostas de ação comum a nível nacional. A reconstituição foi feita através da montagem do quadro metodológico: cartazes contendo a descrição do conteúdo, objetivos e estratégia de cada ati-

^{*} Em 1988, o grupo constituiu-se oficialmente no Grupo de Teatro Maria-é-Dia, que vem realizando apresentações e oficinas de teatro em diversos estados.



vidade foram distribuídos entre as participantes e as atividades reconstituídas com o auxílio da coordenadora.

As propostas de continuidade apresentadas e aprovadas foram relacionadas à socialização do encontro, à implantação das propostas levantadas e à necessidade de organização das mulheres dos setores populares do Brasil.

As participantes decidiram dar continuidade ao encontro em torno de uma ação comum relacionada com a conjuntura política do país: a defesa dos interesses da mulher perante o Congresso Nacional Constituinte.

Foi encaminhado manifesto ao presidente da República exigindo a participação da mulher e dos movimentos populares na Constituinte e foi decidido organizar o Dia 8 de Março de 1986 sobre esse mesmo tema.

Considerando a extensão territorial do país e a fragmentação dos grupos populares de mulheres, foi pedido à Rede Mulher que servisse de ponto de referência para a articulação desses grupos na elaboração de uma proposta conjunta com relação aos direitos da mulher na nova Constituição brasileira e na conclusão desse trabalho com uma ida a Brasília para entregar as propostas aos constituintes que seriam eleitos em novembro de 1986.

3ª etapa: Continuidade (para as mulheres)

A proposta de continuidade foi implantada pela Rede Mulher através do Projeto "Nós e a Constituinte", concebido como um projeto de informação e educação de adultos à distância. O projeto foi iniciado em dezembro de 1985 e teve várias etapas.

Foram primeiramente formadas comissões estaduais com a atribuição de divulgar o trabalho em seus respectivos estados e informar os eventos ligados ao tema à equipe da Rede Mulher que os divulgaria através de um boletim.



O boletim Nós e a Constituinte, redigido e distribuído pela Rede Mulher, teve 8 números publicados. A lista de distribuição foi sendo ampliada à medida que novos grupos se integravam à proposta, chegando a 730 grupos em todo o país, atingindo aproximadamente 25.000 mulheres.

As propostas para a Constituição recebidas pela Rede Mulher através das comissões estaduais foram reunidas num dossiê de propostas, retrabalhado nos grupos, e sistematizadas num abaixo-assinado, redigido em linguagem jurídica, com a assessoria de advogados, sob a forma de emenda à Constituição.

Esse abaixo-assinado foi lançado ao público na Praça da Sé, em São Paulo, no Dia Nacional de Lançamento das Iniciativas Populares na Constituinte. A Iniciativa Popular, de acordo com o regimento interno da Constituinte, consiste na apresentação de uma emenda apoiada por 30.000 assinaturas de eleitores e três entidades devidamente registradas.

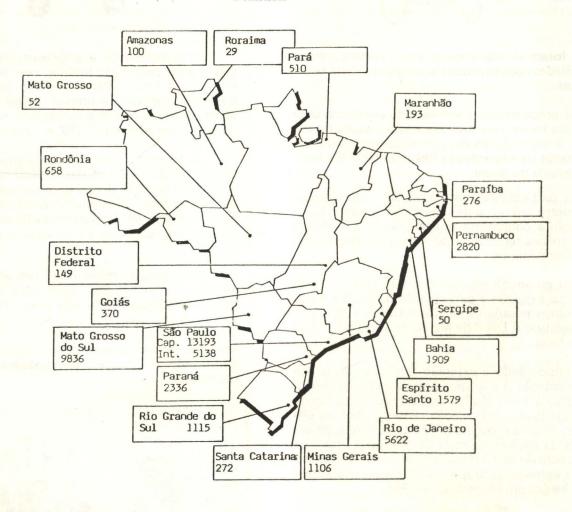


Encontro Nós mulheres e a Constituinte" Zona sul de São Paulo — Grupo Crianças/Santo Amaro

Iniciativa Popular "Direitos da Mulher"

A Iniciativa Popular Direitos da Mulher com um total de 47.313 assinaturas em todo o país foi entregue no dia 05 de agosto, em Brasília, ao Deputado Ulysses Guimarães, Presidente do Congresso Constituinte, por uma delegação de mulheres representantes dos grupos que participaram do projeto.

A Iniciativa recebeu o apoio de vários parlamentares que endossaram a emenda.



Total Geral: 47.313 - Data: 17/08/87

Entidades que endossaram a iniciativa popular "Direitos da Mulher" de acordo com o regimento interno da assembléia nacional constituinte:

- SIM Serviço Informação Mulher-MS
- SOS CORPO–PE
- MOC Movimento Organização Comunitária—BA
- MUSP Mulheres Unidas de São Pedro-ES
- Associação Profissional dos Empregados Domésticos-PE
- Associação Comunitária de S. Bernardo do Campo-SP
- Centro da Mulher 13 de Maio-SP
- Comunidade da Família de São Pedro-SP
- Rede Mulher (Secretaria e Articulação)

No mês de maio de 1987, 31 mulheres, integrantes das comissões estaduais, visitaram o Congresso Constituinte em Brasília e tiveram a oportunidade de entregar o texto do abaixo-assinado a alguns deputados constituintes. Nessa ocasião foi também criada uma Comissão Nacional de Coordenação da Iniciativa Popular sobre os Direitos da Mulher para divulgar o abaixo-assinado, coletar as 30.000 assinaturas e organizar a delegação responsável para entregá-lo no Congresso.

A defesa da proposta sobre os Direitos da Mulher perante o Congresso Nacional Constituinte, como prevê seu regimento interno, foi confiada pela Comissão Nacional a Moema Viezzer, coordenadora da Rede Mulher e do projeto "Nós e a Constituinte".

E depois?

Esta pergunta já foi formulada por vários grupos que integram o projeto e desejam prosseguir no trabalho de articulação nacional do Movimento Popular de Mulheres. A contribuição oferecida pela Rede Mulher está sendo dada através do programa "Educação Popular para os Direitos da Mulher", citado na introdução, além dos outros programas e projetos da instituição, incluindo a publicação e socialização de materiais que ajudem a aprofundar o trabalho de educação popular e de assistência jurídica alternativa à mulher.

Estamos também prevendo a realização da Segunda Oficina de Educação Popular e Movimento de Mulheres para 1990. Voltaremos a realizar um processo similar ao que foi descrito neste artigo (partir da prática, avaliar em conjunto e retornar à prática), mas agora com grupos de mulheres mais identificados entre si e com maior clareza de propostas para o movimento.

Comentários finais

A descrição anterior já demonstra vários dos aspectos positivos do trabalho. Mas gostaríamos de salientar o seguinte:

- 1. O retorno à prática deu-se de forma articulada e houve a possibilidade de um maior conhecimento e intercâmbio entre grupos com propostas similares que anteriormente realizavam atividades isoladas sem nenhuma conexão.
- 2. Os grupos chegaram a uma ação comum aceitando trabalhar sobre temas de consenso, respeitando as divergências e as diferentes posturas que provêm de etapas e forma de organização diferentes.
- 3. O trabalho possibilitou a inclusão da discussão sobre a subordinação da mulher ao homem como um problema social e da necessidade da organização das mulheres como um movimento social



Coleta de assinaturas — Iniciativa Popular, Direitos da Mulher — Feira da Vila Madalena/SP





Encontro nacional/85

nas diferentes instâncias de participação nas quais muitas mulheres militam há vários anos: sindicatos, partidos, comunidades eclesiais de base.

4. Desse processo emergiram também algumas animadoras que se destacaram com possibilidades de atuar ao nível de seu estado ou região e com as quais será possível desenvolver posteriormente um trabalho em maior profundidade, gerando uma ação multiplicadora.

Seria importante também considerar os seguintes pontos:

A Rede Mulher sente a necessidade de desenvolver e utilizar formas e métodos de comunicação mais adequados a um retorno sistemático em programas de educação popular à distância com mulheres. Constatamos que embora a utilização do material e o seu aproveitamento sejam constantes e muitas vezes tenham ultrapassado as metas iniciais, os grupos têm dificuldade de comunicar por escrito essa utilização; verificamos que o retorno em massa só acontece em momentos de novos apelos à mobilização: encontros, coleta de assinaturas, etc.

A Rede Mulher sente também a necessidade de avançar mais na discussão da busca de autofinanciamento dos grupos para os projetos que se realizam em forma de rede. Isso não descarta a busca de apoios institucionais para projetos de educação popular de maior alcance, principalmente num país como o Brasil, onde o incipiente movimento de mulheres enfrenta graves problemas econômicos.

Outro aspecto a ser considerado é a necessidade de produzir e socializar métodos e técnicas de educação popular adequados à discussão sobre a subordinação da mulher ao homem tal como se dá nas diferentes classes sociais no Brasil.

Para concluir, queremos ressaltar que o trabalho de oficina, realizado em forma de rede, também nos parece uma dinâmica que deve ser aprofundada por não se constituir num evento, mas sim num processo que leva a ações comuns, articuladoras, o que representa um avanço na análise das relações sociais de gênero e na articulação do Movimento Popular de Mulheres.

Descrição das técnicas utilizadas

- Técnica do fósforo (apresentação): uma caixa de fósforo circula entre as participantes. Ao chegar sua vez, a participante risca um fósforo e fala sobre si mesma e seu trabalho na organização de que participa durante o tempo em que o fósforo queimar.
- Cegos e amarrados: o grupo de participantes é dividido em três. Esses subgrupos não têm contato entre si.

As integrantes de um subgrupo são atadas com as mãos às costas. De outro, têm os olhos vendados, de forma a não enxergar nada.

- O terceiro subgrupo fica como observador. O monitor dá as instruções: "O jogo termina quando os cegos estiverem todos de braços dados. Os demais participam como acharem melhor." São feitas três tentativas: na primeira, os cegos não podem conversar; na segunda, podem conversar; na terceira, um cego pode tirar a venda do outro. Após a realização das três tentativas, é feita uma análise do jogo: comportamento dos três grupos, a quem podem ser comparados os três grupos na nossa sociedade, etc.
- 3. Teia de aranha (apresentação): os participantes se colocam em círculo. Quem inicia tem na mão um rolo de barbante. Diz seu nome e a cidade de onde vem e, segurando a ponta do barbante, atira o rolo para a pessoa à sua frente. Esta, por sua vez, segura o barbante, apresenta-se e atira para outra pessoa. Assim vai até que todo o grupo tenha se apresentado. Depois, a última pessoa deve dizer o nome da pessoa que lhe atirou o rolo, devolvendo-o, e assim sucessivamente até que o rolo volte à primeira pessoa.

Constituinte

Proposta de emenda popular ao projeto de Constituição

DIRE	ITOS	DA MI	JLHER

Ementa: Dispõe sobre direitos e garantias da mulher. Inclua-se na Constituição Brasileira onde couber:

- Art. Todos são iguais perante à lei. Homens e mulheres possuem a mesma dignidade pessoal e social, não podendo ser prejudicados, privilegiados ou tratados de forma discriminatória por ato de qualquer natureza, em razão de nacionalidade, raça, cor, sexo, religião, convicção política ou filosófica, deficiência física ou mental, idade, grau de instrução, atividade profissional, estado civil, classe social e condições de nascimento.
- Art. São direitos fundamentais dos trabalhadores e trabalhadoras:
 - I proibição de diferença de salário e de critério de admissões por motivo de sexo, cor ou estado civil.
 - II Licença remunerada da gestante, antes e depois do parto, ou no caso de interrupção da gravidez, com período não inferior a 180 (cento e oitenta) dias, sem prejuízo do emprego e do salário.
 - III Garantia de manutenção de creche e escola maternal pelos empregadores para os filhos e dependentes de seus empregados, até no mínimo 6 (seis) anos de idade.

- IV Extensão dos direitos trabalhistas e previdenciários aos trabalhadores e trabalhadoras rurais e empregados e empregadas domésticas.
- Art. Considera-se atividade econômica aquela exercida no recesso do lar.
- Art. Ao Sistema Nacional de Saúde Pública competirá formular, executar e controlar a prestação de serviços de saúde em todo o território nacional e, em especial, a prestação de assistência integral e gratuita à mulher nas diferentes fases de sua vida.
- Art. A família, constituída de direito ou de fato, tem direito à proteção do Estado, que é obrigado a adotar todas as medidas que permitam a realização pessoal de seus membros.
- Art. É assegurada pela lei a plena igualdade de direitos e deveres dos cônjuges, no que diz respeito à sociedade conjugal, ao pátrio poder, ao registro de filhos, à fixação do domicílio da família e à titularidade e administração dos bens do casal.
- Art. O Estado reconhece à maternidade e à paternidade função social, garantindo aos pais os

- meios necessários à alimentação, saúde, segurança e educação dos filhos.
- Art. É assegurada a assistência médica e psicológica à mulher vítima de violência sexual.
- Art. A todos é assegurada a liberdade de determinar livremente o número de filhos, sem interferência do poder público ou de entidade privada. É também assegurado, sob o controle do Estado, o acesso e a ampla informação sobre o uso e os efeitos de métodos contraceptivos.
- Art. É garantido a homens e mulheres o direito individual da posse e da propriedade da terra, qualificada como bem necessário à manutenção de uma vida digna para o indivíduo e os familiares que dele dependem.
- Art. É vedada a veiculação em todo e qualquer meio de comunicação formal e/ou informal, de atos ou mensagens que incitem à violência, que firam a dignidade ou propaguem a discriminação contra a mulher.
- Art. A lei punirá como crime inafiançável qualquer discriminação atentatória aos direitos de homens e mulheres.

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

A Carta Constitucional em vigor, ao dispor que "todos são iguais perante a lei", não assegura instrumentos para garantir essa mesma igualdade, relativamente aos direitos da mulher e, por igual, nas relações entre homens e mulheres, buscando corrigir as discriminações existentes.

Na sociedade brasileira, a maioria das mulheres sofre dupla opressão: enquanto participante dos setores populares e enquanto mulher. É por essa razão que, como cidadãs, lutamos pelo direito à terra, ao trabalho, à moradia, educação, saúde, transporte, lazer e segurança, particularmente através das reformas agrária, urbana e administrativa do Estado. Concomitantemente, lutamos pela extinção de todo tipo de discriminação em todas as formas nas quais se materializam, em particular contra a subordinação da mulher ao homem.

Essa subordinação se manifesta através da discriminação nos salários e nas condições de acesso ao trabalho; na falta de serviços para atender à mulher na sua condição de reprodutora biológica da espécie humana: assistência à maternidade e à criança. Manifesta-se também através da inferioridade da mulher em relação ao homem na partilha das responsabilidades do lar e no cuidado dos filhos e em relação à participação social e política.

Durante dois anos, centenas de grupos de mulheres de todo o país realizaram um trabalho conjunto através de um projeto denominado "Nós e a Constituinte". Como resultado de encontros, seminários e assembléias, foi elaborado um Dossiê de Propostas, cuja síntese está contida na presente emenda sobre os "Direitos da Mulher" que desejamos ver assegurados na nova Constituição Brasileira.

Esta iniciativa popular reforça outras iniciativas populares que insistem numa Constituição que garante o acesso à igualdade de direitos para cidadãs e cidadãos e o cumprimento das leis que assegurem essa igualdade. O conteúdo desta iniciativa se restringe a assuntos relativos à Constituição Federal e será retomado quando da elaboração das Constituições Estaduais e leis municipais, bem como das leis ordinárias.

O presente abaixo-assinado foi assumido por grupos de mulheres que se responsabilizaram pela coleta de assinaturas e contaram com o apoio de muitas entidades nacionais e estaduais.

Direitos da mulher na atual Constituição

Título I DOS PRINCIPIOS FUNDAMENTAIS

Art. 19 A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

I - a soberania;

II – a cidadania;

III - a dignidade da pessoa humana;

IV – os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;

V - o pluralismo político.

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

Art. 39 Constituem objetivos fundamentais da República Federativa-do Brasil:

 I – construir uma sociedade livre, justa e solidária;

II – garantir o desenvolvimento nacional;

 III — erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

IV — promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. (1)

Título II DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

Capítulo I DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: (2)

 I – homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição;

XLII — a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei; (33)

XLIX — é assegurado aos presos o respeito à integridade física e moral; (38)

L – às presidiárias serão asseguradas condições para que possam permanecer com seus filhos durante o período de amamentação;

LXVII – não haverá prisão civil por dívida, salvo a do responsável pelo inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia e a do depositário infiel; (48)

Capítulo II DOS DIREITOS SOCIAIS

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: (55)

XVIII — licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e vinte dias; (71)

XIX — licença-paternidade, nos termos fixa dos em lei:

 XX — proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei;

XXV — assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até os seis anos de idade em creches e pré-escolas; (76)

XXX — proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil; (79)

Parágrafo único. São assegurados à categoria dos trabalhadores domésticos os direitos previstos nos incisos IV, VI, VIII, XV, XVII, XVIII, XIX, XXI e XXIV, bem como a sua integração à previdência social. (82)

IV — salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes períodicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim; (59)

VI — irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo; (60)

VIII — décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposenta-doria:(62)

XV — repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos; (68)

XVII — gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal; (70)

XVIII — licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e vinte dias; (71)

XIX — licença-paternidade, nos termos fixados em lei:

XXI — aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no mínimo de trinta dias, nos termos da lei; (72)

XXIV - aposentadoria; (75)

Título VII DA ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA

Capítulo II DA POLÍTICA URBANA

Art. 182. A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.

Art. 183. Aquele que possuir como sua área urbana de até duzentos e cinqüenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural. (240)

§ 19 O título de domínio e a concessão de uso serão conferidos ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil.

Capítulo III DA POLÍTICA AGRÍCOLA E FUNDIÁRIA E DA REFORMA AGRÁRIA (241)

Art. 184. Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imó-

vel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei.

Art. 189. Os beneficiários da distribuição de imóveis rurais pela reforma agrária receberão títulos de domínio ou de concessão de uso, inegociáveis pelo prazo de dez anos.

Parágrafo único. O título de domínio e a concessão de uso serão conferidos ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil, nos termos e condições previstos em lei.

Título VIII DA ORDEM SOCIAL

Capítulo I DISPOSIÇÃO GERAL

Art. 193. A ordem social tem como base o primado do trabalho, e como objetivo o bem-estar e a justiça sociais.

Capítulo II DA SEGURIDADE SOCIAL

Seção II DA SAÚDE

Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

§ 4º. A lei disporá sobre as condições e os requisitos que facilitem a remoção de órgãos, tecidos e substâncias humanas para fins de transplante, pesquisa e tratamento, bem como a coleta, procesmento e transfusão de sangue e seus derivados, sendo vedado todo tipo de comercialização. (248)

Seção III DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Art. 201. Os planos de previdência social, mediante contribuição, atenderão, nos termos da lei, a:

III – proteção à maternidade, especialmente à gestante;

V — pensão por morte de segurado, homem ou mulher, ao cônjuge ou companheiro e dependentes, obedecido o disposto no § 5º e no art. 202.

Art. 202. É assegurada aposentadoria, nos termos da lei, calculando-se o benefício sobre a média dos trinta e seis últimos salários de contribuição, corrigidos monetariamente mês a mês, e comprovada a regularidade dos reajustes dos salários e contribuição de modo a preservar seus valores reais e obedecidas as seguintes condições:

I — aos sessenta e cinco anos de idade, para o homem, e aos sessenta, para a mulher, reduzido em cinco anos o limite de idade para os trabalhadores rurais de ambos os sexos e para os que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, neste incluídos o produtor rural, o garimpeiro e o pescador artesanal:

II — após trinta e cinco anos de trabalho, ao homem, e, após trinta, à mulher, ou em tempo inferior, se sujeitos a trabalho sob condições especiais, que prejudiquem a saúde ou a integridade física, definidas em lei;

III — após trinta anos, ao professor, e, após vinte e cinco, à professora, por efetivo exercício de fução de magistério.

- § 19 É facultada aposentadoria proporcional, após trinta anos de trabalho, ao homem, e, após vinte e cinco, à mulher.
- § 2º Para efeito de aposentadoria, é assegurada a contagem recíproca do tempo de contribuição na administração pública e na atividade privada, rural e urbana, hipótese em que os diversos sistemas de previdência social se compensarão financeiramente, segundo critérios estabelecidos em lei.

Seção IV DA ASSISTENCIA SOCIAL (250)

- Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:
- I a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;
- II o amparo às crianças e adolescentes carentes;
- III a promoção da integração ao mercado de trabalho;
- IV a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;
- V a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

Capítulo III DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DO DESPORTO

Seção I DA EDUCAÇÃO (251)

- Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.
- Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios;

- I igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- III pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- IV gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- V valorização dos profissionais do ensino, garantido, na forma da lei, planos de carreira para o magistério público, com piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, assegurado regime jurídico único para todas as instituições mantidas pela União;
- VI gestão democrática do ensino público, na forma da lei;
 - VII garantia de padrão de qualidade.
- Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:
- I ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;
- II progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio;
- III atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;
- IV atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade;
- V acesso aos níveis mais elevados do ensino, a pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;
- VI oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;
- VII atendimento ao educando, no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentacão e assistência à saúde.

Capítulo VII DA FAMÍLIA, DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE E DO IDOSO

- Art. 226. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado. (257)
- § 1º O casamento é civil e gratuita a celebração. (258)
- § 2º O casamento religioso tem efeito civil, nos termos da lei. (259)
- § 3º. Para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento.
- § 4º Entende-se, também, como entidade familiar a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes.
- § 5º Os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos igualmente pelo homem e pela mulher. (260)
- § 69 O casamento civil pode ser dissolvido pelo divórcio, após prévia separação judicial por mais de um ano nos casos expressos em lei, ou comprovada separação de fato por mais de dois anos. (261)
- § 7º. Fundado nos princípios da dignidade da pessoa humana e da paternidade responsável, o planejamento familiar é livre decisão do casal, competindo ao Estado propiciar recursos edcucacionais e científicos para o exercício desse direito, vedada qualquer forma coercitiva por parte de instituições oficiais ou privadas.
- § 8º O Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações.
- Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (262)

Comunicação

Vídeos sobre mulher

ATENDIMENTO MÉDICO
Produção: SOS Corpo e TV Viva
Direção: Beth Salgueiro
PE/1985/14'/Cor/U-Matic/NTSC/Reportagem
Entrevistas com mulheres e profissionais de saúde
sobre o atendimento à mulher no sistema de saúde
em Pernambuco.

ATREVE-TE A SABER
Produção: TV Viva e SOS Corpo
Direção: Beth Salgueiro
PE/1985/8'/Cor/U-Matic/NTSC/Documentário
Documentário sobre um Encontro de Mulheres do bairro Casa Amarela, Recife, promovido pelo SOS Corpo.

A CAMPONESA E O SINIDICATO
Realização: FASE-Regional Sudeste-Sul
RJ/1982/10'/Cor/U-Matic/Pal M/Documentário
Ao relatar a sua própria experiência, uma lavradora explica por que a mulher deve se sindicalizar.

COLETIVO FEMINISTA SEXUALIDADE E SAÚDE Produção: Ivany Buzzo Toríbio Direção: Lilith Vídeo SP/1987/15/Cor/VHS/NTSC/Documentário Experiência alternativa de atendimento a mulheres criada em 1983 por participantes de grupos feministas, em São Paulo.

CRECHES

Produção: Conselho Estadual da Condição Feminina (SP)

Direção: Márcia Meirelles e Silvana Afram SP/1986/30'/Cor/U-Matic/NTSC/Reportagem O vídeo apresenta mães e pais trabalhadores, funcionários de creches e mulheres que participam do movimento por creches em São Paulo.

ENCONTRO DE MULHERES TRABALHADORAS RURAIS Realização: TV Viva

PE/1988/17'/Cor/U-Matic/NTSC/Documentário Realizado para a Federação de Trabalhadores Rurais de Pernambuco. Pela primeira vez, trabalhadoras rurais da Mata, Agreste e Sertão reúnem-se para discutir seus problemas e reivindicações. As diferenças e semelhanças entre as trabalhadoras das diferentes regiões. A predominância da participação masculina no movimento sindical.

MÃE TERRA
Realização: TV Viva
PE/1988/18'/Cor/U-Matic/NTSC/Documentário
Documentário realizado no Brejo da Paraíba, Sertão e Mata de Pernambuco, sobre a vida, o trabalho, as aspirações e reivindicações da mulher trabalhadora rural. Depoimentos de mulheres comuns e líderes sindicais. A participação das mulheren omovimento sindical rural. Vídeo realizado em conjunto com o Ministério da Reforma Agrária.

MARIAS DA CASTANHA
Direção: Simone Raskin
SP/1986/30'/Cor//Documentário
Castanha-do-pará, fruto nativo do interior de Marabá, transformado na indústria de Belém em produto de exportação pelas mãos de centenas de mulheres. Esse filme não só documenta esse processo de trabalho como adentra um cotidiano que não é limitado às duras condições de vida. Nele há espaço para sonhos, projetos e prazer.

MULHER ÍNDIA Produção: Montevídeo Direção: Eliane Bandeira

SP/1985/30'/Cor/U-Matic/NTSC/Documentário O vídeo fala da imagem do índio que a escola e a li-teratura ajudaram a criar. Coloca a mulher guarani como determinante para a preservação da sua cultura, do lugar e da religião.

– Melhor vídeo — Jornada Latino-Americana de Cinema e Vídeo da Bahia, 1985.

Menção Especial do Júri - IV Festival Fotoptica/Vídeo-Brasil, 1986.

 Melhor Vídeo Documentário – Rio Cine Festival, 1986.

MULHER NEGRA TV Produção: Enugbárijo Comunicações Direção: Victoria B. Santos RJ/1986/26'/Cor/VHS/NTSC/Reportagem Cultura negra e discriminação racial. Entrevistas e depoimentos de mulheres negras:

MULHERES NEGRAS Produção: Conselho Estadual da Condição Feminina (SP) e Olhar Eletrônico Direção: Márcia Meirelles e Silvana Afram SP/1986/23'/Cor/U-Matic/NTSC/Documentário A discriminação racial é abordada através das experiências vividas no dia-a-dia pela mulher negra. - Segundo lugar U-Matic, I Festival Vídeo Mulher,

MULHERES NO CANAVIAL Produção: Conselho Estadual da Condição FeminiDireção: Jacira Melo, Márcia Meirelles e Silvana Afram

SP/1986/33'/Cor/U-Matic/NTSC/Documentário Mostra a realidade da trabalhadora rural, a partir de seu local de trabalho. Aborda a má remuneração, o esgotamento físico, a falta de creches para os filhos e a esperança da reforma agrária.

— Grande Prêmio do Júri, I Festival Vídeo Mulher,

Segundo Prêmio do Júri Oficial - Festival de Vídeo da Terra, 1987 - Unicamp/Mirad.

PRINCESA, CADÉ VOCÉ? Produção: Cristal Produções Ilimitadas e Fast Vídeo Direção: Márcia de Almeida RJ/1986/22'/Cor/U-Matic/NTSC/Documentário Vídeo sobre o trabalho escravo de mulheres e crianças no Vale da Ribeira, SP.

PROFISSÃO: DOMÉSTICA Realização: TV Viva PE/1985/7'/Cor/U-Matic/NTSC/Reportagem Reportagem sobre a situação e reivindicações das empregadas domésticas, realizada durante o V Congresso da categoria, reunido em Olinda, em janeiro

Menção Honrosa - XIV Jornada de Cinema de Salvador, 1986.

REFERÊNCIA

TARUMĀ

Direção: Ricardo Bravo RJ/1988/12'/Cor/Ficção Conta a história de uma empregada doméstica através de um caleidoscópio de imagens referentes às

suas fantasias, memórias e expectativas.

Produção: Futura Filmes Direção: Mario Kuperman SP/1975/13'/Cor/Documentário A marginalização a que está sujeita imensa parcela de nossa população que vive nos campos é vista pela descrição que uma mulher faz de seus problemas existenciais.

TRABALHADORAS METALÚRGICAS Produção: Tapiri Cinematográfica Direção: Olga Futemma SP/1978/15'/Cor/Documentário As condições de trabalho das mulheres e o I Congresso da Mulher Metalúrgica de São Bernardo do Campo e Diadema, em janeiro de 1978.

Esta relação foi extraída do catálogo CINE-VIDEO da ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE VIDEO PO-PULAR. Rua 13 de maio, 489 — Bela Vista — CEP 01.327 — São Paulo — SP — Brasil. Empréstimos, aluguel e vendas no endereço acima.

Organizações de mulheres no Brasil

AMIGAS DO PEITO Caixa Postal 14.518 22,412 Rio de Janeiro - RJ

ASSOCIAÇÃO CASA DA MULHER DO GRAJAÚ Rua José Bezerra Filho, 183 — Grajaú 04.842 São Paulo — SP Tel.: (011) 520-2775

ASSOCIAÇÃO DAS DONAS-DE-CASA Rua Mandassaia, 258 08.220 São Paulo - SP

ASSOCIAÇÃO DAS MULHERES DE CAMARAGIBE Rua Professor Samuel MacDowell, 83 54.750 Camaragibe - PE

ASSOCIAÇÃO DE ARTESANATO ARAÇÁ Estrada de Almeida, Km 13 54.750 Camaragibe - PE

ACÃO DEMOCRÁTICA FEMININA GAÚCHA (ADFG) Rua Miguel Tostes, 694 — Rio Branco 90.420 — Porto Alegre — RS Tel.: (051) 232-8884

ARTICULAÇÃO FEMINISTA DO PT Rua São Mateus, 890 - Bom Jesus 91.500 Porto Alegre - RS a/c Maria Elisabete Junges Carneiro Cruz

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE MULHERES DE CARREIRA JURIDICA Rua do Imperador, 235 - Santo Antônio 50.010 Recife - PE

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA PARA O DESENVOLVIMENTO DA MULHER (BANCO DA MULHER) Rua da Candelária, 9 s/403 20.091 Rio de Janeiro - RJ

ASSOCIAÇÃO CASA DA MULHER DA LESTE Rua Dr. Magalhães da Silveira, 111 - Cidade 03.554 São Paulo - SP a/c Eurides Euripes Chaves Galdino Ramos

ASSOCIAÇÃO DAS CROCHEZEIRAS NOVA-RUSSENSES Caixa Postal 34 62.200 Nova Russas - CE

ASSOCIAÇÃO DAS DONAS-DE-CASA Rua da Aurora, Ed. S. Cristovão s/1.311 50.050 Recife - PE

ASSOCIAÇÃO DAS MULHERES CARPINENSES Av. Estácio Coimbra, 160 55.810 — Carpina — PE a/c Lucicleide Xavier dos Santos

ASSOCIAÇÃO DAS MULHERES DO CRATO Rua 112 c/28 — Conjunto Novo Crato 63.100 Crato — CE a/c Francisca Fernanda Ribeiro (Francilda)

ASSOCIAÇÃO DE MULHERES DE CAMPINA GRANDE Rua Afonso Campos - Centro 58.100 Campina Grande - PB a/c Maria Tereza da Silva ou Edimilza Barroso

ASSOCIAÇÃO DE MULHERES DE JABOATÃO 1ª Trav. Boa Esperança, 23 — Pe. Roma 54.110 Jaboatão - PE a/c Deuzenite da Costa Silva

ASSOCIAÇÃO DE MULHERES DE MATO GROSSO Rua Baltazar Navarro, 231 — Bandeirantes 78.060 Cuiabá - MT

ASSOCIAÇÃO DE MULHERES DO JARDIM Rua Indaiassá, 46 - Vila Santa Rita 09.959 Diadema - SP a/c Ecida Della Paschoc

ASSOCIAÇÃO DE PARTEIRAS LEIGAS (ASP) Q.U1 c/9 — M-F-II — Anjo da Guarda 65.085 São Luís — MA a/c Joana Xavier da Silveira

ASSOCIAÇÃO DE PESQUISAS E ESTUDOS DA MULHER (APEM)

Rua da Matriz, 82 - Botafogo 22.260 Rio de Janeiro - RJ

ASSOCIAÇÃO DE TAPEÇARIA TIMBI Rua Afonso Pena, 340 - Timbi 54.750 Camaragibe - PE

ASSOCIAÇÃO E CASA DA MULHER DE CARAPICUÍBA MARGARIDA MARIA ALVES Rua Rio Branco, 32 ap. 15 — Conab — Carapicuíba 06.300 São Paulo - SP a/C Aparecida Lima Diniz

ASSOCIAÇÃO NOVELO Paróquia de Taboca do Brejo Velho 47.760 Taboca - BA Tel.: (073) 822-2127

ASSOCIAÇÃO PROFISSIONAL DAS EMPREGADAS DOMÉSTICAS DE SÃO PAULO (APEDSP) Rua Capri, 163 - Pinheiros 05.425 São Paulo - SP a/c Maria Aparecida dos Santos Tel.: (011) 212-6554

ASSOCIAÇÃO PROFISSIONAL DAS EMPREGADAS DOMÉSTICAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO Av. Paulo de Frontin, 665 - Rio Comprido 20.260 Rio de Janeiro - RJ

ASSOCIAÇÃO PROFISSIONAL DAS EMPREGADAS DOMÉSTICAS NA ÁREA METROPOLITANA DE RECIFE Rua da Concórdia, 977 - São José 50.020 Recife - PE a/c Lenira Maria de Carvalho Tel.: (081) 224-8529

ASSOCIAÇÃO REGIONAL DE MULHERES MARGARIDA ALVES (ARMMA) Rua Pio XII, 173 - São Vicente 01.322 - São Paulo - SP a/c Marieta Santos da Silva

BOLETIM SEXO FINALMENTE EXPLÍCITO Caixa Postal 33.114 22.442 Rio de Janeiro - RJ

BRASIL MULHER (BM) Caixa Postal 4.062 40.161 Salvador — BA

BRIGADA EM DEFESA DA MULHER Rua Roderick Galvão, 197/202 1º andar Ilha do Leite 50.070 Recife — PE a/c Ruth Lima de Araújo Coutinho

CASA DA MULHER BAIANA (CMB) Rua Sete de Setembro — Edifício Afolfo Basbaum s/611 40.000 Salvador — BA

CASA DA MULHER DO NORDESTE Av. Caxangá, 108 1º andar — Madalena 50.711 Recife — PE

CASA DA MULHER DO RECIFE Rua Monsenhor Silva, 321, ap. 501 – Madalena 50.710 Recife – PE

CENDO — MULHER Rua Sebastião Alves, 229 52.060 Recife — PE

CENTRO DA MULHER ALAGOANA Conj. Jardim das Acácias, bl. 15 ap. 02 — Farol 57.055 Maceió — AL a/c Maria de Fátima Silva

CENTRO DA MULHER BRASILEIRA Rua Maestro Felício Toledo, 495 24.030 Niterói – RJ

CENTRO DA MULHER BRASILEIRA Av. Franklin Roosevelt, 39 s/713 — Centro 20.021 Rio de Janeiro — RJ

CENTRO DA MULHER DE JOÃO PESSOA Rua Airton Monteiro da Silva, 83 Castelo Branco II 58.050 João Pessoa — PB

CENTRO DA MULHER SURUBINENSE Rua Antonio Farias, 49 55.750 Surubim – PE

CENTRO DAS MULHERES DO CABO (CMC) Rua Padre Antonio Alves, 20 54.500 Cabo — PE Tel.: (081) 521-0785

CENTRO DAS MULHERES DO RIBEIRÃO Rua Amaro Pacheco, 26 — Conab 55.520 — Ribeirão — PE a/c Sandra Rodrigues

CENTRO DE ASSISTÊNCIA AO MENOR E À MULHER (CAMM) Rua Córrego do Ouro, 39 — Casa Amarela 52.080 — Recife — PE

CENTRO DE CULTURA NEGRA DO MARANHÃO ANDREAZA Av. Governador Luís Rocha, 1.784 — Liberdade 65.035 — São Luís — MA a/C Marinildes Pereira Martins

CENTRO DE DEFESA DA MULHER (CDM) Rua Goitacazes, 14 s/601 30.190 Belo Horizonte – MG Tel.: (031) 226-1562

CENTRO DE ESTUDOS, DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA SOBRE A MULHER Rua Monsenhor Miranda, 86 — Centro 28.610 Nova Friburgo — RJ

CENTRO DE ESTUDOS, PESQUISA E PLANEJAMENTO (CENPLA) Rua Ipiranga, 017 22.231 Rio de Janeiro — RJ Tel.: (021) 285-5503 a/c América e Quena

CENTRO DE INFORMAÇÃO DA MULHER Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia 78.370 São Félix do Araguaia — MT a/c Seime de Lima Pontim CENTRO DE MĀES DE PIRITUBA-PERUS Rua Jacob Bunel, 120 — Jardim Santa Mônica 05.171 São Paulo — SP

CENTRO DE MULHERES DE FAVELAS E PERIFERIA (CEMUFP) Rua Santa Maria, 36 – Cidade Nova 20.211 Rio de Janeiro – RJ Tel.: (021) 242-1239

COLETIVO FEM PRESS-BRASIL Rua Vicente de Souza, 29 — Botafogo 22.251 Rio de Janeiro — RJ Tel.: (021) 286-0348

COMISSÃO DE ASSOCIAÇÃO DE MULHERES DE SOUZA Rua Dr. Silva Mariz, 16 — Centro 58.800 Souza — PB Tel.: (083) 521-1269 a/c Goreti Vieira de Almeida

COMISSÃO DE MULHERES DO PCB Rua Laurindo Coelho, 112 — Parnamirim 52.060 Recife — PE a/c Ångela Regina de Souza Freire

COMISSÃO DE MULHERES DO PT – SP Rua dos Franceses, 471 01.329 São Paulo – SP

COMISSÃO PRÔ-ARTESÃO Rua de São Bento, 170 — Varadouro 33.110 Olinda — PE

COMITÉ DE MULHERES DE SÃO BERNARDO DO CAMPO Rua Tiradentes, 1.612 — Vila do Tanque 09.700 São Bernardo do Campo — SP

COMITÉ DE MULHER TRABALHADORA Rua Duque de Caxias, 958 — Centro 69.015 Manaus — AM

CONFECÇÃO TIMBI Rua Afonso Pena, 340 — Timbi 54.750 Camaragibe — PE

COOPERATIVA COMUNITÁRIA DAS SERRALHEIRAS Rua da Engomadeira, s/n — Barreiras 41.200 Salvador — BA

CENTRO DE PESQUISA E ASSESSORIA DA MULHER (CEPEA MULHER) Rua Barão do Triunfo, 16 apt. 306 90.060 Porto Alegre — RS Tel.: (0512) 33-6470

CENTRO DE PESQUISA INTEGRADA À MULHER E À CRIANÇA (CEPAIMC) Av. dos Italianos, 1.280 — Coelho Neto 21.510 Rio de Janeiro — RJ Tels.: (021) 372-3831/372-1781

CENTRO DE VALORIZAÇÃO DA MULHER (CEVAM) Av. T-1 Q. 89 Lt. 05 — Setor Bueno 74.610 Goiânia — GO Tel.: (062) 251-7079 a/c Maria Melo ou Leonora Carrijo

CENTRO FEMININO DO BANCO DA PROVIDÊNCIA Rua Rodrigues dos Santos, 103 — Estácio 20.211 Rio de Janeiro — RJ Tel.: (021) 273-9295

CENTRO INFORMAÇÃO MULHER (CIM) Rua Lôncio Gurgel, 11 — Luz 01.103 São Paulo — SP

CENTRO NACIONAL BERTHA LUTZ Rua Santo Afonso, 110 grupo 605 — Tijuca 20.511 Rio de Janeiro — RJ Tel.: (021) 264-6888

CENTRO POPULAR DA MULHER Rua General Sampaio, 1.533 — Centro 60.020 Fortaleza — CE CENTRO POPULAR DA MULHER MOSSORENSE (CPMM) Rua 30 de Setembro, 243 — Centro 59.600 — Mossoró — RN a/c Fancinete Soares Capistrano

CENTRO PRÓ-MULHER – LBA Rua dos Andrades, 680 – 8º andar 90.020 Porto Alegre – RS

CIO DA TERRA Rua Mariz de Andrades, 4 — Casa Amarela 52.070 Recife — PE

CLUBE DE MĂES DA SOCIEDADE AMIGOS DA FAVELA DO PARQUE SÃO BERNARDO Rua da Paz, s/n — Vila Industrial — Parque São Bernardo 09.760 São Bernardo do Campo — SP ou Rua Aguapés, 171 — Rudge Ramos 09.740 São Bernardo do Campo — SP Tel.: (011) 457-1284

COLETIVO DE MULHERES DE BELÉM Rua Sen. Manoel Barata, 704 apt. 1.402 66.020 Belém — PA a/c Anete Umbelina

COLETIVO DE MULHERES DO RIO DE JANEIRO Caixa Postal 33.114 22.442 Rio de Janeiro — RJ Tel.: (021) 274-8767

COLETIVO DE MULHERES NEGRAS DA BAIXADA SANTISTA Av. Conselheiro Nebias, 651/107 11.051 Santos — SP a/c Nilza Iraci Silva

COLETIVO DE MULHERES NEGRAS DE SÃO PAULO Rua Estados Unidos, 346 — Jardins 01.427 São Paulo — SP

COLETIVO FEMINISTA DE CAMPINAS Rua Amélia Bueno, 58 — Taquaral 13.075 Campinas — SP

COLETIVO FEMINISTA SEXUALIDADE E SAÚDE Rua Balthazar Carrasco, 89 — Pinheiros 05.426 São Paulo — SP Tel.: (011) 212-8681

COORDENAÇÃO DE MULHERES DE SÃO PAULO Rua Cerro Goré, 36 c/1 05.061 São Paulo — SP a/c Rachel Moreno

DEPARTAMENTO FEMININO DO SINDICATO DOS BANCÁRIOS Av. Presidente Vargas, 502 7º andar — Centro 20.071 Rio de Janeiro — RJ Tel.: (021) 223-4117

ESPAÇO MULHER Rua Caminho da Boiada, 263 — Centro 65.025 São Luís — MA Tel.: (098) 222-7489 a/c Sandra Maria Nascimento Souza

FEDERAÇÃO DAS MULHERES FLUMINENSES (FMF) Rua Evaristo da Veiga, 35 s/1.816 — Centro 20.031 Rio de Janeiro — RJ

FÓRUM DE DEBATES DA MULHER Av. D. Pedro II, s/n — Centro 65.010 São Luís — MA a/c Cáritas

FUNDAÇÃO BRASILEIRA PELO CONGRESSO FEMININO Rua Bulhões de Carvalho, 514 apt. 101 22.081 Rio de Janeiro — RJ a/c Maria Sabina de Albuquerque GRUPO ARTESANAL DE OLINDA Rua Coronel João Carneiro Beltrão, 90 Varadouro 53.110 Olinda — PE

GRUPO ARTESANAL SITIO PALHA Belo Jardim 55.165 Xucuru — PE

GRUPO BENVIRÁ Rua Casusinha Lopes, 140 — Afogados da Ingazeira 50.750 Recife — PE a/c Maria das Dores Santos de Siqueira

GRUPO BRASI'LIA-MULHER SON 302 bl. D apt. 502 70.723 Brasília — DF a/c Marlene Libardoni

GRUPO COSTELA DE ADÃO Caixa Postal 10.056 90.000 Porto Alegre — RS a/c Nair Correa

GRUPO DA MULHER ORGANIZADA Rua São Pedro, 660 — Arame 65.948 Grajaú — MA a/c Sebastiana Rodrigues Sampaio

GRUPO DAS MULHERES DE FAVELA E PERIFERIA Rua Armando de Albuquerque, 33 — Vila Isabel 20.560 Rio de Janeiro — RJ Tel.: (021) 292-4141 — ramal 176

GRUPO DE AÇÃO LÉSBICO-FEMININSTA (GALF)
Rua Aurora, 736 s/10 — Santa Ifigênia
01.209 São Paulo — SP ou
Caixa Postal 62.618
01.198 São Paulo — SP

GRUPO DE ARTICULAÇÃO FEMINISTA DO PT-RS Av. João Pessoa, 209 90.040 Porto Alegre — RS Tel.: (0512) 24:3709

GRUPO DE ASSESSORIA À MULHER TRABALHADORA Rua São Domingos, 51 — Bela Vista 01.326 São Paulo — SP

GRUPO DE BORDADEIRAS DE OLHO D'ÁGUA Olho D'Água 55.650 Passira — PE

GRUPO DE ESTUDO E PESQUISA DA MULHER DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO (GEPEM) Rua Cel. Benedito Chaves, 399/302 — Boa Viagem 51.021 Recife — PE a/c A/da Maria Novelino

GRUPO DE MULHERES Rua Cícero Eduardo, 85 — Junco 64.600 Picos — PI Tel.: (086) 423-1251

GRUPO DE MULHERES (ASTRAL) Rua Santa Gertrudes, 341 — Morro da Conceição 52.070 Recife — PE a/c Nadilza Maria do Nascimento

GRUPO DE MULHERES DA BARRAGEM DO CARPINA Barragem do Carpina 55.810 Carpina — PE

GRUPO DE MULHERES DA ILHA DE SÃO LUÍS Rua dos Maçaricos, Q 11 casa 2 65.000 São Luís — MA

GRUPO DE MULHERES DE ALTO DAS POMBAS Rua Teixeira Mendes, 9 — Parque São Brás conjunto 19 bloco E apt. 03 40.210 Salvador — BA GRUPO DE MULHERES DE CAMPINA GRANDE Rua Dr. Francisco Lima Neto, 194 58.100 Campina Grande — PB Tel.: (083) 322-4283

GRUPO DE MULHERES DE SÃO JOÃO MONLEVADE Rua Guaxupé, 181 — Laranjeiras 35.930 João Monlevade — MG ou Caixa Postal 88 35.930 João Monlevade — MG a/c Leonildes Ángela Mendonça Ramos

GRUPO DE MULHERES DE SÃO MIGUEL PAULISTA Caixa Postal 52.674 08.000 São Miguel Paulista — SP

GRUPO DE MULHERES DE TERESINA Rua Arlindo Nogueira, 866 64.025 Teresina — PI

GRUPO DE MULHERES DE VITÓRIA Av. Marechal Campos, 420 apt. 3 29.040 Vitória — ES a/c Suely Marta ou Maria Cristina R. Có

GRUPO DE MULHERES DE VOLTA REDONDA Av. Sévio Gama, 170 apt. 4 27.180 Volta Redonda — RJ a/c Cláudia de Souza

GRUPO DE MULHERES DO CENTRO DE EDUCAÇÃO POPULAR ESPERANTINENSE Rua Coronel José Fortes, s/n — Centro 64.180 Esperantina — PI Tel.: (086) 383-1176

GRUPO DE MULHERES DO SINDICATO DE ASSISTENTES SOCIAIS DE VITÓRIA Rua José Neves Cypreste, 1.180 s/301 Jardim da Penha 29.060 Vitória — ES

GRUPO DE MULHERES DO MORRO DA CONCEIÇÃO Rua Santa Gertrudes, 333 — Casa Amarela 52.070 Recife — PE a/c Vilma Uchôa de Souza

GRUPO DE MULHERES INDÍGENAS NA UNIÃO DAS NAÇÕES INDÍGENAS Praça Marechal Floriano, s/n s/802 — Centro 20.060 Rio de Janeiro — RJ Tel.: (021) 252-4688 a/c Eliana Potiguara

GRUPO PRÓ-CASA DA MULHER DE TABOÃO DA SERRA Rua João Santucci, 300 apt. 134 — Centro 06.750 Taboão da Serra — SP a/c Geuza Ferreira Selin

GRUPO PRÓ-SAÚDE MENTAL DA MULHER Rua Seis, 681 74.000 Goiânia — GO Tel.: (062) 223-2241

GRUPO RAÍZES Rua João Lourenço, 30 s/59 58.100 Campina Grande — PB Tel.: (083) 322-4283

GRUPO SAÚDE DA MULHER DA ROCINHA Rua 1, nº 259 — Favela da Rocinha 20.000 Rio de Janeiro — RJ

GRUPO SEMPRE VIVA Rua das Poções, 54 s/204 32.600 Belo Horizonte — MG

JORNAL TEMPO MULHER Rua Prof. Francisco Trindade, 300 79.100 Campo Grande — MS

LIGA BRASILEIRA DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS Av. Rio Branco, 156 s/1.934-35 20.040 Rio de Janeiro — RJ a/c Iolanda Pires MAMULENGO SEMPRE VIVA Rua Treze de Maio, 285 53.210 Olinda — PE

MOVIMENTO DAS MULHERES DO ACRE (MMA)
R. C. nº 87 — Bairro Palheral
69.900 Rio Branco — AC
a/c Ester Bezerra da Silva ou
Conjunto Belavista — Quadra 37 c/1
69.900 Rio Branco — AC
a/c Teotista Amélia dos Santos ou
Maria Assunção

MOVIMENTOS DE LIBERTAÇÃO DA MULHER (MLM) Caixa Postal 1.482 40.001 Salvador — BA Tel.: (071) 243-8278

MOVIMENTO DE LIBERTAÇÃO DA MULHER (MLM)
Rua Marconi, 1.569
16.400 Lins — SP ou
Caixa Postal 123
16.400 Lins — SP

MULHERES POR UM DESENVOLVIMENTO ALTERNATIVO (MUDAR) Rua Paulino Fernandes, 32 — Botafogo 22.270 Rio de Janeiro — RJ Tel.: (021) 246-1830

NÓS MULHERES Rua Voluntários da Pátria, 98 apt. 803 — Botafogo 22.270 Rio de Janeiro — RJ

NÚCLEO DE COMUNICAÇÕES MULHERIO Rua Cunha Gago, 704 — Pinheiros 05.421 São Paulo — SP Tel.: (011) 212-9052

NÚCLEO DE ESTUDOS, DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO SOBRE A MULHER (NEDIM) Rua Eduardo Garcia, 505 apt. 502 — Aldeota 60.150 Fortaleza — CE Tels.: (085) 222-1111/292-8213 ramais 30/50 ou Caixa Postal 4.080 60.001 Fortaleza — CE a/c Zaira Ony Farias

NÚCLEO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE A MULHER (UFMG) Rua Quintiliano Silva, 21/203 — Santo Antônio 30.350 Belo Horizonte — MG a/c Silvana Maria Leal Coser

NÚCLEO DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES SOBRE A MULHER (NEIM) Estrada de São Lázaro, 197 — Federação 40.210 Salvador — BA Tel.: (071) 235-4635

NÚCLEO DE ESTUDOS SOBRE A MULHER Campus Universitário — Departamento de Assuntos Culturais — UFSC — Trindade 88.049 Florianópolis — SC

NÚCLEO DE ESTUDOS SOBRE A MULHER — PUC (NEM) Rua Marquês de São Vicente, 225 — Gávea 22.453 Rio de Janeiro — RJ Tel.: (021) 274-9922 ramal 288

NÚCLEO FEMININO DE OURO PRETO Centro Acadêmico da Faculdade de Farmácia de Ouro Preto 35.400 Ouro Preto — MG

NZINGA — COLETIVO DE MULHERES NEGRAS Caixa Postal 2.073 20.001 Rio de Janeiro — RJ

ORGANIZAÇÃO AUTÔNOMA DAS MULHERES (OAM) Rua Ribeiro de Lima, 344 sobreloja conjunto 11 01.122 São Paulo — SP

ORGANIZAÇÃO DO GRUPO DE MULHERES — JOÃO PESSOA Av. Paulino Pinto, 608 — Tambaú 58.035 João Pessoa — PB a/c Maria Laide de Andrade

PROJETO SEXUALIDADE COM PRAZER Rua Caio Prado, 32 apt. 35 — Consolação 01.303 São Paulo — SP ou Caixa Postal 995 01.051 São Paulo — SP

PRÔ-MULHER — CASA DA MULHER DE SÃO PAULO (PM) Rua Treze de Maio, 47 — Bela Vista 01.327 São Paulo — SP Tel.: (011) 255-5732

RAÍZES ARTESANATO Rua Pedro Salviano Filho, 109 53.450 Abreu e Lima — PE

REDE DE ARTES E CULTURA FEMINISTA Av. Bartolomeu Mitre, 824 apt. 601 — Leblon 22.431 Rio de Janeiro — RJ Tel.: (021) 274-8767 a/c Maria José de Lima

REDE MULHER Rua João Ramalho, 991 05.008 São Paulo — SP Tel.: (011) 262-9407 ou Caixa Postal 1.803 01.051 São Paulo — SP

REVISTA IMPRESSÕES Rua Barão da Torre, 698 22.411 Rio de Janeiro — RJ a/c Mariza de A. Figueiredo

REVISTA PRESENÇA DA MULHER Rua dos Bororós, 51 1º andar — Bela Vista 01.320 São Paulo — SP a/c Ana Maria Rocha

SECRETARIA DA MULHER (CUT) Rua Caetano Filgueiras, 561 — Torre 58.040 João Pessoa — PB a/c Lúcia Goreti Palhano Souto

SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO DA FAMÍLIA (SOF). Unidade Sul: Rua Engenheiro Tomás Whately, 204 04.742 São Paulo — SP ou Unidade Leste: Rua Amadeu Gamberini, 134 08.000 São Miguel Paulista — SP

SERVIÇO DE INFORMAÇÃO DA MULHER (SIM) Rua Nova Bandeirante, 205 — Vila Jaci 79.065 Campo Grande — MS

SOCIEDADE BRASIL MULHER — SALVADOR Instituto das Economistas da Bahia 40.000 Salvador — BA a/c Emília Maria Silva

SOCIEDADE BRASIL MULHER — SP Rua Cardeal Arcoverde, 2.109 — Pinheiros 05.407 São Paulo — SP

SOS AÇÃO MULHER Av. Francisco Glicério, 654 13.010 Campinas — SP Tel.: (0197) 31-0037

SOS CORPO — GRUPO DE SAÚDE DA MULHER Rua do Hospício, 859 s/14 — Santo Amaro 50.050 Recife — PE Tel.: (081) 221-3018

SOS VIOLÊNCIA DE SÃO LUÍS Av. Paulo II, s/n 65.000 São Luís — MA Tel.: (098) 221-2216

SOS VIOLÊNCIA — RJ Caixa Postal 21.163 20.210 Rio de Janeiro — RJ

UNIÃO DAS MULHERES CEARENSES Av. da Universidade, 2.171 — Benfica 60.020 Fortaleza — CE Tel.: (085) 221-1016

UNIÃO DAS MULHERES DE ABANDIÂNIA (UMA) Rua Plínio Jaime, 10 77.110 Abadiânia — GO a/c Albeneiar Plaza Pinto

UNIÃO DAS MULHERES DE MACEIÓ (UMM) Rua 2 de Dezembro, 117 — Centro 57.020 Maceió — AL UNIÃO DAS MULHERES DE SALVADOR (UMS) Edifício Themis s/109 — Praça da Sé 40.020 Salvador — BA Tel.: (071) 243-5934

UNIÃO DAS MULHERES DE SANTA BÁRBARA Rua João Lima, 16 13.450 Santa Bárbara do Oeste — SP

UNIÃO DE MULHERES DE NATAL Rua Joaquim Fabrício, 312 59.010 Natal — RN a/c Joana D'Arc Leite

UNIÃO DE MULHERES DE SÃO PAULO Rua Coira, 17 — Mairiporá 07.600 São Paulo — SP a/c Dinalva M.C. Tavares

UNIÃO DE MULHERES DO RECIFE Estrada do Arraial, 4.540 — Casa Amarela 52.070 Recife — PE a/c Maria da Conceição da Costa Silva

UNIDADE PRODUTIVA DE CAMARAGIBE – DOCES E SALGADOS Av. Pernambuco, 41 54.750 Camaragibe – PE

VIVA MARIA Rua Viana Vaz, 12 65.020 São Luís — MA a/c Rita de Cássia Oliveira

RELAÇÃO EXTRAÍDA DE "Sem Fins Lucrativos — As organizações não-governamentais no Brasil" Cadernos do ISER nº 20 Leilah Landim (org.) 1988



Leia também...

VÍDEO ELEIÇÕES 89

3h





CETA/IBASE, CECIP e FASE, estão oferecendo um conjunto de 3 vídeos de 30' cada, para ser usado como material de apoio nas discussões sobre as eleições presidenciais.

1º Vídeo: Analisa temas ligados a economia (inflação, salário, desemprego, reforma agrária, etc.) do ponto de vista do povo, dos analistas e dos presidenciáveis.

2º Vídeo: Partindo dos direitos garantidos na Constituição (habitação, escola, saúde, segurança, minorias, etc.) o programa mostra:

- se o povo conhece seus direitos
- se eles estão sendo respeitados
- qual a posição dos presidenciáveis

3º Vídeo: Analistas discutem o perfil dos presidenciáveis:

- quem são
- o que prometem
- quem são seus aliados

O custo do pacote de 3 vídeos é de NCz\$ 90,00 e a data de distribuição dos mesmos será:

- 1º Vídeo (Economia): 25/8/89
- 2º Vídeo (Direito do cidadão): 05/9/89
- 3º Vídeo (Perfil dos candidatos): 20/9/89

Se você estiver interessado em adquirir o pacote preencha a ficha abaixo e envie acompanhado de cheque nominal ao IBASE — Rua Vicente de Souza, 29 — CEP 22251 — Rio de Janeiro, RJ, até o dia 20/8.

SOLICITAÇÃO VÍDEO - ELEIÇÕES 89

INSTITUTO TO				
INSTITUIÇÃO:				
NOME:				
ENDEREÇO;				
CIDADE:				
CHEQUE NO:	A	iG.:		
			A CONTRACTOR OF THE PARTY OF TH	

Últimos lançamentos



No prelo

História dos Movimentos Sociais no Campo

— Autora: Leonilde Sérvulo de Medeiros

Trabalhadores e Comissão de Fábrica

– Autor: Iram Jácome Rodrigues

O Desafio Alimentar Norte-Sul

– Autor: Bertrand Delpeuch

proposta 42

Próximo Número

ASSALARIADOS RURAIS: DESAFIOS À ORGANIZAÇÃO

aumento do trabalho assalariado no campo foi significativo nas últimas décadas. Extrapolando as tradicionais áreas cafeeiras e canavieiras dos estados de São Paulo e Rio de Janeiro e as plantações da cana-de-açúcar no Nordeste, expandem-se hoje em nosso país bolsões ou contingentes de trabalhadores que vendem sua força de trabalho nas plantações de cana-de-açúcar, café, soja, cacau, banana, nas áreas de reflorestamento, de coleta de coco, etc. . .

Neste processo não se evidenciaram apenas maiores índices de concentração fundiária, mas também – e principalmente – uma nova dinâmica de inserção de capital na produção agrícola.

O assalariamento torna-se, então, um denominador comum que aproxima relações de trabalho em culturas agrícolas diversas e em diferentes regiões do país, mas não podemos dizer que o assalariamento automaticamente homogeneíze as condições de vida e de trabalho nas áreas onde se faz presente.

Sazonalidade, articulação e complementaridade entre culturas, configurações do mercado de trabalho rural e urbano, fluidez dos produtos no mercado nacional e internacional, padrões de modernização tecnológica, assim como estratégias patronais para garantir imobilidade e/ou rotatividade de mão-de-obra resultam em diferenças significativas nas formas de produção e reprodução destes trabalhadores.

Tais diferenças e as especificidades relativas a cada situação devem necessariamente ser levadas em conta nas propostas de educação popular.

O próximo número de **Proposta** encaminhará – através de experiências concretas em diversas regiões – uma reflexão acerca do trabalho educativo entre assalariados do campo.